

01 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal de Justiça de SP

teve sigilo violado

**Ex-secretário Sérgio Renault,
prefeito de Santo André e ex-jogador foram espionados**

A Operação Durkheim da Polícia Federal apontou que entre as vítimas de uma quadrilha especializada na quebra ilegal de sigilos estão o Tribunal de Justiça de São Paulo, o ex-secretário de Reforma do Judiciário Sérgio Renault, o prefeito de Santo André, Aidan Ravin (PTB), e o ex-jogador da seleção brasileira de futebol Luizão.

O relatório da operação deflagrada na última segunda-feira indica que a quadrilha obteve um extrato com mais de cem ligações feitas em julho e agosto de 2011 de um telefone de um setor técnico do TJ paulista em Guarulhos.

No relatório concluído no início de novembro, a PF indicou que ainda não havia apurado os motivos que levaram à quebra do sigilo do telefone do tribunal

“De qualquer forma, salta aos olhos a ousadia dos investigados, que mostram absoluto destemor aos poderes constituídos e crença na impunidade dos crimes que praticam”, afirmou a PF.

O juiz Rodrigo Capez, assessor da presidência do TJ, disse que a violação foi um “fato isolado” e não mostra fragilidades no sistema de proteção de dados do TJ.

Segundo Capez, a quebra ocorreu por “descontrole da operadora responsável pela guarda dos dados telefônicos” do TJ, que realiza constantes varreduras para evitar violações em seus registros.

Além do setor técnico do TJ, o desembargador do tribunal Luiz Fernando Salles Rossi também foi vítima da quadrilha, de acordo com a PF.

Os criminosos conseguiram uma declaração de imposto de renda do magistrado.

A PF também apontou como alvo da quadrilha o advogado Sérgio Renault, que ocupou o cargo de secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça em 2003 e 2004. Ele teve um extrato de ligações de agosto de 2011 violado, segundo a PF

Renault afirmou desconhecer a quebra de sigilo apurada pela PF e preferiu não se manifestar sobre o caso.

Outra vítima foi o prefeito de Santo André, Aidan Ravin, que concorreu à reeleição, mas perdeu a disputa.

Os criminosos conseguiram a lista de chamadas do telefone celular do prefeito dos meses de fevereiro e março de 2012, que coincidiram com o período pré-eleitoral.

Ravin informou que ainda não recebeu uma comunicação oficial da PF sobre a apuração, mas assim que isso ocorrer tomará as medidas judiciais cabíveis.

A PF aponta ainda que também foi vítima da quebra de sigilo de dados telefônicos o ex-jogador de futebol Luiz Carlos Bombonato Goulart, o Luizão, que defendeu a seleção brasileira na Copa do Mundo de 2002. Luizão disse que já foi informado sobre o crime e está adotando medidas relativas ao caso.

Ontem a Justiça Federal prorrogou a prisão temporária dos investigados pela PF.

FOLHA DE S. PAULO

Após dizer que TJ é inimigo dos políticos, deputado recua

01 DEZ 2012

Presidente da Assembleia
envia ofício ao Judiciário

O presidente da Assembleia Legislativa, Barros Munhoz (PSDB), enviou ontem um ofício ao presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, negando ter afirmado que o Judiciário é “inimigo” da política.

Anteontem, em palestra a prefeitos do PSDB, o deputado afirmou que eles enfrentariam “os maiores inimigos da política: o Ministério Público e o Judiciário”. A frase foi reproduzida ontem pela **Folha**.

No documento enviado a Sartori, Munhoz diz que nunca criticou a Promotoria como instituição e que nada falou sobre juízes. Ele responde a processos, alguns em tramitação no TJ-SP.

Procurado, o deputado disse que sua frase havia sido distorcida, mas depois recuou. “No calor de uma fala... Não quero discutir o que eu falei ou o que eu não falei. [...] Eu posso até ter carregado demais. Estava numa reunião fechada. Não vou ficar teimando”, afirmou. A fala repercutiu até entre os tucanos.

O líder do PSDB na Assembleia, Carlos Bezerra, que estava no evento e ouviu o discurso de Munhoz, divulgou nota na qual diz que a “banda [do PSDB] repudia suas críticas ao Ministério Público e ao Judiciário, fundamentais para fiscalizar o poder público e garantir sua probidade”.

Em entrevista, Bezerra disse que Munhoz tem “um estilo de política coronelista, arcaico e conservador, de pouca transparência”.

FOLHA DE S. PAULO

'Deus seja louvado' fica nas cédulas, decide Justiça

01 DEZ 2012

Ministério Público quer retirada da expressão

A Justiça negou o pedido do Ministério Público Federal de São Paulo para retirar a expressão "Deus seja louvado" das cédulas de real.

A decisão diz que a menção "não parece um direcionamento estatal na vida do indivíduo que o obrigue a adotar ou não determinada crença".

A sentença, revelada pelo jornal "Valor Econômico", é da 7ª Vara da Justiça Federal. A decisão é provisória e pode ser revogada ou modificada.

No início de novembro, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública para pedir que as novas cédulas de real passassem a ser impressas sem a expressão.

O pedido, feito pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, afirma que a existência da frase nas notas fere os princípios do Estado laico e de liberdade religiosa.

O Banco Central defende que o tema deve ser debatido pelo Conselho Monetário Nacional. Os custos de divulgação de uma possível alteração nas cédulas podem chegar a R\$ 12 milhões, estima o BC. Qualquer mudança deve ser informada à população para evitar fraudes.

O pedido de retirada da expressão causou polêmica.

Um dos críticos foi o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), responsável por incluir a frase nas cédulas, em 1986. Ele classificou a ação como "falta do que fazer" do Ministério Público.

01 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

JOAQUIM BARBOSA LÁ

Pela primeira vez um instituto de pesquisa testa o nome do ministro Joaquim Barbosa, do STF (Supremo Tribunal Federal), para a disputa presidencial de 2014. Na sondagem, feita pelo Ipespe, 24% dizem que votariam nele “com certeza” e 26% dizem que poderiam votar — numa soma que chega a 50% do eleitorado.

QUEM É ELE?

Na pesquisa, feita por telefone com mil eleitores em todo o país, 15% dizem que não votariam em Barbosa “de jeito nenhum”. E 31% afirmam que não o conhecem “o suficiente para opinar”. A sondagem será divulgada hoje num encontro de juízes em Florianópolis (SC).

DILMA VERSUS JOAQUIM

Os técnicos do instituto alertam para o fato de o nome de Barbosa não ter sido apresentado em tabela com outros candidatos. A pergunta ao eleitorado lembra apenas que “as pessoas poderão reeleger Dilma Rousseff ou votar em outros candidatos”. E pergunta o que elas fariam se Barbosa se candidatasse.

BALANÇA

O ministro do STF consegue maior percentual no Nordeste (28%). No Sul, tem 17%.

01 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça determina libertação de ex-diretores de agências

Irmãos Paulo Vieira, ex-diretor da ANA, e Rubens Vieira, ex-diretor da Anac, são soltos por ordem do Tribunal Regional Federal

O desembargador Nelton dos Santos, do Tribunal Regional Federal, da 3ª região, em São Paulo, concedeu o habeas corpus ao ex-diretor da ANA Paulo Vieira, apontado pela Polícia Federal como chefe da quadrilha responsável por corromper agentes públicos. Ele havia sido preso pela Operação Porto Seguro no último dia 23 (sexta-feira).

Seu irmão, Rubens Vieira, diretor da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) também foi libertado.

A decisão da Justiça sobre Paulo e Rubens Vieira foi tomada com base em jurisprudência do STF (Supremo Tribunal Federal) e no artigo 282, inciso 6º, do Código de Processo Penal.

A liminar foi concedida com base na substituição da prisão preventiva pela adoção de medidas cautelares.

A partir de agora, Paulo e Rubens Vieira terão que se apresentar diante do juiz da 5ª Vara Criminal Federal a cada 15 dias para informar e justificar as suas atividades.

Os dois foram suspensos do exercício de funções públicas. Eles também não podem viajar para o exterior sem autorização da Justiça.

DEFESA

“A decisão judicial é importante por reconhecer que o acusado não oferece perigo algum à ordem pública, não interfere no andamento do processo e tem plenas condições de se defender em liberdade”, informou em nota, Pierpaolo Bottini, advogado de Paulo Vieira.

Os advogados Karin Klempp e Fauzi Achoa, que defen-

dem Rubens Vieira, não foram encontrados ontem pela Folha.

Preso no 2º Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo, Paulo Vieira aguardava até a noite de ontem a chegada do oficial de Justiça para ser libertado.

Já Rubens Vieira está no presídio da Papuda em Brasília e também aguardava a comunicação da Justiça para deixar a unidade.

O advogado Marcelo Rodrigues Vieira, irmão de Paulo e Rubens Vieira, ainda permanece preso.

Ele deu entrada, apenas ontem, com seu pedido de habeas corpus. A Justiça ainda está analisando o caso.

“A decisão judicial é importante por reconhecer que o acusado não oferece perigo algum à ordem pública, não interfere no andamento do processo

PIERPAOLO BOTTINI
advogado de Paulo Vieira

Troca de favores por e-mail gerou briga e cobrança

A troca de favores entre Rosemary Noronha, ex-chefe de gabinete da Presidência em São Paulo, e Paulo Vieira, ex-diretor da ANA (Agência Nacional de Águas), foi marcada por brigas, discussões e cobranças.

Uma troca de e-mails interceptados com autorização da Justiça pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro mostra as reclamações da dupla com a demora de um atender as solicitações do outro.

O caso de maior desavença entre eles aconteceu em 22 de abril de 2009.

Naquele dia, Rose, como é conhecida a ex-assessora do Planalto, encaminha a Paulo Vieira uma mensagem com o título “Cobranças sem fundamento”.

Rose reclama da pressa de Vieira em ver todos os pedidos feitos pelo então diretor da ANA atendidos.

A ex-chefe de gabinete avisa que não considera “um favor” o pagamento que Paulo Vieira fará. “Entendo que trabalhei muito. Não sou boba”, reclama.

Rose continua: “Não gostei nem um pouco de suas cobranças. O que não está andando além da Anac [Agência Nacional de Aviação Civil]?”, questiona ela.

CONTINUA

01 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Segundo ela, todos os outros pedidos feitos na Bahia —ela não especifica quais— e na ANA estão “bem encaminhados”.

Vieira, como mostram outras mensagens interceptadas pela polícia, mostrava interesse em expandir seu “poder” no Estado.

Na relação de pedidos, falta apenas o do Banco do Brasil, explica Rose. As mensagens não deixam claro qual é a solicitação de Vieira, mas a PF suspeita que seja um cargo em alguma vice-presidência.

“[Os pedidos] serão resolvidos após a posse da nova diretoria que é amanhã. As pessoas precisam sentar na cadeira e tomar pé do que está em jogo”, escreve Rose.

No dia 23, como Rose antecipara a Vieira, a nova diretoria do BB toma posse.

O tom nos e-mails entre os dois permanece assim durante todo o dia até que o ex-diretor da ANA encaminha um e-mail, às 17h06, do mesmo dia 22. Nele, com o título “dados” apenas uma frase: “Preciso dos dados para as providências”.

Em nota, a ex-assessora diz que nunca fez nada ilegal.

01 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Conselho aponta 'mordomias' em presídio militar do Rio

Inspeção do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) apontou mordomias nas celas da Unidade Prisional da Polícia Militar do Rio. Segundo relatório, as benesses favorecem principalmente oficiais da corporação, presos enquanto aguardam julgamento.

Vistoria de dezembro de 2011 mostra que havia celas com eletrodomésticos, cozinhas montadas, sofás, espreguiçadeiras, ar-condicionado, TV de plasma e piso de cerâmica. A unidade hoje abriga 325 presos, dos quais 41 ex-policiais mantidos ali pela Justiça.

Ontem, após a divulgação do relatório pelo jornal "Extra", a Vara de Execuções Penais interditou o local, o que impede que novos presos sejam admitidos. Os juízes detectaram problemas semelhantes aos identificados há um ano.

"Não há, em realidade, celas, mas sim apartamentos cuja metragem varia de acordo com a patente do militar preso", diz o relatório do CNJ.

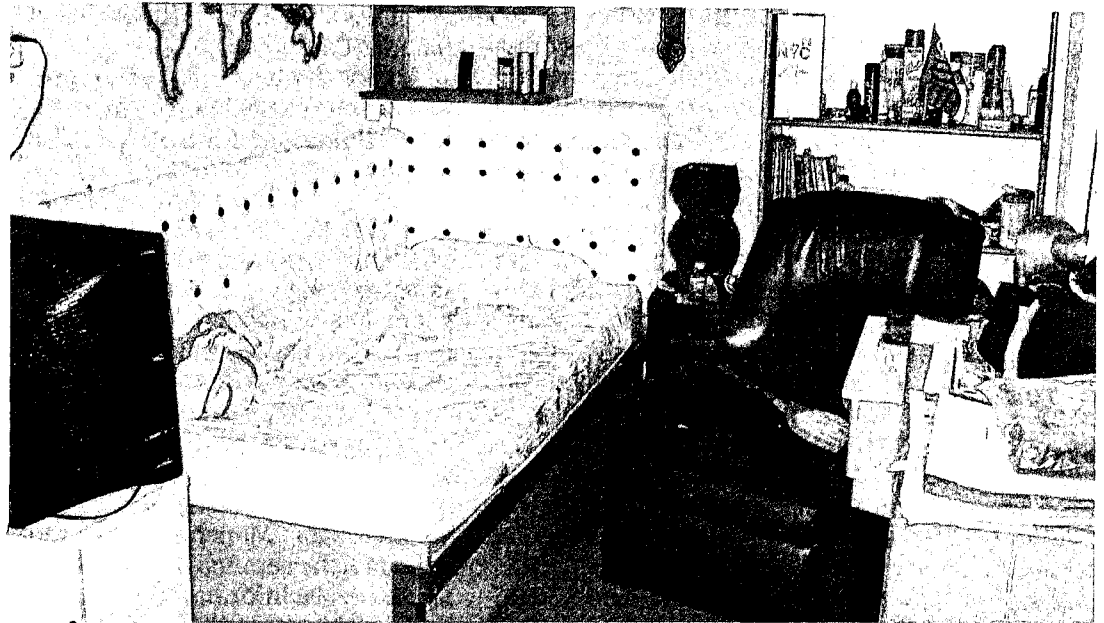
A situação é bem diferente em outros presídios visitados. No Ary Franco, que compõe o complexo de Bangu, o conselho apontou superlotação, com celas mal iluminadas e que ficam alagadas com chuvas.

A mordomia na Unidade Prisional da PM (antigo Batalhão Especial Prisional) já foi flagrada antes — como em festas de detentos. No ano passado, 2.600 latas de cerveja foram apreendidas quando eram entregues no local.

A PM afirmou que "há benefícios que são resultado de bom comportamento". "Ventiladores não são benefícios conquistados e sim trazidos por fami-

liares de presos e autorizados. A Corregedoria já retirou, desde a inspeção, diversos televisores. Restam apenas dois, que atendem coletivamente aos internos", diz, em nota.

O órgão afirma ainda que todas as irregularidades apontadas no relatório "são ou foram motivo de averiguação, sindicância ou inquérito policial militar", mas não divulgou resultados.



» TRÊS ESTRELAS Cella da Unidade Prisional da Polícia Militar do Rio; juízes da Vara de Execuções Penais apontaram mordomias para oficiais e interditaram o local



Cela da Universidade Prisional da Polícia Militar do Rio de Janeiro parece apartamento

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Invioláveis

SÃO PAULO- O STF deve decidir na semana que vem se os deputados condenados no mensalão perdem automaticamente seus mandatos. Se os ministros optarem pela cassação, estarão afirmando a preponderância do princípio da igualdade perante a lei (pela Constituição, condenações penais implicam a suspensão dos direitos políticos). Caso contrário, estarão reforçando o entendimento de que é a inviolabilidade parlamentar que deve prevalecer.

Por instinto, inclino-me mais pela primeira opção. Procurando informar-me mais sobre o assunto, encontrei o interessante livro “Politicians Above the Law” (políticos acima da lei), em que o jurista canadense J.P. Joseph Maingot sustenta com argumentos convincentes a tese de que as inviolabilidades de legisladores e governantes precisam ser abolidas.

Maingot diferencia a imunidade contra processos por crimes de opinião —que faz sentido, embora não seja muito mais do que uma aplicação robusta da liberdade de expressão garantida a todos os cidadãos— da inviolabilidade, que são proteções que se estendem para além da atividade parlamentar, como a exigência de licença específica do Legislativo para processar e prender. Segundo o autor, que fez um levantamento da situação legal em vários países, 75% dos parlamentos concedem algum tipo de inviolabilidade.

A tese central de Maingot é a de que a inviolabilidade, um instrumento concebido para épocas em que reis mandavam cortar a cabeça de parlamentares que lhes traziam más notícias e em que todo nobre francês bem relacionado mantinha em sua gaveta uma ou duas “lettres de cachet” com as quais podia despachar seus desafetos para a cadeia, não tem mais lugar nas democracias do século 21.

O instituto não só conspira contra a igualdade de todos diante da lei e a independência do Judiciário como ainda traz para o Parlamento criminosos interessados em obter um mandato para escudar-se da Justiça.

01 DEZ 2012

01 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Com oposição dividida, OAB tem vitória da situação

Com 38%, Marcos da Costa vai ser o presidente da seção paulista da Ordem

Juntos, Alberto Toron e Ricardo Sayeg recebem 55,8% dos votos nas eleições de 5ª; mandato vai de 2013 a 2015

GITÂNIO FORTES
DE SÃO PAULO

A exemplo das eleições anteriores, de 2009, a situação venceu a disputa pela presidência da OAB-SP com menos votos que a oposição.

Organizados em duas chapas, os opositores deram espaço para o grupo que está há nove anos à frente da entidade ganhar um novo mandato após uma campanha em que não faltou atrito entre os concorrentes.

Com todas as urnas da capital e 93% das subseções apuradas, o advogado Marcos da Costa é o presidente eleito, com 38,2% dos votos. Vai dirigir a entidade no triênio de 2013 a 2015.

Juntos, Alberto Toron e Ricardo Sayeg somaram 55,8%. Toron recebeu 35,3% dos votos, e Sayeg ficou com 20,5%. O resultado oficial deve sair na segunda-feira.

Em 2009, Luiz Flávio Borges D'Urso venceu com 36,5%. As três chapas que lhe

fizeram oposição tiveram, juntas, 52,6%. Norma federal determina a votação em somente um turno.

Formado pela FMU, Da Costa, 48, vai ser o responsável pela gestão da entidade estadual que representa pouco mais de 40% dos advogados de todo o país.

O presidente eleito disse à **Folha** que, no início de seu mandato, vai buscar viabilizar a proposta de campanha de criar o Conselho Estadual de Justiça. "Esse é um passo importante para dar mais transparência e democratizar a gestão do Tribunal de Justiça de São Paulo", afirmou.

Segundo Da Costa, a divisão dos votos entre as três chapas reflete os debates ao longo da campanha. A partir de 1º de janeiro, porém, "não haverá mais situação e oposição, mas sim um trabalho para toda a advocacia".

Em nota, Toron e a vice de sua chapa, Rosana Chiavassa, cumprimentaram Da Costa e exortaram os mais de "50 mil advogados" que votaram neles a acompanhar "o trabalho da nova diretoria da Ordem paulista, da mesma forma que nós faremos".

Sayeg disse que considerava uma "vitória política" os 20% de votos que recebeu.

FOLHA DE S. PAULO

As mães do crack

DRAUZIO VARELLA

É um experimento macabro da natureza que reduz seres humanos à situação de animais de laboratório

01 DEZ 2012

DIFÍCIL AVISTAR um grupo de usuários de crack em que não haja uma menina grávida. Desviamos o olhar para não correr o risco de encontrar o delas, embaçado pela escravidão da dependência.

As razões que as levam a conceber um filho na miséria em que se encontram são óbvias: crack é droga psicotativa de uso compulsivo que destrói o caráter e subjuga o arbítrio. É um experimento macabro da natureza que reduz seres humanos à situação de animais de laboratório, condicionados a buscar a qualquer preço a recompensa que a cocaína lhes traz.

Quando o adolescente rouba a aliança de casamento da mãe viúva que pega três conduções para chegar ao trabalho, não é por falta de amor, mas pela necessidade. É a premência incoercível para sentir o baque da cocaína no cérebro, prazer intenso e fugaz como o orgasmo, que o leva a arruinar o futuro pessoal e a infernizar a vida dos familiares.

Como bem caracterizou um usuário: — Doutor, pense no desespero de correr para o banheiro no pior desarranjo intestinal. A compulsão do crack é cem vezes pior.

No caso das meninas dependentes, contingente que aumenta de forma assustadora, as consequências são mais trágicas. Muitas vezes iniciadas antes de chegar à adolescência, são elas as principais vítimas da crueldade das ruas para as quais foram arrastadas.

Às desprovidas de talento e coragem para furtar, assaltar ou pedir esmola, sobra o recurso derradeiro: vender o corpo. A preço vil, porque

transitam num ambiente social formado por uma legião de desvalidos que perambula pelas cracolândias sem destino nem banho, para quem sexo não é prazer que chegue aos pés do crack.

No meio desse refugio social, quando conseguem 20 reais por um programa é motivo de festa; caso contrário, aceitam dez, o bastante para uma pedra. Em dias de menos sorte cobram cinco por uma sessão de sexo oral, provação especialmente dolorosa quando os lábios estão queimados pelo cachimbo incandescente. Esse é o cenário de horror em que engravidam.

Sem que tenham consciência de seu estado, as primeiras semanas do desenvolvimento embrionário acontecem sob o impacto da cocaína. Quando descobrem a gravidez, a realidade dificilmente se altera.

Na penitenciária feminina, atendi uma moça, que aos 13 anos deu à luz numa calçada da rua Dino Bueno, anestesiada pela droga, sem entender que aquelas cólicas eram dores de parto.

Em São Paulo, a maioria das parturientes do crack são encaminhadas para o Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, na zona leste, que procurou se adaptar para atender esse contingente que cresce a cada ano. Dez anos atrás, havia um ou dois partos de usuárias por ano, agora há pelo menos um por semana.

Como tratar dos bebês quando entram em crise de abstinência? Que destino dar a eles quando a mãe morre numa cracolândia?

Por lei, a maternidade é obrigada a entrar em contato com o Con-

selho Tutelar, que pode retirar o poder familiar da mãe, caso a considere incapaz de cuidar do filho. O recém-nascido vai para uma creche, enquanto a Justiça procura localizar alguém da família que se interesse em recebê-lo. Quando a tentativa falha, a criança é enviada para adoção.

Separar a mãe do filho é experiência traumática que costuma devolvê-la mais depressa para as ruas. Até a gravidez seguinte, durante a qual continuará a usar a droga. Elas assim o fazem não porque sejam mães desnaturadas, mas porque o crack é mais poderoso do que todas as vontades, mais forte até do que o instinto materno.

Exigir que sob o domínio do crack lhes sobre discernimento para a disciplina dos métodos contraceptivos, é arrogância dos ignorantes que desconhecem a ação farmacológica da cocaína; é tripudiar sobre a desgraça alheia.

Existem anticoncepcionais injetáveis administrados a cada três meses, ideais para esse tipo de situação. Como é insensato esperar que a usuária procure os serviços de saúde, não seria muito mais lógico levá-los até ela?

Antes que os defensores de ideologias medievais rotulem como eugênica essa solução, vamos deixar claro que não haveria necessidade de qualquer constrangimento, as dependentes aceitariam de bom grado a oferta do anticoncepcional.

Elas não concebem filhos com o intuito de viver os mistérios da maternidade.

01 DEZ 2012
FOLHA DE S. PAULO

→ HÁ 50 anos 1º.dez.1962

Tribunal suspende sindicalização de 'bagrinhos' no porto de Santos

DO BANCO DE DADOS - O presidente do TFR (Tribunal Federal de Recursos), Sampaio Costa, suspendeu o mandado de segurança do juiz Francis Selwyn Davis, que garantia a inclusão dos "bagrinhos" no Sindicato dos Estivadores.

A medida visa amenizar a tensão após a Marinha enviar 900 fuzileiros até o porto de Santos para impedir a sindicalização dos substitutos da estiva, os "bagrinhos", que não têm as mesmas garantias do estivador sindicalizado.

A Assembleia Legislativa de SP, preocupada com a intervenção da Marinha, cobrou ações do governador Carvalho Pinto e a defesa da autonomia do Estado.

02 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Fux levou seu currículo a Dirceu por vaga no STF

Em 2010, ministro da corte pediu ajuda a réu do mensalão que julgou agora

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

Em 2010, quando estava no Superior Tribunal de Justiça e iniciou campanha para ser indicado ao Supremo, o ministro Luiz Fux, 59, levou seu currículo a José Dirceu e pediu que o entregasse ao então presidente Lula.

Àquela altura, o ex-ministro da Casa Civil aguardava o julgamento do mensalão.

Em entrevista à **Folha**, Fux diz que não achou incompatível procurar réu de processo que ele poderia vir a julgar e que não se lembrou da condição de “mensaleiro” do petista.

Para Dirceu, o voto do novo ministro do STF, indicado por Dilma, poderia ser o da sua absolvição. No julgamento, porém, Fux foi implacável. “Eu só ouvia as pessoas dizendo: ‘não tem prova, não tem prova’. Mas, quando fui ler o processo, fiquei estarecido.”

“ Seria um absurdo condenar alguém sem provas. Eu não teria condições de dormir se fizesse isso

LUIZ FUX
ministro do Supremo Tribunal Federal

02 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Em campanha para o STF, Fux procurou Dirceu

Magistrado diz que na época não lembrou que petista era réu do mensalão, processo que poderia vir a julgar

RAIO-X LUIZ FUX, 59

ORIGEM

Rio de Janeiro (RJ)

FAMÍLIA

Casado com Eliane Fux, tem dois filhos: Rodrigo e Marianna, ambos advogados

FORMAÇÃO

Bacharel em direito pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Concluiu doutorado em processo civil, também pela Uerj

CARREIRA

Atuou por 18 anos no Ministério Público do Rio. Foi juiz em Niterói (RJ). Passou a desembargador do TJ-RJ em 1997 e, em 2001, foi nomeado pelo então presidente FHC para o STJ. Está no Supremo desde 2011, indicado por Dilma

Ministro afirma que, na conversa, pediu que seu currículo fosse entregue ao então presidente Lula

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O ministro Luiz Fux, 59, diz que desde 1983, quando, aprovado em concurso, foi juiz de Niterói (RJ), passou a sonhar com o dia em que se sentaria em uma das onze cadeiras do Supremo Tribunal Federal (STF).

Quase trinta anos depois, em 2010, ele saía em campanha pelo Brasil para convencer o então presidente Lula a indicá-lo à corte.

Fux era ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), o penúltimo degrau na carreira da magistratura. “Estava nessa luta” para o STF desde 2004 —sempre que surgia uma vaga, ele se colocava. E acabava preterido. “Bati na trave três vezes”, diz.

AVAL

Naquele último ano de governo Lula, era tudo ou nada.

Fux “grudou” em Delfim Netto. Pediu carta de apoio a João Pedro Stedile, do MST. Contou com a ajuda de Antônio Palocci. Pediu uma força ao governador do Rio, Sérgio Cabral. Buscou empresários.

E se reuniu com José Dirceu, o mais célebre réu do mensalão. “Eu fui a várias pessoas de SP, à Fiesp. Numa dessas idas, alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula.”

O ministro diz não se lembrar quem era o “alguém” que o apresentou ao petista.

Fux diz que, na época, não achou incompatível levar currículo ao réu de processo que ele poderia no futuro julgar. Apesar da superexposição de Dirceu na mídia, afirma que nem se lembrou de sua condição de “mensaleiro”.

“Eu confesso a você que naquele momento eu não me lembrei”, diz o magistrado. “Porque a pessoa, até ser julgada, ela é inocente.”

Conversaram uma só vez, e por 15 minutos, segundo Fux. Conversaram mais de uma vez, segundo Dirceu.

A equipe do petista, em resposta a questionamento da **Folha**, afirmou por e-mail: “A assessoria de José Dirceu confirma que o ex-ministro participou de encontros com Luiz Fux, sempre a pedido do então ministro do STJ”.

Foram reuniões discretas e reservadas.

CONTINUA

CURRÍCULO

Para Dirceu, também era a hora do tudo ou nada.

Ele aguardava o julgamento do mensalão. O ministro a ser indicado para o STF, nos estertores do governo Lula, poderia ser o voto chave da tão sonhada absolvição.

A escolha era crucial.

Fux diz que, no encontro com Dirceu, nada disso foi tratado. Ele fez o seguinte relato à **Folha**:

Luiz Fux - Eu levei o meu currículo e pedi que ele [Dirceu] levasse ao Lula. Só isso. **Folha** - Ele não falou nada [do mensalão]?

Ele falou da vida dele, que tava se sentindo... em outros processos a que respondia...

Tipo perseguido?

É, um perseguido e tal. E eu disse: "Não, se isso o que você está dizendo [que é inocente] tem procedência, você vai um dia se erguer". Uma palavra, assim, de conforto, que você fala para uma pessoa que está se lamentando.

"MATO NO PEITO"

Dirceu e outros réus tiveram entendimento diferente. Passaram a acreditar que Fux votaria com eles.

Uma expressão usual do ministro, "mato no peito", foi interpretada como promessa de que ele os absolveria.

Fux nega ter dado qualquer garantia aos mensaleiros.

Ele diz que, já no governo Dilma Rousseff, no começo de 2011, ainda em campanha para o STF (Lula acabou deixando a escolha para a sucessora), levou seu currículo ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Na conversa, pode ter dito "mato no peito".

Folha - Cardozo não perguntou sobre o mensalão?

Não. Ele perguntou como era o meu perfil. Havia causas importantes no Supremo para desempatar: a Ficha Limpa, [a extradição de Cesare] Battisti. Aí eu disse: "Bom, eu sou juiz de carreira, eu mato no peito". Em casos difíceis, juiz de carreira mata no peito porque tem experiência.

Em 2010, ainda no governo Lula, quando a disputa para o STF atingia temperatura máxima, Fux também teve encontros com Evanise Santos, mulher de Dirceu.

Em alguns deles estava o advogado Jackson Uchôa Vianna, do Rio, um dos melhores amigos do magistrado.

Evanise é diretora do jornal "Brasil Econômico". Os dois combinaram entrevista "de cinco páginas" do ministro à publicação.

Evanise passou a torcer pela indicação de Fux.

Em Brasília, outro réu do mensalão, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), articulava apoio para Fux na bancada do PT.

A movimentação é até hoje um tabu no partido. O deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) é um dos poucos que falam do assunto.

Vaccarezza - Quem primeiro me procurou foi o deputado Paulo Maluf. Eu era líder do governo Lula. O Maluf estava defendendo a indicação e me chamou no gabinete dele para apresentar o Luiz Fux. Tivemos uma conversa bastante positiva. Eu tinha inclinação por outro candidato [ao STF]. Mas eu ouvi com atenção e achei as teses dele interessantes.

Folha - E o senhor esteve também na casa do ministro Fux com João Paulo Cunha?

Eu confirmo. João Paulo me ligou dizendo que era um café da manhã muito importante e queria que eu fosse. Eu não te procurei para contar. Mas você tem a informação, não vou te tirar da notícia.

O mensalão foi abordado?

Não vou confirmar nem vou negar as informações que você tem. Mas eu participei de uma reunião que me parecia fechada. Tinha um empresário, tinha o João Paulo. Sobre os assuntos discutidos, eu preferia não falar.

Fux confirma a reunião. Mas diz que ela ocorreu depois que ele já tinha sido escolhido para o STF. Os petistas teriam ido cumprimentá-lo.

Na época, Cunha presidia comissão na Câmara por onde tramitaria o novo Código de Processo Civil, que Fux ajudou a elaborar.

Sobre Maluf, diz o magistrado: "Eu nunca nem vi esse homem". Maluf, avisado do tema, disse que estava ocupado e não atendeu mais às chamadas da **Folha**. Ele é réu em três processos no STF.

CHORO

No dia em que sites começaram a noticiar que ele tinha sido indicado por Dilma para o STF, "vencendo" candidatos fortes como os ministros César Asfor Rocha e Teori Zavascki, também do STF, Fux sofreu, rezou, chorou.

Luiz Fux - A notícia saiu tipo 11h. Mas eu não tinha sido comunicado de nada. E comecei a entrar numa sensação de que estavam me fritando. Até falei para o meu motorista: "Meu Deus do céu, eu acho que essa eu perdi. Não é possível". De repente, toca o telefone. Era o José Eduardo Cardoso. Aí eu, com aquela ansiedade, falei: "Bendita ligação!". Ele pediu que eu fosse ao seu gabinete.

No Ministério da Justiça, ficou na sala de espera.

Luiz Fux - Aí eu passei meia hora rezando tudo o que eu sei de reza possível e imaginável. Quando ele [Cardozo] abriu a porta, falou: "Você não vai me dar um abraço? Você é o próximo ministro do Supremo Tribunal Federal". Foi aí que eu chorei. Extravasei.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

02 DEZ 2012

De fevereiro de 2011, quando foi indicado, a agosto de 2012, quando começou o julgamento do mensalão, Fux passou um período tranquilo. Assim que o processo começou a ser votado, no entanto, o clima mudou.

Para surpresa dos réus, em especial de Dirceu e João Paulo Cunha, ele foi implacável. Seguiu Joaquim Barbosa, relator do caso e considerado o mais rigoroso ministro do STF, em cada condenação.

Foi o único magistrado a fazer de seus votos um espelho dos votos de Barbosa. Divergiu dele só uma vez.

Quanto mais Fux seguia Barbosa, mais o fato de ter se reunido com réus antes do julgamento se espalhava no PT e na comunidade jurídica.

Advogados de SP, Rio e Brasília passaram a comentar o fato com jornalistas.

A raiva dos condenados, e até de Dilma, em relação a Fux chegou às páginas dos jornais, em forma de notas cifradas em colunas —inclusive da **Folha**.

Pelo menos seis ministros do STF já ouviram falar do assunto. E comentaram com terceiros.

Fux passou a ficar incomodado. Conversou com José Sarney, presidente do Senado. “Sei que a Dilma está chateada comigo, mas eu não prometi nada.” Ele confirma.

Na posse de Joaquim Barbosa, pouco antes de tocar guitarra, abordou o ex-deputado Sigmaringa Seixas, amigo pessoal de Lula. Cobrou dele o fato de estarem “espalhando” que prometera absolver os mensaleiros.

Ao perceber que a **Folha** presenciava a cena, puxou a repórter para um canto. “Querem me sacanear. O pau vai cantar!”, disse. Questionado se daria declarações oficiais, não respondeu.

Dias depois, um emissário de Fux procurou a **Folha** para agendar uma entrevista.

CONTINUA

'Pensei que não tinha provas; li o processo e fiquei estarecido'

Fux diz que não fez promessa a acusados e afirma que não troca consciência por cargo

Ministro diz que é 'do bem' e que pior função do magistrado é julgar e condenar réus de processos criminais

Sentado num sofá de couro preto na sala de sua casa, em Brasília, na terça passada, o ministro Luiz Fux ainda estava sob o efeito da repercussão da posse de Joaquim Barbosa, na semana anterior.

Ele roubou a cena ao fazer um discurso de mais de 50 minutos repleto de agradecimentos e elogios à presidente Dilma Rousseff.

Mais tarde, na festa, tocou guitarra para homenagear o novo presidente do Supremo.

Fux já tocou em banda. Em 2011, compôs uma canção. "Fala das virtudes das mulheres. O Michael Sullivan musicou e vai colocá-la em seu novo CD". O título: "Ela". O refrão: "Capaz de ir ao céu por uma estrela/Que ilumina e brilha o ser amado".

"O Fagner também quer fazer uma versão. E a gente ainda tem a ambição de levar para o Roberto Carlos ver."

O ministro pede para a cozinheira, dona Lourdes, trazer uma bandeja com refrigerantes. Só diet.

Fux é vaidoso, e assume. "Já fiz implante capilar." Pensa em fazer cirurgia para retirar as bolsas embaixo dos olhos. E só. "Plástica em rosto de homem fica horrível."

Corre 4 km por dia. Faz ginástica. Luta jiu-jitsu. Toma suco verde "todo dia, que te deixa sempre rejuvenescido". E guaraná em pó "numa fórmula que eu inventei, com Targifor C. Tomo ácido linoleico também, porque aí você corre, perde mais fluido, transpira, entendeu?"

"Eu tenho que me cuidar", diz. "Quando a roupa aperta, eu neurotizo."

Na entrevista à **Folha**, o ministro falou sobre a bronca que levou da mãe, a médica Lucy Fux, 84, por ter tocado guitarra na posse de Barbosa. E sobre o encontro que teve com réus do mensalão antes do julgamento do caso. Leia abaixo um resumo da conversa. (MÔNICA BERGAMO)

BRONCA DA MÃE

A felicidade é uma coisa efêmera. E naquele dia [da posse de Joaquim Barbosa] eu estava muito feliz. E me dei o direito de homenagear o Joaquim com uma música. Se meu pai fosse vivo, me reprimiria sobremodo. Não tenha

dúvida. Assim como minha mãe o fez. Eu não imaginava que fosse ter essa repercussão. Certamente não se repetirá.

JOSÉ DIRCEU

Falei com ele 15 minutos [em 2010]. Ele disse que levaria meu perfil e conversaria com o presidente Lula. Aí eu soube que trabalhava para outro candidato [Fux não diz quem é]. Por isso é que não entendo essas críticas. O Zé Dirceu apoiou outro, o Lula não me nomeou, e a toda hora se ouve isso. E outra coisa: não troco consciência e independência por cargo. Então não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eu fui nomeado pela Dilma.

DILMA

Eu não sabia [que Dilma tinha ligações com Dirceu, o PT e Lula]. Sinceramente. A informação que nós tínhamos era outra. Que a Dilma tem a independência dela, a postura dela, faz as escolhas que ela quer. Ela não nomeou quem o José Dirceu e o Lula apoiavam. Engraçado, para mim, sinceramente, eu acho que a meritocracia, para a presidenta Dilma, conta muito.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 02 DEZ 2012

ESTARRECIDO

Havia [em 2010] essa manifestação cotidiana e recorrente de que não havia provas [para condenar os mensaleiros]. Eu só ouvia as pessoas dizendo “não tem prova, não tem prova, não tem prova”. Eu tinha a sensação “bom, não tem provas”. Eu pensei que realmente não tivesse. Quando fui ler o processo, no recesso [julho], dez horas por dia, 50 mil páginas, 500 volumes de documentos, verifiquei que tem prova. Eu fiquei estarrecido.

PROMESSA

Não, imagina [se fez a algum réu, quando concorria ao STF, promessa de absolvição]. Nem podia dizer [que achava que não havia provas]. Seria uma leviandade, eu não conhecia o processo.

ELO

O que se pode imaginar [sobre a origem da contrariedade] é isso: havia uma cultura difundida de que não havia provas. Quando tomei posse, declarei a um jornal: “Se não tiver provas, eu absolvo; se tiver, condeno”. Esse elo foi sendo levado ao extremo. Só que eu disse isso numa época em que não conhecia o processo. E aí entra a independência do juiz.

IMPROCEDENTE

Mas isso [críticas] pode ser uma coisa arquitetada. Como é que ele [Dirceu] vai ter raiva se ajudou uma outra pessoa? Como é que o outro [Lula] tem raiva se ele não me nomeou?

PROVAS

Seria um absurdo condenar alguém sem provas. Eu não teria condições de dormir se fizesse isso. Te confesso do fundo do coração.

SONHO

Todo juiz tem essa ambição de chegar ao Supremo. Eu uso a expressão: quem não quer ser

general tem que ir embora do Exército. Fui candidato três outras vezes [entre 2004 e 2010]. Busquei apoio demais. Viajei para o Nordeste, achava que tinha que ter o maior apoio político possível. O que é um erro porque o presidente não gostava desse tipo de abordagem. Quando nomeia, ele quer que seja um ato dele.

RITUAL

É uma campanha. Tem um ritual. Você tem que fazer essa caminhada política necessariamente. Como eu me apresentava? Mostrando que sou uma pessoa que gosta de bater papo, carioca, despojado. E, ao mesmo tempo, currículo. Mas só meritocracia não vai.

ANTÔNIO PALOCCI

Na primeira vez que concorri, havia um problema muito sério do crédito-prêmio do IPI que era um rombo imenso no caixa do governo. Ele era ministro da Fazenda e foi ao meu gabinete [no STJ]. Eu vi que a União estava levando um calote. E fui o voto líder desse caso. Você poupar 20 bilhões de dólares para o governo, o governo vai achar você o máximo. Aí toda vez que eu concorria, ligava para ele.

DELFIN NETTO

Em 2009, participei com ele de um debate sobre ética, sociedade e Justiça. Fizemos uma amizade, batemos um papo. E aí comecei a estreitar. Porque, claro, alguém me disse: “Olha, o Delfim é uma pessoa ouvida pelo governo”. Aí eu coleí no pé dele [risos].

STEDILE

Ele me apoia pelo seguinte: houve um grave confronto no Pontal do Paranapanema e eu fiz uma mesa de conciliação no STJ entre o proprietário e os sem-terra. Depois pedi a ele para mandar um fax me recomendando e tal. Ele mandou.

SERGIO CABRAL

Eu sou amigo dele e também da mulher dele. E ele levou meus currículos [para Dilma]. Você tem que ter uma pessoa para levar seu perfil e seu currículo a quem vai te nomear. Senão, não adianta. Agora, também não posso me desmerecer a esse ponto: eu tinha um tremendo currículo, 17 livros publicados.

NEPOTISMO

Eu acho uma violação à isonomia [a proposta, defendida por Joaquim Barbosa, de que familiares de magistrados sejam proibidos de advogar em tribunais em que estão seus parentes]. E esses meninos e essas meninas que foram criados aqui em Brasília? E esses meninos filhos de ministros? Você estigmatiza.

MENSALÃO NA TV

Eu não sou muito favorável à TV Justiça, embora esteja introjetada no povo a ideia de que ela dá transparência aos julgamentos. Eu não sei nem onde fica a câmera. O juiz se acostuma a viver na solidão, mesmo na presença de várias pessoas. Num caso como o do mensalão, a opinião pública não pode ter interferência absolutamente nenhuma.

CONDENAR

A pior função do magistrado é essa. Entendo inclusive que o Supremo poderia abdicar dessa competência para as instâncias inferiores, até para que elas possam analisar [processos] sem grandes exposições. Eu tive muita preocupação no meu voto [no mensalão] de falar em “agremiação partidária”, “primeiro denunciado”. Eu não queria politizar o voto, estigmatizar ninguém.

DO BEM

Eu te confesso que tenho esse pendor como ser humano e como magistrado. Eu acho a pior coisa [julgar e condenar em processos criminais]. Se pudesse, diria “eu quero fazer tudo, menos isso”. Você pode pesquisar para saber o que as pessoas pensam de mim sobre a minha característica, o lado humano. Eu sou o que eu sou. Eu sou assim, eu sou do bem.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

02 DEZ 2012

“ Eu tinha a sensação ‘bom, não tem provas’ [no processo do mensalão]. Eu pensei que realmente não tivesse. Quando li o processo, fiquei estarecido

É uma campanha [para ser indicado ministro do STF]. Tem um ritual. Você tem que fazer essa caminhada política necessariamente. Só meritocracia não vai

“ Eu fui a várias pessoas de SP. Numa dessas idas, alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula

Eles [o réu João Paulo Cunha e Vacarezza] vieram me cumprimentar

Ele [Cardozo] falou ‘você é o próximo ministro do STF’. Foi aí que eu chorei. Extravasei

“ Houve confronto e eu fiz uma conciliação no STF entre fazendeiro e sem terra. Depois pedi ao Stedile para mandar fax me recomendando. Ele mandou

“ A informação que nós tínhamos é que a Dilma tem a independência dela, a postura dela, faz as escolhas que quer. Ela não nomeou quem o José Dirceu e o Lula apoiavam

“ Fizemos amizade em um debate. E aí comecei a estreitar. Alguém me disse: ‘Olha, o Delfim é uma pessoa ouvida pelo governo’. Eu coleí no pé dele

“ Fui o voto líder [em ação a favor do Executivo]. Você poupar 20 bilhões de dólares, o governo vai achar você o máximo. Aí toda vez que eu concorria, ligava para o Palocci

**“É inútil
querer
ser bom o
tempo todo”**

Fux tem o hábito de grifar os livros que lê e de resumir os capítulos para fixar melhor os seus ensinamentos.

Ele agora está lendo “Nietzsche para Estressados”, de Allan Percy, um especialista em literatura de autoajuda e desenvolvimento pessoal.

É um manual com “99 doses de filosofia para despertar a mente e combater as preocupações”. Grifou frases como “quem tem uma razão de viver é capaz de suportar qualquer coisa” e “é inútil querermos ser bons o tempo todo e fazer tudo certo —o que importa é estarmos dispostos a fazer um pouco melhor hoje do que fizemos ontem”.

E ainda: “Os jornalistas sabem que informação é poder. Por isso é importante medir o que dizemos e, sobretudo, a quem dizemos”.

02 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo

pode ter 200 mil presos

em 4 meses

Massa carcerária equivale a toda população de Itapevi, na Grande SP

Governo paulista está construindo 16 novos presídios; especialistas defendem aplicação de mais penas alternativas

Se mantido o ritmo de crescimento da população carcerária como tem se demonstrado neste ano, em quatro meses o Estado de São Paulo deve atingir a marca de 200 mil presos e a taxa de 475 detentos por 100 mil habitantes.

Essa massa carcerária equivale à população de Itapevi, município na região metropolitana de São Paulo.

Diariamente há um aumento de 82 novos detentos no sistema prisional.

“Com essa taxa, São Paulo vai superar quase todos os países da América”, ponderou o assessor jurídico da Pastoral Carcerária, José de Jesus Filho. Hoje, o país que tem a maior taxa de encarceramento é os Estados Unidos, com 790 presos por 100 mil habitantes. No ano passado, o Brasil atingiu o índice de 269.

São Paulo tem hoje 189 mil detentos em 101 mil vagas distribuídas em 152 unidades. É 40% de toda a população carcerária do país.

Para a diretora da ONG Instituto Sou da Paz, Melina Risso, esse aumento da popula-

ção no sistema prisional mostra que os sistemas judiciário e carcerário estão falidos.

“Há um contrassenso nessa discussão. Há uma cultura de que quem cometeu crimes, seja ele qual for, deve ser preso. É uma espécie de vingança. Mas a mesma pessoa que defende as prisões diz que as penitenciárias são escolas do crime”, afirmou.

No mês passado, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que preferia morrer a ficar anos em uma penitenciária no Brasil.

ALTERNATIVAS

O aumento das penas alternativas e a implantação de programas de reinserção sociais são saídas para reduzir a população carcerária, dizem os especialistas.

Com a superlotação nem mesmo a construção de novos presídios tem sido suficiente em São Paulo. De 2010 para cá o governo inaugurou oito penitenciárias. Destas, sete já estão com mais detentos do que comportam.

Ainda assim, como medidas para melhorar esse cenário, a secretaria está construindo 16 novas unidades e expandindo suas centrais de penas alternativas.

FOLHA DE S. PAULO

Abuso quântico e pseudociência

MARCELO KNOBEL

Ayres Britto diz que sua visão espiritualista é confirmada pela física quântica, mas não é disso que ela trata. O analfabetismo científico é um risco à sociedade

02 DEZ 2012

Em entrevista recente à Folha, o recém-aposentado ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, afirmou que sua visão espiritualista de mundo seria confirmada pela física quântica, citando diversos autores, entre os quais Einstein ("A vida começa aos 70", em 18 de novembro).

Cito dois trechos:

1) "Depois, de uns 12 anos para cá, comecei a me interessar por física quântica, e ela me pareceu uma confirmação de tudo o que os espiritualistas afirmam. A física quântica, sobretudo os escritos de Dannah Zohar [especializada em aconselhamento espiritual e profissional]."

2) "Einstein, físico quântico que era, cunhou uma expressão célebre: 'efeito do observador'. Ele percebeu que o observador desencadeava reações no objeto observado. (...) Claro que quando você joga teoria quântica para a teoria jurídica, se expõe a uma crítica mordaz. O sujeito diz: "Mas isso não é ciência jurídica"."

Na verdade, a fascinante física quântica aplica-se somente a sistemas físicos na escala atômica, jamais a questões profissionais ou jurídicas. As analogias podem ser exercícios criativos ou poéticos até interessantes, mas não passam disso.

Ao buscar a palavra "quantum" em qualquer livreria virtual, é assombroso notar que a maioria das obras listadas refere-se a supostas explicações quânticas dos mais diversos aspectos da vida – da memória à cura de enfermidades, passando pelo sucesso no amor e na carreira.

Como físico, acredito em coisas incríveis, como entes que são ondas e partículas simultaneamente, universos multidimensionais, tempos e comprimentos que dependem da

velocidade do objeto, estruturas nanoscópicas que podem atravessar verdadeiras paredes e muitos outros fenômenos que certamente não são nada intuitivos e continuam sendo impressionantes, mesmo após anos e anos de estudo.

Mas em ciência o importante é que as teorias sejam comprovadas seguindo critérios rígidos, metodologias adequadas e publicadas em periódicos de circulação internacional, para que outros pesquisadores possam tentar repetir os experimentos e modelos, verificando possíveis falhas e buscando explicações alternativas, com certo ceticismo. Não é o caso das ideias citadas pelo ministro.

Ocorre que, diariamente, somos inundados por inúmeras promessas de curas milagrosas, métodos de leitura ultrarrápidos, dietas infalíveis, riqueza sem esforço. A grande maioria desses milagres cotidianos são vestidos com alguma roupagem científica: linguagem um pouco mais rebuscada, aparente comprovação experimental, depoimentos de pesquisadores "renomados", alardeado acolhimento em grandes universidades. São casos típicos do que se costuma definir como pseudociência.

A maioria das pessoas vive perfeitamente bem sem saber diferenciar ciência de pseudociência. Mais cedo ou mais tarde, porém, em alguns momentos da vida esse conhecimento pode ser muito importante. Seja para decidir um tratamento médico, seja para analisar criticamente algum boato, seja para se posicionar frente a alguma decisão importante que certamente influenciará a vida de seus filhos e netos.

A sociedade como um todo deve assimilar a cultura científica. É importante a participação de instituições, grupos de interesse e processos coletivos estruturados em torno de sistemas de comunicação e difusão social da ciência, participação dos cidadãos e mecanismos de avaliação social da ciência.

Em uma sociedade onde a ciência e a tecnologia são agentes de mudanças econômicas e sociais, o analfabetismo científico, seja de quem for, pode ser um fator crucial para determinar decisões que afetarão nosso bem-estar social.

É impossível tomar uma decisão consciente se não se tem um mínimo de entendimento sobre ciência e tecnologia, como funcionam e como podem afetar nossas vidas.

MARCELO KNOBEL, 44, físico, é professor do Instituto de Física Gleb Wataghin e pró-reitor de graduação da Unicamp

03 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Física quântica

Logo na primeira frase do artigo “Abuso quântico e pseudociência” (Tendências/Debates, ontem), o físico Marcelo Knobel me atribui afirmação que não fiz: de que minha visão espiritualista de mundo seria confirmada pela física quântica. O certo seria dizer o que se contém, sem tirar nem pôr, na entrevista que dei e a que ele se refere: “Depois, de uns 12 anos para cá, comecei a me interessar por física quântica, e ela me pareceu uma confirmação de tudo o que os espiritualistas afirmam”. Eles, os espiritualistas, e não eu, dr. Knobel. No mais, o ilustre doutor passa a extrair conclusões meramente cerebrinas das minhas respostas e, por isso mesmo, não mais que especulativas ou conjecturais. Pra não dizer fantasiosas, pois não têm nada a ver com as investigações que tenho feito sobre o aproveitamento de certos juízos quânticos como juízos de ciência jurídica. Dentre eles, os princípios “da incerteza”, “da complementaridade” e do “efeito do observador”, além da compreensão dos fenômenos quânticos como ondas de possibilidades.

CARLOS AYRES BRITTO, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (Brasília, DF)

FOLHA DE S. PAULO

O ASSUNTO DE HOJE: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Todo o poder à polícia?

MARCIO FERNANDO ELIAS ROSA E CHRISTIANO JORGE SANTOS

Há delitos de policias e políticos que só foram revelados graças ao Ministério Público. Esperamos que a ideia de enfraquecê-lo não seja consequência do mensalão

03 DEZ 2012

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou no dia 21 de novembro o projeto de emenda constitucional 37, que retira do Ministério Público o poder de realizar investigações criminais, estabelecendo ser função privativa das polícias civis (federal e estaduais).

É uma questão essencial à democracia brasileira. Historicamente, muitos crimes praticados por políticos, policiais ou outros delitos intrincados somente puderam ser desvendados graças à atuação firme e independente de promotores de Justiça e procuradores da República.

A Constituição prevê em seu artigo 129, inciso VII, ser função institucional do Ministério Público “exercer o controle externo da atividade policial”. Só é possível cumprir o mandamento constitucional a contento complementando as investigações policiais ou realizando investigações independentes, quando houver necessidade.

Nos EUA e nos principais países europeus, é o Ministério Público quem preside ou coordena as investigações.

No Brasil, ao tempo da ditadura militar, valorosos promotores de Justiça desbarataram o “esquadrão da morte” comandado por policiais. Recentemente, promotores já presidiram diversas investigações bem sucedidas, dentre elas abusos sexuais de crianças — investigação reconhecida como válida pelo STF (habeas corpus 82.865).

No caso da morte do ex-prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, a polícia concluiu ser um crime ocasional. A tese dos promotores de que houve “crime de mando” com motivação política já foi vitoriosa em quatro julgamentos do tribunal do

júri, com seis réus já condenados (três deles, em definitivo). O mandante terá seu destino estabelecido — espera-se — num futuro breve.

No Supremo Tribunal Federal, a questão está pendente de julgamento, já com cinco votos favoráveis ao poder de investigar pelos promotores (habeas corpus 84.548).

A prevalecer a ideia de que cabe apenas às polícias o poder investigatório, processos poderão ser anulados, criminosos serão libertados e ficarão impunes. Há de se recordar que casos como o do bar Bodega e o da Escola Base teriam gerado injustiças se não tivesse o Ministério Público se recusado a acusar os incriminados pela polícia.

Tão relevante quanto os aspectos jurídicos da questão é a análise de suas consequências práticas.

Ao se entender que somente a polícia pode investigar, ficarão impossibilitados de atuar não só o Ministério Público, mas também as próprias vítimas ficarão de mãos atadas, por si ou por seus advogados.

Também não poderão investigar as polícias militares, as Forças Armadas e seus serviços reservados, bem como a Abin, a Receita Federal, o TCU, o Coaf, a Controladoria-Geral da União, a imprensa, os detetives profissionais e até os políticos, por meio das CPIs (embora parlamentares da comissão especial da Câmara Federal defendam que não).

Também cabe perguntar: quem, além da polícia, poderá apurar eventuais crimes praticados por maus agentes públicos federais ou civis? A assustadora resposta é: ninguém.

O Ministério Público, graças à imovibilidade, possui independência para investigar, inclusive, desvios do erário, e tem agido com muita

competência. Aliás, os índices baixíssimos de apuração de crimes de autoria desconhecida por parte da polícia brasileira não justifica que tenham tais agentes públicos o monopólio da investigação criminal.

O Ministério Público não quer retirar da polícia tal função, mas não vê motivos para ser alijado da investigação criminal na defesa do patrimônio público e da sociedade livre e transparente.

Há quem atribua a aprovação da PEC 37 à competente atuação do Ministério Público no caso da ação penal 470, o chamado processo do “mensalão”. Esperamos que tenha sido algo diverso.

Aguarda-se, portanto, com serenidade, que os parlamentares brasileiros rejeitem a mencionada proposta de emenda constitucional e confirmem o Ministério Público como atribuído do poder de investigar. A sociedade brasileira merece o efetivo combate à impunidade.

MARCIO FERNANDO ELIAS ROSA, 50, é procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo

CHRISTIANO JORGE SANTOS, 46, é promotor de Justiça do Estado de São Paulo

03 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Investigações arbitrárias

LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY

A Constituição brasileira, em seu artigo 129, consigna, expressamente, quais as funções institucionais do Ministério Público.

Dentre elas, são elencadas a promoção da ação penal de iniciativa pública (inciso I), a requisições de documentos e informações em procedimentos administrativos (VI) e a requisição de diligências investigatórias e de inquéritos policiais (VII).

A Constituição, tal como se expôs, versou especificamente sobre a possibilidade de instauração de inquéritos policiais. Consignou que o órgão ministerial poderia apenas requisitá-los, não presidi-los.

A razão pela qual o Ministério Público não pode conduzir investigações criminais é deveras singela.

Não se trata da falta de poderes constitucionais para fazê-lo nem de uma questão corporativa qualquer.

Falta à investigação conduzida pelo Ministério Público um marco normativo, ditado por lei ordinária. Afinal de contas, em matéria de direito público, os órgãos do Estado são regidos pelo princípio da legalidade estrita, fato que os fiscais da execução da lei deveriam bem conhecer.

Quando promotores de Justiça e procuradores (estaduais e federais) agem como se fossem policiais, ge-

Promotores e procuradores, ao agir como polícia, em geral são autoritários. E não é raro o Ministério Público selecionar casos pela presença de mídia

ralmente o fazem de forma autoritária e arbitrária. Ressalta-se, ainda, o fato, não raro, de o Ministério Público selecionar a dedo os casos e investigações em que pretende atuar, violando, entre outros, o princípio do promotor natural. Em regra, esses casos são os que merecem os holofotes da mídia.

Vale, para enriquecer o debate, lembrar o julgamento do recurso extraordinário 233.072-4/RJ, em maio de 1999, pela segunda turma do STF. Por maioria, ela decidiu que o Ministério Público é parte ilegítima para realizar investigações preliminares criminais.

Em seu voto, o ministro Marco Aurélio de Mello afirmou:

“Aqueles que têm poder —já se disse, isso é vala comum— tendem a exorbitar no exercício desse poder. É preciso que se coloque um freio nessa tentativa.

Vejo esse processo revelador de uma precipitação do Ministério Público, que, em vez de provocar a

abertura do inquérito policial, como lhe cabia fazer, já que o passo seguinte não seria a propositura de uma ação civil pública, mas de uma ação penal, resolveu ele próprio — não sei se teria desconfiado da polícia— promover as diligências para a coleta de peças, objetivando respaldar a oferta, a propositura da ação penal e a oferta, portanto, da própria denúncia.”

Dentre os vários argumentos apresentados por aqueles que defendem o poder de investigação do Ministério Público, um é que se um só órgão investiga —no caso, a polícia—, poucos serão os casos a serem efetivamente apurados e julgados em razoável espaço de tempo.

Ora, ao prevalecer esta tese, não demorará muito o Ministério Público reclamará o direito de julgar, hoje exclusivo do Poder Judiciário.

Se investigações são mal feitas —e “malsucedidas”, no dizer de muitos—, é necessário pugnar-se pelo aprimoramento daqueles que exercem a função investigatória, no caso a polícia judiciária, e não simplesmente atribuir a outro órgão ou Poder essa função.

LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY, 48, é advogado criminalista e professor de direito penal da PUC-Minas

03 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Relator do mensalão quer que ministros agilizem seus votos

Presidente do STF, Joaquim Barbosa deseja publicar o resultado do julgamento no começo do ano que vem

Para alcançar o prazo, ministros têm que se posicionar até o fim de dezembro; proposta é vista com ressalvas

O presidente do Supremo Tribunal Federal e relator do mensalão, Joaquim Barbosa, quer que os colegas agilizem a redação final de seus votos para conseguir publicar o resultado oficial do julgamento, o chamado acórdão, o mais rápido possível.

A ideia inicial de Barbosa é garantir que todos os colegas enviem os respectivos posicionamentos até o final de dezembro, o que garantiria a divulgação do documento já no início do ano que vem.

O acórdão é fundamental para que se dê o início do cumprimento das penas dos 25 condenados. Isso porque os ministros devem rejeitar o pedido do Ministério Público Federal de prisão imediata dos réus considerados culpados.

A expectativa é que os ministros definam que o cumprimento da pena somente deverá começar a valer depois do julgamento de todos os recursos, que só podem ser apresentados depois da publicação do acórdão.

Pelo regimento do tribunal, o prazo para a publica-

ção do documento é de 60 dias após a conclusão do julgamento, mas isso costuma ser ignorado pela corte.

Na última sexta-feira, o gabinete do revisor do caso, ministro Ricardo Lewandowski, afirmou à **Folha** que ele irá respeitar o prazo regimental.

O ministro não quer sofrer as pressões pelas quais reclamou ter passado para liberar sua revisão no início deste ano, nem enfrentar qualquer tipo de acusação de que teria o interesse de atrasar o cumprimento das penas.

RESSALVAS

A tentativa de deixar tudo pronto até o fim deste ano é vista com ressalvas por ministros. Integrantes do tribunal avaliaram positivamente a atitude de Barbosa, mas acreditam que o prazo é curto.

Ainda mais porque ainda existem questões polêmicas a serem tratadas, como a definição sobre a perda do mandato dos três deputados condenados, que será discutida na quarta-feira.

Outro tema a ser resolvido é se houve a chamada continuidade delitiva em crimes como gestão fraudulenta. Ou seja, se os crimes foram cometidos em sequência natural com um único objetivo de abastecer o mensalão.

Essa questão tem impacto nas penas que foram aplicadas e, se for confirmada, pode baixar significativamente as condenações.

O ministro Marco Aurélio Mello disse que Barbosa vem conversando com os colegas para a entrega do documento neste mês, mas reconhece que é difícil cumprir essa meta.

“Eu não vou representar qualquer entrave e, inclusive, já estou liberando os meus votos até com a parte que imprevisto no plenário.”

O acórdão costuma demorar porque, além dos votos, os ministros também precisam revisar as notas taquigráficas, uma espécie de transcrição do julgamento que pode ser editada e ter algumas partes suprimidas.

CONTINUA

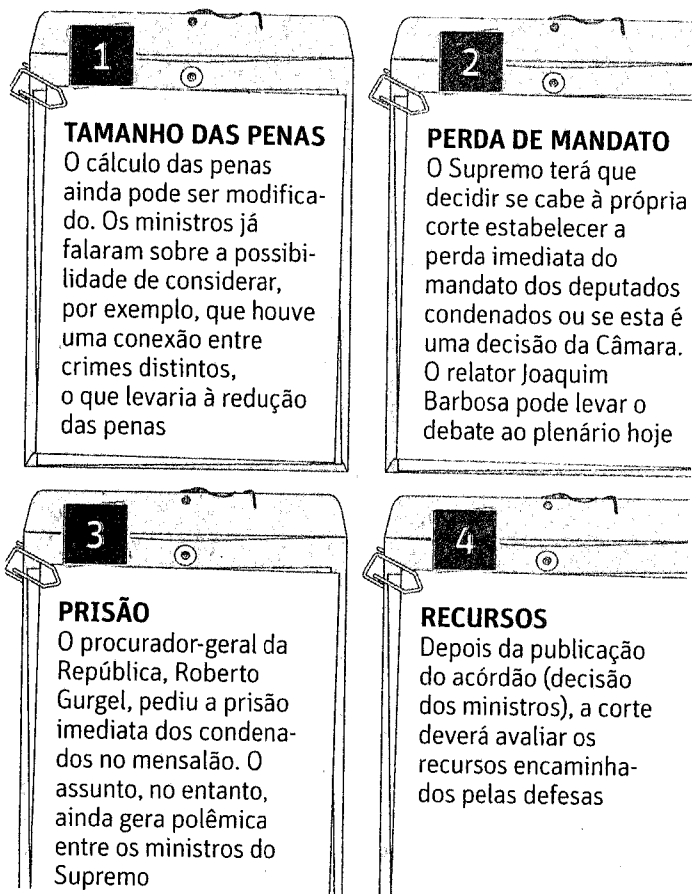
03 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A RETOMADA DO JULGAMENTO

O que falta o Supremo decidir no processo do mensalão



03 DEZ 2012
FOLHA DE S. PAULO
MÔNICA BERGAMO

**QUEM
INCOMODA?**

O Procon-SP conseguiu liminar na Justiça para que as operadoras Nextel, Vivo, TIM, Claro, Embratel, Oi e GVT forneçam o número de telefone que seus centros de telemarketing utilizam para ligar para os consumidores e vender seus produtos. As empresas faziam chamadas não identificadas ou usavam várias linhas diferentes para dificultar o rastreamento por parte do cliente.

QUEM INCOMODA 2

As operadoras não forneciam os dados ao Procon-SP alegando ter de preservar o sigilo das chamadas. Isso impedia que o órgão averiguasse denúncias de quem não quer ser incomodado com os telefonemas. Não eram poupados nem os clientes cadastrados no serviço de bloqueio de telemarketing.

QUEM INCOMODA 3

As operadoras têm dez dias após notificadas para prestar informações ao Procon. A multa é de R\$ 100 mil.

GAZETA DO POVO

ROSANA FÉLIX

01 DEZ 2012

Cartinha ao governador

Uma menina escreveu uma carta, mas não sabe bem o que fazer com ela. Como o assunto é de interesse público, acho que vale publicá-la aqui.

“Prezado governador. Eu entendo que as finanças do Paraná não estão muito boas, e que gestões anteriores podem ter alguma responsabilidade nisso. Eu entendo que, por muitos anos os investimentos em segurança pública foram insuficientes, e que isso não é responsabilidade sua.

Entendo mas, sinceramente, não me importo.

Eu me importo é com a segurança e o bem-estar de meus amigos e familiares. Por isso peço, encarecidamente, que alguma coisa seja feita para barrar a criminalidade crescente que aflige Curitiba e os municípios da região metropolitana.

Eu ainda preciso estudar muito na vida para ser bem inteligente, mas eu acho que se o senhor olhasse com mais carinho para os problemas da segurança ia deixar as pessoas bem felizes. Acho até que elas votariam no senhor para que continuasse no governo em 2014. O sr. não tem vontade de continuar no cargo?

Afinal, quantas vezes é preciso que uma pessoa seja assaltada na própria casa à mão armada para que o poder público tome alguma atitude? Acho que o governo não liga para essas coisas, não. No bairro Mercês, na semana passada, uma casa lotérica foi assaltada pela 17.^a vez. Antes disso, a Associação de Moradores e Empresários do bairro (Amoem) já tinha instalado, em pelo menos 15 vias e cruzamento, faixas pedindo por mais segurança. Mas ainda não surtiu nenhum efeito, aparentemente.

Sabe, governador, os comerciantes precisam deixar as portas abertas, senão ficam sem dinheiro e vão para a falência. As residências, por outro lado, se fecham

cada vez mais, mas mesmo assim não tem sido suficiente. Vou contar alguns exemplos tristes.

Mas antes eu queria fazer uma pergunta: o senhor não ficou com medo ao saber que 296 armas foram roubadas do Fórum Central de Colombo no fim de semana passado? Eu fiquei bastante assustada.

Talvez isso tenha alguma relação com o que eu vou contar. Na segunda-feira passada, a casa de uma prima minha foi assaltada pela segunda vez. A primeira vez ocorreu há menos de um ano. Ela mora em Campo Largo, e lá a polícia disse que não pode fazer muita coisa porque há poucas viaturas e policiais para atender a cidade de 112.377 moradores. Nas duas vezes os bandidos entraram pela manhã e renderam a família da minha prima com armas. Levaram todos os objetos de valor, nas duas vezes.

Se Campo Largo tem poucas viaturas, poderia pedir emprestado para o módulo policial que fica no Passeio Público, no centro de Curitiba. De vez em quando eu passo por lá e é normal ver um monte de viaturas paradas, principalmente nos fins de semana.

Há mais ou menos dois meses, a casa da minha tia foi arrombada, no Bairro Alto. Não havia ninguém em casa, felizmente, mas o prejuízo foi enorme. Além disso, ficamos muito assustados, porque minha avó, que é bem idosa, mora nessa mesma casa. Ela está lá há quase 40 anos, e nunca tinha acontecido nada parecido.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

No começo de setembro, a casa de uma amiga em Santa Felicidade foi arrombada. Foi no meio da manhã. Ela e o marido estavam trabalhando. A filhinha de 2 anos estava na casa da avó. Mas essa amiga ficou muito assustada, e até agora ainda tem pesadelos.

O que me deixa mais triste é que, enquanto acontece tudo isso, os políticos ficam só olhando para os seus umbigos. Não fique chateado, não estou falando só sobre o senhor ou os deputados.

Pelo o que eu li no jornal, tem muitos figurões que trabalham no Judiciário e no Ministério Público que também são egoístas. Tem gente que só se preocupa com o automóvel que vai usar, se é blindado, de luxo e do último modelo. Tem outros que querem receber uma aposentadoria pela vida inteira por terem trabalhado apenas poucos anos. Tem outros que estão preocupados só com o vale-refeição que vão ter. Eu acho triste, eles nem ficam com vergonha. Quando o jornal mostra todas as barbaridades, eles não gostam. Bom, na verdade eu também não gosto quando eu faço alguma coisa errada e a professora ou a minha mãe ficam comentando.

Pedido

Senhor governador, eu sei que o senhor não é o Papai Noel, mas eu queria fazer um pedido de Natal mesmo assim, pode ser? Eu gostaria muito que o senhor melhorasse a segurança pública de todos os paranaenses, e que agisse rapidamente nos locais mais violentos.

Saudações.”

01 DEZ 2012

4.126 RESIDÊNCIAS

foram roubadas entre janeiro e agosto de 2012, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública. Isso representa uma média de 17 casas por dia.

GAZETA DO POVO

Luiz Damon Santos Moutinho

01 DEZ 2012

Liberdade ameaçada

A Gazeta do Povo manifesta em editorial (“Desagravo inoportuno”, em 29 de novembro) sua repulsa a uma manifestação pública (“um dos pontos baixos da história política do Paraná”, “acinte” etc). Esse tom retumbante é contra uma manifestação pró-fascista, racista, pró-violência, algo tenebroso e que mereça tanto zelo vigilante por parte da **Gazeta**?

Não, não é nada disso. É um debate público no Sindicato dos Jornalistas, aberto a quem se interessar, sobre o julgamento no STF da AP 470. Evidentemente, é também um ato de solidariedade aos militantes petistas condenados pelo STF, tanto mais que ele conta com a presença de José Dirceu.

Prega-se ali a desobediência às decisões do Supremo? Conclama-se ali a população a fazer barricada contra o poder público? Não, nem de longe. Vale lembrar que em todas as manifestações públicas os petistas condenados têm o cuidado de dizer que a decisão do Supremo será obedecida, cumprida etc. Mas isso não significa aceita-la bovinamente, sem discussão, sem debate, sem contestação.

É direito do homem debater, refletir, contestar as decisões do poder — mesmo e sobretudo ali onde ele não tem outra alternativa senão obedecer.

É esse direito que a **Gazeta** quer cassar. Nem é preciso defender-se dizendo que há muita gente séria da área do Direito, e não necessariamente petista, que tem apontado graves problemas no julgamento. Isso não é necessário. Pois trata-se aqui de defender o simples direito ao debate.

Por isso, o que é grave não é que a **Gazeta** manifeste sua contrariedade com o evento — é direito dela não gostar de algo ou alguém. O que é grave — gravíssimo — é a ameaça explícita contra aqueles que ousarem comparecer ao evento: “Os paranaenses

terão a oportunidade de saber quem valida o *modus operandi* dos mensaleiros”, diz a **Gazeta**, ameaçadora. Ai de você se comparecer ao debate: a **Gazeta** dirá aos paranaenses quem é você! Talvez publique uma foto sua com uma faixa diagonal, com seu nome, endereço, telefone e uma legenda: “quadrilheiro”, “corrupto” ou coisa pior. Cuidado!

Que fique claro o que está por trás desse afã persecutório: não é José Dirceu que a **Gazeta** persegue, é você! É seu direito de debater, discordar, se exprimir — seu direito ao livre pensamento e expressão. Pois você pode não gostar de José Dirceu e ainda assim discordar do julgamento ou simplesmente querer debatê-lo. A **Gazeta** não vai perdoá-lo por isso.

Daí por que acredito que os organizadores tenham apenas parcialmente razão quando divulgam o evento como um “ato em defesa do PT”. Evidentemente, para além de José Dirceu e de José Genoíno, é o PT que é visado pelos perseguidores. Basta ver o que passou a significar, nas páginas dos jornais, o termo “petista”.

Mas eu acrescentaria, diante desse afã persecutório, que é sobretudo um ato em defesa do livre pensamento e expressão. Talvez eu não goste de José Dirceu, talvez eu não goste do PT — isso já não vem ao caso —, mas certamente detesto que me ameacem e tentem cassar meus direitos.

Luiz Damon Santos Moutinho é professor do Departamento de Filosofia da UFPR.

Retenção de verbas federais ameaçam novos presídios no PR

Plano do estado para resolver superlotação carcerária é arriscado, pois depende de repasses que têm sofrido diversos cortes nos últimos anos

Diego Antonelli

■ O plano do Paraná para resolver a superlotação no sistema prisional vai depender de uma mudança de rumo do governo federal, que nos últimos anos segurou boa parte da verba destinada à área. A construção de seis novos estabelecimentos prisionais e ampliação de outros oito no estado — previstas para 2014 — dependem do repasse de R\$ 130 milhões do Programa de Apoio ao Sistema Prisional, cujo recurso está vinculado ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Outros R\$ 29 milhões viriam do governo estadual.

Nos últimos três anos, porém, somente um terço do montante do fundo foi aplicado pelo Ministério da Justiça, chefiado por José Eduardo Cardozo, que classificou recentemente o sistema prisional brasileiro como “medieval”. No ano pas-

sado, por exemplo, dos quase R\$ 270 milhões autorizados somente R\$ 91,2 milhões foram utilizados. Até o dia 20 de novembro deste ano, somente 35,8% dos R\$ 435,3 milhões foram investidos no país. O restante do repasse foi contingenciado pela esfera pública federal.

Do montante total previsto para 2012, R\$ 84,9 milhões (19,5%) estão embutidos no orçamento como “Reserva de Contingência”. Esses recursos inflam o orçamento do Funpen, mas não são utilizados, pois ficam destinados para auxiliar na formação do superávit primário (quando a arrecadação do governo é superior a seus gastos). “Além disso, há casos de projetos mal elaborados em que o repasse nem sequer pode ser aplicado e outros cortes para garantir o superávit”, afirma o diretor da organização não governamental Contas Abertas, Gil Castello Branco.

Ele ainda ressalta que essa realidade do Funpen não é novidade. “Desde que foi instituído, em 1994, todo governo realizou corte de verbas. Isso deveria ser revisto para que não houvesse contingenciamento nesse setor.”

Repasse incerto

O diretor do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), Maurício Kuehne, salienta que não há risco de o Paraná ficar sem recursos para o sistema prisional. “Os projetos arquitetônicos estão prontos e até o fim do ano o recurso será empenhado para podermos iniciar a licitação das obras”, afirma.

Atualmente, as penitenciárias do estado estão com lotação máxima de 17.394 vagas. Já distritos ou subdivisões policiais abrigam cerca de 13 mil detentos — mais que o dobro da capacidade projetada para as cadeias (6 mil). Desses, aproximadamente 4 mil já são presos condenados. “Eles deveriam estar em penitenciária, mas não há vagas”, diz Kuehne.

A vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Isabel Kugler Mendes, teme que o repasse para investir no sistema prisional do estado não saia do papel. “É arriscado depender de um repasse que tem sofrido vários cortes”, alerta.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

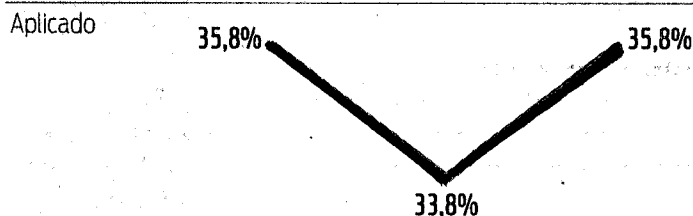
RECURSOS ESTAGNADOS

GAZETA DO POVO

01 DEZ 2012

A maioria dos recursos disponíveis para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) não foi sequer empenhada nos últimos anos, o que reflete em baixo investimento para o setor penitenciário do país.

Em R\$	2010	2011	2012 (até 20/nov)
Autorizado	252,8 milhões	269,9 milhões	435,3 milhões
Empenhado*	90,4 milhões	91,2 milhões	155,9 milhões



* O empenho é o registro da despesa que será feita.

Projetos no Paraná

Até 2014, o sistema prisional do Paraná pode contar com seis construções e oito ampliações de estabelecimentos penais, abrindo 6.350 vagas, com recursos de R\$ 160 milhões.

Construções

Jovens e Adultos em Piraquara	516 vagas
Apucarana	544 vagas
Foz do Iguaçu	544 vagas
Campo Mourão	544 vagas
Guaíra	544 vagas
Feminina de Londrina	576 vagas
Total	3.268 vagas

Ampliações

Piraquara	PEP/Penitenciária Estadual de Piraquara	501 vagas
Piraquara	PEP II/Penitenciária Estadual de Piraquara II	501 vagas
Piraquara	PFP/Penitenciária Feminina do Paraná	381 vagas
Ponta Grossa	PEPG/Penitenciária Estadual de PG	334 vagas
Londrina	CCL/Casa de Custódia de Londrina	196 vagas
Maringá	PEM/Penitenciária Estadual de Maringá	334 vagas
Cascavel	PIC/Penitenciária Industrial de Cascavel	334 vagas
Foz do Iguaçu	PEF/Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu	501 vagas
Total		3.082 vagas

Fonte: Siafi, Siga Brasil e Secretaria de Justiça do Paraná.
Infografia: Gazeta do Povo.

MUTIRÕES

Os mutirões judiciais são apontados como uma das alternativas para reduzir a superlotação no estado. Isabel Kugler Mendes, da OAB-PR, salienta que mediante a revisão processual muitos detentos poderiam ter o regime alterado, passando de fechado para semiaberto ou aberto. "Sem falar que um grande número já cumpriu a pena e poderia

estar em liberdade", comenta.

O Programa Justiça no Bairro esteve no último dia 13 na Penitenciária Central do Estado e resultou em 43 liberados por alvará, além de 127 que tiveram progressão do regime fechado para o semiaberto.

GOVERNO FEDERAL

Não cumprimento de prazos fez 11 estados perderem recursos

O Ministério da Justiça, por meio da assessoria de imprensa, afirma que a atribuição de administrar os sistemas prisionais estaduais cabe aos governos dos estados. "O papel do ministério é induzir políticas públicas penitenciárias e atuar junto aos estados de maneira complementar", diz. Vinte e nove presídios deixaram de ser construídos entre 2011 e 2012 porque os estados não cumpriram o prazo de execução das obras previsto nos contratos, que foram cancelados pelo Ministério da Justiça. Os recursos, da ordem de R\$ 103,4 milhões, foram recolhidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (Dépen).

Os estados que tiveram as obras canceladas foram Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os recursos retornaram ao Funpen.

Segundo o ministério, a população carcerária aumenta ao longo dos anos e o número de vagas não acompanha o crescimento. Em 2005, eram 294 mil detentos para 118 mil vagas. Até junho de 2012, a população carcerária era de 549 mil detentos, contra 250 mil vagas, um déficit de 45,5%. O número de presos provisórios é de 232 mil. O ministério garante que criará 42 mil novas vagas em todo o Brasil até 2014, o que resultará em um investimento de R\$ 1,1 bilhão.

01 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

WILSON DE ARAÚJO BUENO

POLÊMICA

Justiça nega pedido para tirar "Deus seja louvado" de cédulas

A Justiça negou ontem a solicitação feita pelo Ministério Público Federal de São Paulo para que fosse retirada a expressão "Deus seja louvado" das cédulas do real. Segundo a decisão judicial, a menção a Deus nas notas "não parece ser um direcionamento estatal na vida do indivíduo que o obrigue a adotar ou não determinada crença. Assim como também não o são os feriados religiosos e outras tantas manifestações aceitas neste sentido, como o nome de cidades."

A sentença é da 7ª Vara da Justiça Federal. A decisão é provisória e pode ser revogada ou modificada. O pedido de retirada da expressão, feito no início de novembro pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, afirma que a existência da frase nas cédulas do real fere os princípios de laicidade do Estado e de liberdade religiosa

Speech de Conceição Barindelli na BPW-Curitiba

Vigoroso e jovialíssimo em seus 90 anos, o empresário Mário de Mari saudou com invejável brilho Conceição Barindelli em sua posse, dia 23 de novembro, como nova presidente da BPW-Curitiba. Desenvolta, culta, Conceição Barindelli excedeu o impacto proporcionado por seu portentoso currículo, declinado pelo cerimonial do ato, ao fazer o "speech" de improviso, reeditando seu costumeiro domínio da oratória. Na

platéia, notáveis como a desembargadora Luislinda Dias Valois Santos, que chegava da posse do ministro Joaquim Barbosa na presidência do STJ, em Brasília, o embaixador Raul

Fernando Leite Ribeiro, com sua bela Silvia Valente Withers, o advogado Mozart França, líder monárquico no Paraná, a acadêmica Chloris Justen, presidente eleita da Academia Paranaense de Letras, a neurocientista Mara Lúcia Cordeiro, o ex-ministro Luiz Carlos Borges da Silveira, entre muitos outros.

18 DE DEZEMBRO

é a data em que serão diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná os candidatos eleitos neste em Curitiba. O evento de diplomação de prefeito, vice-prefeito e vereadores ocorre às 16 horas, no Teatro Positivo. A posse acontece no primeiro dia de 2013.

BESSA

O desembargador Jeorling Cordeiro Clève e a esposa, Dirce, recebem cumprimentos nesta semana pelas Bodas de Ametista. Além do casamento bem-sucedido de 55 anos, eles comemoram também a parceria profissional, com destaque nas atividades intelectuais.

WILSON DE ARAÚJO BUENO

Na posse da nova diretoria da BPW-Curitiba, a presidente, Conceição Barindelli, de branco, com Deborah Fatuch Rabinovitch, desembargadora Luislinda Dias Valois Santos e Luís Fausto Valois, promotor de justiça em Aracaju, Sergipe.



01 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

» TIAGO RECCHIA

PROPOSTAS

Grupo define estratégias para combater corrupção e lavagem de dinheiro

Entes do governo e entidades privadas definiram 13 ações para definir estratégias de combate à corrupção e lavagem de dinheiro. As sugestões são resultado de um encontro realizado para discutir o assunto e foram anunciadas ontem pelo Ministério da Justiça. Entre as propostas, está a criação do cadastro de Pessoas Politicamente Expostas (PEP), de um órgão de controle de cadastro de licitações e outro encarregado da administração dos bens bloqueados na Justiça. A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla 2013) está na décima edição. A reunião aconteceu em João Pessoa nesta semana. Também foi proposta, no evento, a criação de um grupo que avaliará riscos de lavagem de dinheiro e terrorismo, e a ampliação de mecanismos de combate ao suborno.



01 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

Não cheira

DE OLHO
NO LEÃO

Das desses, me apareceu um colega de labuta inconfornado diante da legislação reinante na seara do Direito Tributário, cuja interpretação, quase sempre literal, raramente favorece o súdito. Explicou esse colega que, tendo atuado em determinado processo de separação consensual de um casal, foi, posteriormente, surpreendido com o brutal tratamento fiscal aplicado pela Receita Federal contra a separanda, sua cliente.

No caso, segundo os termos da homologação judicial da partilha dos bens, lavrada na vara de família, foi acordado que os direitos sobre o único imóvel do casal seria dividido em partes iguais. Os filhos menores ficariam sob a guarda da mãe e, como compensação pelos gastos indispensáveis ao sustento do lar, o ex-marfido, então desempregado, cederia 50% de uma verba trabalhista objeto de ação por ele movida na Justiça do Trabalho contra seu antigo empregador.

Em seguida, após a decisão proferida na causa trabalhista em favor do ex-marido, cujas verbas envolviam indenização por dano moral, a ex-mulher

habilitou-se ao recebimento do valor acordado, ou seja, 50% da indenização assegurada ao ex-cônjuge varão.

O fisco, sob o fundamento de aquisição de "renda" e consequente acréscimo patrimonial, cobrou Imposto de Renda da separanda, ignorando por completo os termos da partilha do modesto patrimônio do casal e a real destinação da referida meação recebida nos autos do feito trabalhista, que, às escâncaras, possui natureza alimentícia.

Non olet

Todos sabem que o fisco é um monstro insaciável. Interessante apenas saber onde tem dinheiro ou patrimônio para abocanhar a sua parte – seja qual for a origem, mesmo que criminosa. Age sempre protegido com o escudo da cláusula "non olet", segundo a qual não interessa a licitude da riqueza a ser tributada. A origem dessa máxima remonta ao Império Romano. Vespasiano, questionado por Tito, seu filho primogênito e futuro sucessor, sobre a imoralidade de polêmica taxa, a qual, na sua visão, faria a cidade feder mais ainda, pegou uma moeda e disse: "non olet" (não tem cheiro). O brocardo também é traduzido como "pecunia non olet" – dinheiro não tem cheiro.

Pois bem. À parte as célebres ponderações de Tito Flávio Vespasiano – em cujo reinado relâmpago ocorreu a famosa erupção do Vesúvio que engoliu Pompéia –, o fato é que o colega de labuta, referido no início, continua sem sucesso na luta travada em defe-

sa de sua constituinte, contra a investida fiscal, e descrite em relação ao que está escrito nos artigos 43, 45 e 121 do Código Tributário Nacional, a seguir transcritos:

" Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

Art. 45. Contribuinte do imposto é o titular da disponibilidade a que se refere o artigo 43, sem prejuízo de atribuir a lei essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei."

Por hoje é só, na certeza de que o desolado colega de labuta não terá o mesmo destino de Pompéia.

02 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

Veto a nepotismo ameaçado no CNJ

Conselho está dividido: enquanto parte dos integrantes quer priorizar julgamento de processos disciplinares, outros preferem se dedicar a cuidar de pleitos da corporação

Boa parte dos integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já sinalizou que pretende abrir brechas à resolução que vetou o nepotismo no Judiciário. Mas um grupo de conselheiros aposta que Joaquim Barbosa, novo presidente do órgão, conseguirá reverter a tendência. “Eu tenho esperança de que o ministro Joaquim Barbosa possa, com a capacidade e a liderança dele, breçar essa pauta corporativa. O CNJ a duras penas construiu a sua imagem. Ele não pode agora jogá-la por água abaixo”, disse o conselheiro Bruno Dantas, indicado pelo Senado para compor o órgão. “O combate à corrupção passa pela diminuição da nomeação de parentes”, concordou Jorge Hélio, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho.

Barbosa ainda não declarou quais serão suas prioridades na condução do CNJ e encontrará ainda um órgão dividido: enquanto parte dos

integrantes quer priorizar o julgamento de processos disciplinares contra juízes, outros preferem que a instituição se dedique a cuidar de pleitos da corporação, como aumento de salário.

Para Jorge Hélio, da OAB, o Conselho precisa focar, além de na proibição completa ao nepotismo, no julgamento de processos disciplinares contra juízes que cometeram faltas disciplinares. “No último congresso do Conselho, pautamos o combate à corrupção e celeridade nessas ações como prioridade de 2013. Para mim, está no mesmo kit o combate ao nepotismo de todas as formas.”

Bruno Dantas concorda: “Precisamos definir que a regra do nepotismo continua com a mesma rigidez. Tenho a preocupação de que o CNJ retroaja dez anos e mitigue a regra do nepotismo”.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Carlos Alberto Reis de Paula, que também é conselheiro do CNJ, por exemplo, defende outra pauta. “O CNJ não existe para controle externo de juiz. Ele existe para fazer supervisão orçamentária, financeira e administrativa do Judiciário. A função de fiscalizar é subsidiária. Isso não pode ser priorizado”, afirmou.

Carlos Alberto defende que o CNJ priorize melhorias na carreira da magistratura e reajustes salariais para a categoria. “Isso é obrigação do CNJ, não do Supremo. O

ministro Joaquim é homem de bem e ele tem inteligência. Espero que ele faça a leitura correta dos fatos. O STF é guardião da Constituição, mas quem cuida da política do Poder Judiciário é o CNJ. Há milhares de coisas que a gente podia fazer. Não só a política salarial. Nós não somos mercenários, mas temos o direito de ganhar bem. Há seis anos não temos reajuste”, lamentou.

“Eu tenho esperança de que o ministro Joaquim Barbosa possa, com a capacidade e a liderança dele, breçar essa pauta corporativa [de relativizar o veto ao nepotismo no Judiciário]. O CNJ a duras penas construiu a sua imagem. Ele não pode agora jogá-la por água abaixo.”

Bruno Dantas, conselheiro do CNJ.

“O CNJ não existe para controle externo de juiz. Ele existe para fazer supervisão orçamentária, financeira e administrativa do Judiciário. A função de fiscalizar é subsidiária. Isso não pode ser priorizado.”

Carlos Alberto Reis de Paula, ministro do Tribunal Superior do Trabalho e conselheiro do CNJ.

02 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

COTA RACIAL NO TRABALHO

Seguindo a implantação das cotas nas universidades, o governo federal debate a regulamentação de ações afirmativas no mundo do trabalho. As primeiras propostas serão de reserva de vagas em concursos públicos, cargos em comissão e no Judiciário. Para o setor privado, será discutido um sistema de estímulo à igualdade de oportunidades.

CONTINUA

02 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

» INCLUSÃO RACIAL

Política de cotas geral e irrestrita

Bruna Maestri Walter

Antes alvos de questionamentos e julgamentos, as cotas raciais estão em evidência no Brasil. A decisão unânime do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da reserva de vagas para estudantes negros em universidades, em abril deste ano, deu segurança jurídica para as cotas ultrapassarem os muros do ensino superior. Hoje, a discussão chegou ao mundo do trabalho, principalmente no serviço público e no Judiciário.

No governo federal, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial pretende apresentar à presidente Dilma Rousseff, até o fim do ano, uma proposta sobre cotas para negros no funcionalismo público federal. A ideia pode abranger de cargos concursados, a exemplo do que já ocorre em alguns estados, entre eles o Paraná, a postos comissionados.

Já o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mapeia a situação das minorias no Judiciário para formular até maio de 2013 uma proposta inclusiva. Ao mesmo tempo busca dados sobre os negros e índios no país e pesquisa a adoção das políticas de inclusão em outros países.

O mapeamento começou após a estudante de Direito Juliene Vieira Lima Fagundes



De origem Indígena, Juliene reivindica cotas no Judiciário.

Cunha, indígena da etnia kapinawa, solicitar cotas para o ingresso de índios e negros nos quadros do Judiciário. "Temos que abrir mais portas, porque o Brasil tem uma dívida com esse povo", explica Juliene, que mora em Curitiba.

Consequências

As ações do Estado sobre a política de cotas pode ter reflexos na iniciativa privada. O Estatuto da Igualdade Racial, que entrou em vigor em 2010, prevê, por exemplo, incentivo para que as medidas no serviço público de igualdade de oportunidades no mercado de trabalho aos negros sejam implantadas no setor privado.

Depois do ensino superior, a reserva de vagas para negros pode alcançar o mercado de trabalho, começando pelo serviço público federal

Segundo o assessor do gabinete da ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Marcos William Bezerra de Freitas, é preciso estimular medidas na iniciativa privada. A secretaria pretende trabalhar essa pactuação através do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que está previsto para funcionar em 2013.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Conjunto

Para o antropólogo José Jorge de Carvalho, coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, a ampliação da discussão das cotas nos diferentes setores é necessária. Segundo ele, os países pioneiros nas ações afirmativas promoveram um sistema integrado, com cotas na educação e no serviço público, e na relação do Estado com as empresas através de incentivos. "No Brasil ficamos só na educação", observa.

O diretor executivo da ONG Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), frei David Santos, cita uma pesquisa do Instituto Ethos, de 2010, de que somente 5,3% dos cargos executivos nas 500 maiores empresas do país são ocupados por negros. "Isso é escandaloso, mostra o grande índice de exclusão. Os negros representam 51% da população brasileira."

Uma das possibilidades para a inclusão racial no mercado de trabalho seria através de incentivos às empresas que investem em diversidade, exemplifica o professor Nelson Inocencio, coordenador do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade de Brasília.

PRÓS E CONTRAS

"Cotas são necessárias até que se tenha oportunidades iguais", diz especialista

Um sistema amplo de cotas precisa ser bem estudado, tanto a sua instalação quanto a aplicação. Para o professor Nelson Inocencio, a força da lei é necessária quando a sociedade não dá conta de fazer as mudanças por conta própria. No Brasil, ele observa que as cotas raciais são necessárias para promover a maior participação de segmentos antes preteridos. "Quando você faz uma sociedade democrática, ela tem que ser democrática de fato", diz.

Para a cientista política Samira Kauchakje, professora na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o movimento de cotas é uma "reparação de injustiças e desigualdades socioeconômicas históricas". Para ela, as cotas cada vez mais ganham força da sociedade e apoio institucional dos governos, principalmente do ex-pre-

sidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff. No entanto, as cotas podem ser necessárias por um tempo, segundo a professora. "Entendo que é transitório até conseguirmos ser uma sociedade respeitosa, menos assimétrica", observa. "Quando a igualdade se instala, a cor de pele, a preferência sexual, não têm importância." Ela afirma ainda que há um risco, "mas que o ganho supera", de serem reiteradas e reafirmadas diferenças que afinal não são importantes.

Opportunismo

Inocencio acrescenta ainda que nesse processo de cotas é preciso ficar atento aos oportunismos. "Muita gente que não se via negra vai dizer que é com as cotas", diz. Nas universidades públicas, por exemplo, o critério para definir as raças é por autodeclaração, mas em muitas delas os candidatos passam por bancas de avaliação.

2.389

é o número estimado de nomeações de cotistas afrodescendentes feitas em concursos públicos estaduais no Paraná entre 2004 e 2012.

! "Temos que abrir mais portas, porque o Brasil tem uma dívida com esse povo."

Juliene Vieira Lima Fagundes Cunha, indígena da etnia kapinawa e estudante de Direito.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

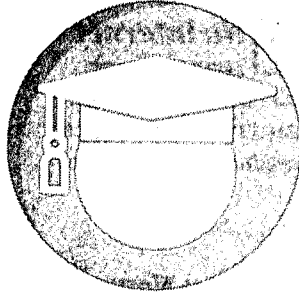
CONTINUAÇÃO

02 DEZ 2012

NO CENTRO DO DEBATE

A discussão sobre cotas raciais acontece em diferentes setores no Brasil.

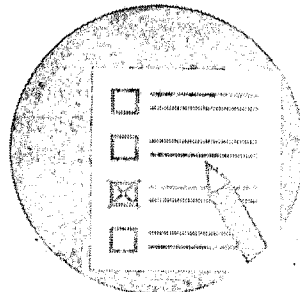
Já implantadas



Universidades federais

A lei de cotas reserva 50% das vagas disponíveis nas universidades federais brasileiras para alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.

- As vagas das cotas serão preenchidas por critérios raciais (pretos, pardos e indígenas), de renda familiar e de passagem por escola pública.

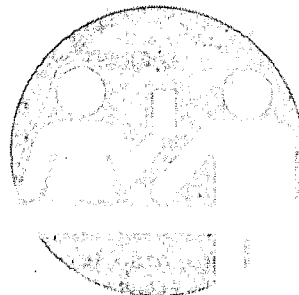


Concursos públicos estaduais

Leis estaduais preveem a reserva de vagas para afrobrasileiros em concursos públicos nos estados. Entre eles estão Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

- No Paraná, a Lei 14.274/ 2003 reserva aos afrodescendentes 10% das vagas oferecidas de cargos efetivos nos concursos públicos do poder público estadual.

Em discussão



Serviço público federal

O governo federal estuda criar cotas para negros no funcionalismo público federal.

- A proposta está em fase de levantamento de pareceres junto a vários setores do governo, segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A expectativa é concluir os estudos até o fim deste ano e elaborar uma proposta à presidente.



Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça está fazendo um diagnóstico sobre a situação dos trabalhadores contratados e terceirizados do Judiciário e pesquisando a adoção de cotas raciais no país e pelo mundo.

- O objetivo é verificar a situação atual e a partir daí poder propor ações para a inclusão de trabalhadores.

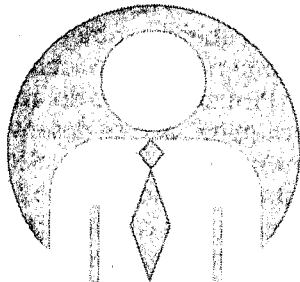
CONTINUA

02 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

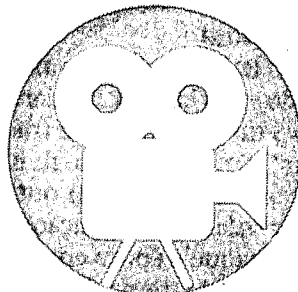
Incentivos



Mercado de trabalho

O Estatuto da Igualdade Racial prevê que o poder público incentive medidas similares às aplicadas no serviço público nas empresas e organizações privadas para a igualdade de oportunidades aos negros.

- Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, está sendo elaborado o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial para organizar e articular as ações.



Meios de comunicação

Atores, figurantes e técnicos negros devem ter oportunidades na produção de filmes e programas a serem veiculados pelas emissoras de TV e em cinemas.

- Também órgãos da administração federal devem incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de filmes, programas ou outras peças publicitárias; prevê o Estatuto.

NO MUNDO

A Índia foi o primeiro país a fixar cotas no serviço público e na educação. Em 1949, o país implantou cotas para os dalits e a outros grupos tradicionais discriminados pelo sistema de castas. O segundo país foi o EUA, no início dos anos 70, com o incentivo às empresas para que implantassem políticas de inclusão de negros e índios para terem contrato com o governo. Os dois foram seguidos pela Malásia (final dos anos 70) e pela África do Sul (anos 90), após o regime de Apartheid. "O Brasil é o quinto grande país nessa luta", observa o antropólogo José Jorge de Carvalho, autor do livro *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*. Segundo ele, o Brasil é referência na América Latina.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

02 DEZ 2012

Insegurança 1

Um dos últimos trabalhos do desembargador João Kopytowski antes de se aposentar em setembro do ano passado foi a elaboração de um projeto de segurança e inteligência para o Tribunal de Justiça do Paraná, a pedido do então presidente, Celso Macedo. Kopytowski sugeriu várias medidas para garantir segurança a juizes ameaçados e também a implantação de vigilância nos fóruns para evitar assaltos e roubos de armas sob custódia. Embora aprovado pelo Órgão Especial do TJ, o sistema não foi implantado.

Insegurança 2

Se tivesse, é bem possível que o roubo de 296 armas depositadas no fórum de Colombo, na semana passada, não houvesse acontecido. Fora automóveis e camionetes possantes colocados à disposição dos desembargadores, outras medidas de segurança não foram adotadas, lamenta Kopytowski, que, para elaborar o projeto, percorreu 8.235 quilômetros em carrôs antigos para visitar 71 comarcas.

GASPARI

Ódio a Fux

O comissariado petista conformou-se com a posição de Joaquim Barbosa no processo do mensalão. Absorveu os votos de Carlos Ayres Britto e não quer confusão com Cármen Lúcia e Rosa Weber. Em relação ao ministro Luiz Fux, o sentimento é outro: ódio; em busca de vingança.

PALESTRA

Cooperação jurídica internacional em matéria penal

- **DATA:** 5 de dezembro (às 18h30).
- **PALESTRANTE:** Fabio Ramazzini Bechara.
- **LOCAL:** Academia Brasileira de Direito Constitucional. Rua XV de Novembro, 964 – 2º andar – Centro.
- **INFORMAÇÕES:** (41) 3024-1167 ou flavia@abdconst.com.br ou mayara@abdconst.com.br

02 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

Mensalão “esfria” propostas para acabar com o foro privilegiado

Condenações mudam o tom da discussão. Um projeto que estabelecia o fim do benefício foi retirado de tramitação pelo autor e outro está parado na Câmara

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

■ O julgamento do mensalão esfriou o andamento de projetos que tentam acabar com o foro privilegiado no Congresso Nacional. As 25 condenações — três delas de deputados federais — mudaram o tom do debate parlamentar sobre o assunto. Se antes a prerrogativa era vista como um passaporte para a impunidade, agora cresce o receio da “mão pesada” dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Duas novas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) sobre o tema começaram a tramitar em 2012. A sugerida pelo deputado paranaense Rubens Bueno (PPS) está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desde junho. A outra, que tramitava no Senado, teve um final curioso: foi arquivada há duas semanas a pedido do autor, o senador Cassio Cunha Lima (PSDB-PB).

O tucano admite que retirou a proposição por receio de que ela fosse interpretada como uma tentativa de retirar os julgamentos de políticos dos tribunais superiores. “Se você olhar por uma perspectiva histórica, há um ano essa proposta seria aplaudida por toda a imprensa e pelos órgãos de combate à corrupção. Hoje todos pensariam duas vezes”, diz Cunha Lima.

Segundo ele, é melhor esperar a “poeira baixar” antes de retomar o tema. Já Rubens Bueno garante que não vai recuar. “Não pode existir foro privilegiado em um país democrático; é um mecanismo que trata pessoas que deveriam ser iguais de forma diferente”, diz o deputado do PPS.

O foro por prerrogativa de função, como também é chamado, é um dispositivo previsto na Constituição de 1988 que permite que o julgamento de crimes comuns e de responsabilidade cometido por determinadas autoridades seja realizado apenas por tribunais especiais. O princípio era proteger detentores de cargos públicos de perseguições políticas locais, a partir da ideia de que cortes superiores seriam mais isentas.

As propostas de Cunha Lima e Bueno mantêm o foro especial apenas para os crimes de responsabilidade, mas acabam para os crimes comuns.

Pela legislação atual, o presidente da República, ministros e congressistas só podem ser processados por uma infração penal comum no STF. Com a mudança sugerida pelos dois parlamentares, o julgamento começaria na Justiça comum.

Proteção

O ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcelo Lavenère diz que a prerrogativa é uma “proteção” aos representantes escolhidos pelo povo, mas que não pode gerar “abusos”. “Um deputado ou senador não pode estar acima do bem e do mal no caso de crimes comuns.”

O especialista em Direito Penal René Ariel Dotti ressalta que, em várias situações, a prerrogativa de foro acaba sendo prejudicial ao réu, já que as condenações feitas pelo STF, por exemplo, não permitem recurso. “No caso do mensalão, por exemplo, o mais correto seria que o processo fosse desmembrado. Mas, de uma forma geral, a orientação da Constituição sobre a prerrogativa é adequada”, opina.

CONTINUA

Condenações são recentes no Supremo

A celeridade do STF no julgamento do mensalão contrasta com outros números recentes do tribunal. Em 2009, o Supremo divulgou um balanço que verificou que, na época, havia 378 processos contra autoridades com prerrogativa de foro em tramitação no tribunal. Entre 2003 e 2009, no entanto, apenas 11 ações penais do gênero foram julgadas — e em todos os casos, a sentença foi pela absolvição.

Além disso, a primeira condenação de um parlamentar desde a Constituição de 1998 ocorreu apenas em 2010, quando o então deputado Zé Gerardo (PMDB-CE) foi considerado culpado por crime de responsabilidade quando era prefeito de Caucaia, no interior do Ceará, entre 1998 e 2000.

Os três outros condenados antes do mensalão foram os deputados José Fuscaldi Cesílio (PTB-GO), Natan Donadon (PMDB-RO) e Cassio Taniguchi (DEM-PR). Ex-prefeito de Curitiba, Taniguchi acabou não sendo punido porque as penas contra ele prescreveram em 2004. Já Donadon, condenado a 13 anos de cadeia em 2010, continua livre — e exercendo mandato parlamentar. Durante o julgamento do mensalão, três parlamentares em exercício de mandato foram condenados, João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

MENSALÃO

Julgamento deve acabar na quinta-feira

Após 49 sessões realizadas desde agosto, o STF deve encerrar o julgamento do mensalão na quinta-feira. A principal questão pendente é a definição sobre a perda de mandato imediata dos três condenados que são deputados federais — João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT) — e do prefeito de Jandaia do Sul (Norte do Paraná), José Borba (PP). Além disso, os ministros vão tratar de possíveis ajustes nas penas e decidir se as prisões dos réus devem ocorrer imediatamente após o fim do julgamento ou esperar pela análise de recursos.

ZERO CONDENAÇÃO

Entre 2003 e 2009, apenas 11 ações penais envolvendo políticos foram julgadas pelo STF — e em todos os casos, a sentença foi pela absolvição. Em 2010 e 2011, antes do mensalão, houve quatro condenações. Agora, com os mensaleiros, são mais 25.

Conceito

Também chamado de foro por prerrogativa de função, é um direito constitucional que determina que autoridades têm de ser julgadas apenas em cortes especiais.

Criação

Foi criado como uma maneira de proteger autoridades de perseguições políticas locais. Ganhou reforço na Constituição de 1988 como colibção da volta de práticas da ditadura.

Aplicação

O foro privilegiado abrange apenas crimes de responsabilidade e os comuns de natureza penal. Os demais crimes, como a improbidade administrativa, são submetidos a foro comum.

Julgamentos no TJ

Ações contra prefeitos, deputados estaduais, membros da magistratura estadual e do Ministério Público Estadual.

Julgamentos no STJ

Ações contra governadores, desembargadores dos Tribunais de Justiça, membros dos Tribunais de Contas Estaduais, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Tribunais de Contas dos Municípios e do Ministério Público da União que atuem nos municípios.

Julgamentos no STF

Ações contra o presidente e vice-presidente, deputados federais, ministros, procurador-geral da República, comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, membros do Tribunal de Contas da União, membros de tribunais superiores (STF, STJ, TST, TSE e STM) e chefes de missões diplomáticas permanentes.

03 DEZ 2012

» JUDICIÁRIO GAZETA DO POVO

TJ vota hoje reajuste de custas de cartórios

TJ discute hoje revisão de custas de cartórios

O Tribunal de Justiça do Paraná debate hoje um projeto de revisão de custas judiciais e de cartórios. O texto prevê aumentos de até 2.350%, como no caso de reconhecimento de firma para empresas.

Presidente do Tribunal de Justiça, Miguel Kfourri Neto explica que há taxas que sofrerão aumentos altos, mas também haverá redução de valores

Karlos Kohlbach

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) vão discutir hoje um anteprojeto com revisão das custas judiciais e dos valores cobrados em cartórios. Se o texto for aprovado como está, o serviço de reconhecimento de firma para empresas, por exemplo, vai subir 2.350% — dos atuais R\$ 3,06 para R\$ 75. Já o casal que procurar o cartório para fazer a escritura de união estável vai desembolsar R\$ 293 em vez

dos R\$ 88,83 — um aumento de 229%. Quem precisar de uma certidão de matrícula imobiliária terá de gastar R\$ 22, hoje ela custa R\$ 9,48 — isso representa um reajuste de 132,06%.

Há também reduções de valores. O presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourri Neto, explica que foram criadas novas faixas de custas processuais em que o cidadão com menos recursos será beneficiado. “A filosofia da comissão que elaborou esta tabela é de diminuir o valor para quem não pode pagar e aumentar para quem pode”, resume.

A apreciação do anteprojeto será retomada na sessão de hoje do Órgão Especial do tribunal. Na reunião passada, a votação foi interrompida pelo pedido de vista do desembargador Dartagnan Serpa Sá. Durante a sessão, o magistrado afirmou que a proposta “não poderia ser aprovada a toque de caixa e que os desembargadores receberam o projeto em cima da hora e deveria ser mais bem estudado”.

Celeridade

Kfourri reconhece a celeridade na aprovação do anteprojeto. “É procedente a reclamação porque demorou. É complicado mesmo. O tribunal realmente demorou. Deveria ter sido debatido entre os desembargadores no início do segundo

ano do meu mandato”, diz Kfourri, citando que, se os novos valores forem aprovados somente em 2013 e cobrados apenas em 2014, o Poder Judiciário vai sofrer sem essa correção. “Essas taxas vão para o Funrejus [Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário] e se transformam em investimentos. Na minha gestão instalamos 141 varas de comarca — cada uma a um custo médio mensal de R\$ 120 mil”, completa.

Para entrar em vigor, a nova tabela tem de ser aprovada também pelos deputados na Assembleia Legislativa. Se isso acontecer ainda neste ano, os valores reajustados passam a valer já em 2013.

CONTINUA

03 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COMPARE

Confira os novos valores de alguns serviços judiciais caso o anteprojeto que está no TJ-PR seja aprovado.

Serviço	Valor atual	Valor novo	Reajuste
Reconhecimento de firma pessoa jurídica	R\$ 3,06	R\$ 75	2.350,98%
Reconhecimento de firma pessoa física	R\$ 3,06	R\$ 4,20	37,25%
Certidões judiciais	R\$ 9,40	R\$ 20	112,76%
Desarquivamento de processo	R\$ 9,40	R\$ 25	165,95%
Escritura de instituição de união estável	R\$ 88,83	R\$ 293	229,84%
Certidão de matrícula imobiliária	R\$ 9,48	R\$ 22	132,06%
Registro de emancipação de menor no registro civil	R\$ 21,15	R\$ 88,45	318,20%

Fonte: Comissão da OAB do Paraná.

OUTRO LADO

Anoreg diz que proposta adequa o setor à legislação brasileira

Parte interessada na aprovação do anteprojeto sobre reajustes de custas judiciais do Tribunal de Justiça, a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) é favorável à implantação do novo modelo da tabela de custas para os cartórios paranaenses. Em nota, a entidade justifica que a proposta prevê mais faixas de valores para contribuição e adequa o setor à legislação brasileira.

A associação sustenta, ainda, que a proposta do TJ coincide com o pensamento de toda a classe notarial e ressaltou que uma das principais mudanças é o estabelecimento de novas faixas de valores "pa-

ra serviços de maior expressão econômica e a readequação de algumas delas". A Anoreg cita a redução de 72,35% em serviços referentes a procurações de maior interesse da camada de baixa renda, "como é o caso do ato para fins previdenciários". Nessa mesma linha, destaca a entidade, a redução foi de 48,22% para escrituras de reconhecimento de filho, com fins previdenciários, de dependência econômica, de declaração de residência e de doação de órgãos, atos que representam grande procura nos cartórios do Paraná.

Por fim, a entidade defende uma adequação na legislação e argumenta que há uma "defasagem de uma estrutura há 42 anos" e que por isso é urgente o "encaminhamento imediato da proposta à Assembleia Legislativa do Paraná". (KK)

2.350%

é o quanto vai subir o serviço de reconhecimento de firma para empresas, passando dos atuais R\$ 3,06 para R\$ 75. Já o casal que procurar o cartório para fazer a escritura de união estável vai desembolsar R\$ 293 em vez dos R\$ 88,83 – um aumento de 229%.

"Estão faltando dados. Não pode ser feito um reajuste tão grande sem ter um estudo mais técnico. Está muito superficial. Isso é um tarifaço nunca visto no Paraná. Se for aprovado dessa forma, a OAB vai estudar medidas judiciais."

Cássio Lisandro Telles, vice-presidente eleito da OAB no Paraná.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OAB-PR é contra reajuste proposto

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná (OAB-PR), encaminhou na última sexta-feira um ofício à Corregedoria do tribunal se manifestando contrariamente à imediata aprovação do anteprojeto de reajuste das custas judiciais. O presidente José Lúcio Glomb, que assina o documento, faz uma série de ponderações e sugere ao TJ “aprofundar os estudos e debates, buscando uma tabela mais justa e equânime”. A entidade alega que o anteprojeto será votado “a toque de caixa”, prevê um aumento “absurdo” — muito superior ao da inflação — e que o cidadão é que vai pagar essa conta.

De acordo com a OAB, a proposta do tribunal não veio acompanhada de estudos econômicos sobre a arrecadação dos cartórios, do custo médio efetivo das ações e dos recursos — dados que, segundo Miguel Kfourri Neto, presidente do TJ-PR, serão apresentados hoje. “Estão faltando dados. Não pode ser feito um reajuste tão grande sem ter um estudo mais técnico. Está muito superficial”, comentou Cássio Lisandro Telles, vice-presidente eleito da OAB no Paraná. “Isso é um tarifaço nunca visto no Paraná. Se for aprovado dessa forma, a OAB vai estudar medidas judiciais”, completou.

A Ordem também questiona a pouca participação na elaboração da proposta de reajuste da tabela de custas. “A OAB sempre recebeu a tabela em cima da hora, já pronta. A nossa proposta é construir uma tabela em conjunto com o TJ tendo os dados disponíveis”, diz Telles. Kfourri por sua vez reagiu dizendo que representantes da OAB e da própria Assembleia Legislativa participaram muito pouco das reuniões com a comissão do tribunal.

03 DEZ 2012

03 DEZ 2012

»JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

Defensoria Pública fará 2 anos sem estrutura para atender todo o Paraná

Defensoria só chega ao interior em sete meses

! Criada em maio de 2011, a Defensoria Pública do Paraná só vai terminar no fim do primeiro semestre do ano que vem a contratação de 197 defensores e a montagem de sua estrutura nas 155 comarcas do estado.

Órgão criado em junho de 2011 aguarda a nomeação de 197 defensores e a definição dos locais de trabalho para poder funcionar

Diego Antonelli

! A Defensoria Pública do Paraná só terá condições de atender as 155 comarcas do estado no final do primeiro semestre de 2013, quando já terá completado dois anos de instalação. Esse é o tempo que o órgão levará para nomear defensores e encontrar estrutura física nas cidades do Paraná. A promessa é de que até junho

do próximo ano os 197 defensores aprovados em concurso público sejam efetivados. A Defensoria ainda negocia com os fóruns a cessão de salas para abrigar os servidores. Nesta semana deverá ser publicado o edital de licitação, no valor aproximado de R\$ 3 milhões, para a compra de equipamentos, como computadores, telefones e móveis.

Somente Londrina e Curitiba terão prédios próprios para abrigar os defensores. Nessas cidades funcionarão sedes regionais, que também alocarão o setor administrativo do órgão. Na capital do estado, o local escolhido para abrigar futuramente o órgão é um antigo prédio na esquina das ruas Cruz Machado e Doutor Muricy. O edifício está passando por reformas e fica perto do espaço atual de funcionamento do órgão, na Alameda Cabral.

Em Londrina, um prédio será alugado pelo valor de R\$ 16 mil. O projeto é ter ao todo dez sedes regionais. "Nas outras localidades, os defensores irão atuar em salas cedidas pelos fóruns de cada comarca", explica a defensora pública geral do estado, Josiane Fruet Bettini Lupion.

Hoje, apenas dez profissionais atuam no estado. Na área criminal, por exemplo, cada um dos sete defensores

públicos da capital acompanha uma média de 800 processos. A expectativa era que os novos servidores pudessem ser nomeados em maio do próximo ano. "Mas ocorreu um atraso na revisão das provas da segunda etapa do concurso. Posso garantir que no fim do primeiro semestre os profissionais serão nomeados", afirma Josiane. O concurso é formado ao todo por quatro etapas: avaliações objetiva, discursiva, oral e de títulos.

Atendimento

A recomendação da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) é de que exista um defensor para cada 10 mil habitantes com baixa renda (meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos por família), que não tenham condições de pagar os custeios de um advogado. No Paraná, a partir da nomeação dos defensores, haverá um profissional para cada 32,5 mil pessoas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

03 DEZ 2012

Situação só pior que São Paulo e Santa Catarina, cujos índices ultrapassam 50 mil moradores por defensor. No entanto, o estado paulista prevê a contratação de mais 400 defensores até 2015. O Paraná não deverá seguir a risco a atendimento a famílias que ganham até três salários mí-

nimos por mês. "Vamos analisar cidade por cidade. Há localidades em que atenderemos pessoas com renda mensal de um salário mínimo, já que três salários é bastante comparando com a renda per capita do município", diz Josiane.

RECURSOS

Lei que aguarda sanção presidencial vai ampliar orçamento das defensorias

O orçamento da Defensoria Pública Estadual pode chegar a 2% da arrecadação do governo do Paraná. A medida depende da sanção da presidente Dilma Rousseff de um projeto de lei do senador José Pimentel (PT) já aprovado pelo Congresso. De acordo com a lei, o aumento do orçamento será escalonado. "Até 2014, teremos o direito de receber esses 2%, que hoje correspondem a cerca de R\$ 200 mi-

lhões", estima a defensora geral do estado, Josiane Lupion. Para 2013, no entanto, o orçamento previsto é de R\$ 47 milhões. Independentemente do orçamento, ela já planeja ações para atender a sociedade.

A Defensoria irá funcionar com regimes de plantões e também de forma itinerante. "Os defensores das comarcas irão a outras cidades para atender a população", afirma.

Além disso, Josiane revela que serão feitas campanhas educativas em escolas públicas e nos presídios.

23 ANOS

é o tempo que demorou para a Defensoria Pública do Paraná ser fundada. A criação, ocorrida em junho de 2011, é uma exigência da Constituição Federal de 1988.



A defensora geral Josiane Lupion diz que houve atraso na revisão das provas do concurso para defensores.

CONTINUA

03 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESCASSEZ

O recomendado é um defensor a cada 10 mil habitantes considerados carentes. Porém, nenhum estado das regiões Sul e Sudeste consegue atingir a meta.

Estado	População em milhões	Defensores	População por defensor
Paraná	6,4	197*	32.538
Santa Catarina	3,7	60*	63.243
Rio Grande do Sul	6,7	389	17.293
São Paulo	25,1	500	50.230
Rio de Janeiro	9,9	796	12.459
Espírito Santo	2,1	163	13.467
Minas Gerais	12,6	599	21.091
			10.000

*Concursos públicos em andamento preveem a contratação desse número de defensores

Fonte: Censo 2010/Sidra IBGE e Defensorias Públicas estaduais

Infografia: Gazeta do Povo.

“Demora é justificável”, afirma Anadep

Apesar da aparente lentidão em colocar a Defensoria para funcionar em todo o estado, o Paraná está recuperando o tempo perdido na avaliação de André Castro, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep). Afinal, prevista desde a Constituição federal de 1988, a criação do órgão aconteceu com 23 anos de atraso. O Paraná foi o penúltimo estado a criar oficialmente o órgão. O último a implantar será Santa Catarina, que foi obrigada a formar uma defensoria após decisão do Supremo Tribunal Federal em março deste ano. O concurso catarinense prevê 60 vagas e deve ser realizado no próximo ano.

“O processo de um concurso para defensor é longo e a demora em nomeá-los é plenamente justificável. Vale ressaltar que começar com quase 200 vagas é algo muito positivo para o Paraná”, diz Castro. A expectativa dele é de que, nos próximos três anos, outros concursos sejam feitos para contratação de novos defensores.

O presidente estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Lúcio Glomb, espera que a Defensoria comece a funcionar plenamente o mais rápido possível. “A maior parcela da sociedade beneficiada será a população carente, que ficou por mais de duas décadas sem um órgão para defendê-la na Justiça.” Em sua maioria, as defensorias estaduais atendem processos ligados a varas de família e criminal. “A Defensoria pode atuar de forma eficaz para a revisão dos processos de presos e diminuir a superlotação nas cadeias”, diz Castro.

03 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

» FUNCIONALISMO

Governo paga para empresa avaliar rombo da previdência

Órgão faz licitação para descobrir valor de passivo judicial de fundo de aposentadorias. Medida foi tomada após aumento na cobrança dos ativos

Euclides Lucas Garcia

Em meio à polêmica em torno do projeto do governo do estado que prevê a reestruturação do plano de custeio da Paranaprevidência, o órgão ainda tenta levantar o montante exato do seu passivo judicial. Conforme licitação aberta no final de setembro, a empresa contratada vai analisar cerca de 10 mil processos e calcular o impacto financeiro das ações judiciais nas contas da previdência estadual. A concorrência serviu para acentuar as divergências entre o Executivo e o funcionalismo sobre a proposta de revisão da Paranaprevidência — órgão responsável por administrar e pagar as aposentadorias dos servidores estaduais e pensões dos dependentes deles.

Segundo estimativa da própria Paranaprevidência, aproximadamente 39 mil autores compõem as ações judiciais que serão avaliadas. Do total de ações, conforme dados de outubro, cerca de 3 mil processos tramitam em 1.ª instância, 4,4 mil estão em fase de recurso e outros 2,3 mil já estão em fase de execução. Só um grupo de ações dos auditores da Receita está estimado em R\$ 600 milhões.

A empresa que vencer a licitação — do tipo menor preço — para analisar essas ações receberá R\$ 195 por processo. O preço final, portanto, pode chegar a quase R\$ 2 milhões. Pelo edital, o contrato terá vigência de um ano, podendo ser prorrogado por até cinco anos. Por enquanto, a concorrência ainda está na fase de análise de recursos das participantes. De acordo com a Paranaprevidência, não há previsão para a definição da empresa vencedora do certame.

Mudanças

Além da incerteza em torno do passivo judicial do órgão, o governo do estado está pressionado pelo Ministério da Previdência e, sobretudo, pelo Tribunal de Contas do

Estado (TC) para contornar o déficit técnico — diferença entre o que se tem e o que seria necessário para pagar os benefícios futuros — da previdência estadual. Hoje, esse “rombo” é calculado em R\$ 7,3 bilhões. De acordo com o TC, o déficit é antigo e só nos últimos quatro anos cresceu 5.400%, “colocando em risco o sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais”.

Na tentativa de corrigir essa distorção, o Executivo enviou à Assembleia Legislativa na última quarta-feira um projeto de lei para reestruturar o plano de custeio da Paranaprevidência. Pela proposta, a contribuição mínima mensal dos servidores ativos passará de 10% para 11% do salário. Além disso, será criado um fundo de previdência específico para os policiais militares.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

03 DEZ 2012

Inicialmente, a proposta também iria estipular a taxa de aposentados e pensionistas que recebam acima do teto do INSS — atualmente, R\$ 3.916,20. Hoje, os funcionários inativos não pagam a previdência estadual — o Paraná é o único estado do país que mantém a isenção. No entanto, diante do impacto político negativo da mudança, o governador Beto Richa (PSDB) recuou e determinou que a alteração fosse retirada do texto da matéria.

A medida, que atingiria cerca de 22 mil inativos, traria até R\$ 12,5 milhões por mês aos cofres da previdência estadual. Com a decisão de não mais aplicá-la, o governo estuda agora outros caminhos para recompor o fundo, como o repasse de patrimônio do estado e dos direitos de precatórios à Parana Previdência.

10 MIL PROCESSOS

serão analisados pela empresas que vencer a concorrência do Parana Previdência, e o preço máximo estabelecido pelo edital é de R\$ 195 por ação judicial avaliada. O preço final do contrato, portanto, pode chegar perto dos R\$ 2 milhões e pode ser prorrogado por cinco anos.

IMPASSE

Diretor minimiza ações e funcionalismo diz que falta negociar

Diretor-presidente da Parana Previdência, Jayme de Azevedo Lima minimizou o impacto do passivo judicial se comparado ao projeto de reestruturação do plano de custeio do órgão. Segundo ele, cerca de 7 mil processos perderão o efeito, uma vez que tratam de vitórias judiciais de servidores para conseguir a equiparação dos pagamentos na porcentagem mínima (10%) — a máxima é de 14%. "Com a elevação da contribuição mínima para 11%, restarão aproximadamente 3 mil processos e o valor do passivo cairá bastante", projeta. "Mas são valores ínfimos perto dos ativos que temos. Trata-se de uma quantia que não aflije nosso balanço e certamente será regularizada até meados de 2013."

Negando que o processo de discussão do projeto enviado à Assembleia tenha sido atropelado, Lima argumenta que a mudança dará solvência à Parana Previdência pelos próximos 75 anos, sem mexer em qualquer benefício dos servidores. "Estamos buscando o equilíbrio financeiro e atuarial da empresa a longo prazo e vamos conseguir por meio do novo plano de custeio", afirma. "Tanto que o Ministério da Previdência considerou nossa engenharia financeira criativa e um exemplo para outros estados."

Críticas

Já o coordenador do Fórum de Entidades Sindicais do Paraná e representante dos servidores no Conselho de Administração da Parana Previdência, Heitor Raimundo, defende que o desconhecimento do órgão em relação ao próprio passivo judicial é uma prova de que a revisão do plano de custeio precisa ser melhor discutida.

"Quanto isso custa para o sistema? Esse é um exemplo de que ainda não há um levantamento detalhado dos números para justificar a pressa do governo em aprovar a proposta", afirma.

Ele reconhece que a previdência estadual precisa passar por mudanças, mas defende que o Executivo aguarde ao menos até o primeiro trimestre do ano para fazer as alterações — o prazo estipulado pelo governo é o fim deste ano. "Quem esperou 14 anos — nesse governo, dois anos — pode esperar alguns meses a mais. Com diálogo, é possível avançar na proposta e não aprovar tantos pontos divergentes", diz.

03 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-alimentação

Não acho justo os servidores do MP e da Justiça terem auxílio-alimentação devido ao salário que ganham. Também trabalho no serviço público, ganho 10% do que eles ganham, e não tenho esse auxílio em meu salário. Quando não dá para almoçar em casa, pago do meu bolso, com o mísero salário que recebo, o meu sanduíche. Agradeceria se os governantes fossem um pouco mais conscientes.

Lília Scandelari

Correção monetária

Acho que o STJ está certo em proteger os bancos em detrimento dos usuários (**Gazeta**, 28/11). Os banqueiros são uns pobres coitados que anunciam todo ano bilhões de reais em lucros e que agora, com a conivência do STJ, não vão pagar a diferença dos rendimentos aos correntistas e ainda vão receber as custas judiciais que os pobrezinhos gastaram para se defender. Acho que devemos fazer uma vaquinha para eles poderem continuar comendo seu caviar e tomando sua champanhe francesa...

Gerson Umezaki

03 DEZ 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Revista Judiciária do Paraná é editada pela Editora Bonijuris

A quarta edição da revista Judiciária do Paraná – RJPR - é uma publicação da Amapar, em parceria com a Escola da Magistratura do Paraná – EMAP e o Tribunal de Justiça do Paraná – TJPR e editada pela Editora Bonijuris. O objetivo da publicação é divulgar os diversos textos jurídicos de magistrados e juristas, divididos entre as temáticas Doutrina e Jurisprudência.

Será distribuída a todos os associados e encaminhada a associações de magistrados do país, tribunais estaduais, regionais e superiores, escolas de magistratura e outros órgãos dos poderes constituídos e da sociedade civil. E será semestral.

Nesta edição a RJPR destacou na capa uma obra do artista norueguês Alfred Andersen. A importância histórica para o Paraná do artista que faleceu em Curitiba no dia 9 de agosto de 1935, e que justifica a manutenção de um museu em sua homenagem reside no fato dele ser considerado o primeiro artista plástico a atuar profissionalmente e a incentivar o ensino das artes puras no Estado do Paraná. Além disso, a qualidade de representação que seus trabalhos apresentam é em muitos aspectos superior a dos demais artistas que se encontravam no Paraná daquele período.

03 DEZ 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ suspende mudança de cadeira do MP até decisão do STF

Impedimento valerá até o STF definir qual modelo deve ser adotado em todo o território brasileiro

Por unanimidade, o Conselho Nacional de Justiça manteve duas Varas do Distrito Federal impedidas de mudar a posição do representante do Ministério Público em audiências. O impedimento valerá até o Supremo Tribunal Federal definir qual modelo deve ser adotado em todo o território brasileiro. Com a decisão o Procedimento de Controle Administrativo 0001023-25.2011.2.00.0000 deverá ter seu mérito julgado pelo Conselho.

A decisão foi aprovada em sessão plenária do Conselho, e acolhe recurso do Ministério Público do Distrito Federal que tentava reverter a liminar do CNJ que extinguiu, em abril deste ano, o PCA em que o MP-DF questionava a alteração. Segundo o então conselheiro Marcelo Nobre, o PCA foi extinto porque a matéria estava (e segue até hoje) sob análise do STF.

“O que se decidiu foi que não havia impedimento de o CNJ analisar a matéria do PCA, apesar de estar judicializada a matéria perante o STF”, afirmou o relator do recurso no julgamento, conselheiro Emmanoel Campelo. Ao ler o seu voto original, Campelo manteve a decisão do ex-conselheiro Marcelo Nobre ao também negar provimento ao pedido do MP-DF. Após a sustentação oral do promotor de Justiça do Distrito Federal Antônio Suxberger, no

entanto, tanto o relator como o restante do plenário mudaram o entendimento anterior e restauraram os efeitos do PCA, seguindo sugestão do presidente do CNJ e do Supremo, ministro Joaquim Barbosa. “Acolhi a sugestão do presidente para restabelecer a liminar cassada e processar o PCA para julgar seu mérito”, afirmou Campelo.

Duas varas localizadas em cidades-satélite do Distrito Federal decidiram alterar o lugar ocupado pelo Ministério Público na sala de audiência (geralmente ao lado direito do juiz). O MP-DF recorreu ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal conta a mudança na sala de audiência em uma Vara do Núcleo Bandeirante e na sala do Júri em Planaltina. O TJ respondeu que aguardaria uma decisão do CNJ, a quem havia consultado a respeito. Em seguida, o MP passou a questionar o Conselho por meio do PCA que foi extinto em abril e resturado na sessão da última terça-feira (27/11).

03 DEZ 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Liminares suspendem repasse de verbas para Assembleia e TJ do Amapá

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, concedeu duas liminares para suspender decisões judiciais que determinaram o bloqueio e o repasse, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, de valores relativos ao remanescente do duodécimo de novembro de 2012 devido a cada um dos órgãos. O ministro, em liminar, entendeu plausível o argumento apresentado pela Procuradoria-Geral do estado quanto à necessidade de ajuste do cálculo do duodécimo à receita efetiva do estado.

As decisões se deram em dois pedidos ajuizados pelo estado contra decisões do Tribunal de Justiça em mandados de segurança impetrados pela Assembleia e pelo próprio TJ. Os dois órgãos afirmavam que os valores relativos ao duodécimo constitucional repassados pelo estado estariam aquém do previsto em lei. No caso em questão, as decisões impugnadas determinaram o repasse de R\$ 4 milhões ao TJ e de R\$ 3,7 milhões à Assembleia.

Nos pedidos, o Amapá, por meio de sua Procuradoria-Geral,

sustentou que a lei na qual se basearam as decisões está “eivada de inconstitucionalidade, em razão de as emendas parlamentares terem elevado as previsões de receita e despesa”. Segundo a procuradoria, as contas do Estado apresentaram déficit de R\$ 485 milhões, e a superestimação da receita acarretou problemas orçamentários. Diante desse quadro, os repasses teriam sido feitos da mesma proporção fixada em lei, “mas proporcionais ao que foi efetivamente arrecadado”, e nenhum dos órgãos estaria sendo prejudicado em suas atividades.

TST declara ilegalidade de penhora sobre remuneração de empregador

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento a recurso ordinário de um empregador que teve parte de seu salário bloqueado para fins de quitação de débito trabalhista.

Na fase de execução de processo trabalhista movido por uma ex-empregada, a 12ª Vara do Trabalho de Recife (PE) determinou a retenção de 30% dos valores presentes na conta salário do empregador para a

quitação do crédito devido. Contra essa decisão, o empregador interpôs mandado de segurança no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) e afirmou que a parcela objeto da penhora tem natureza alimentícia e, portanto, é impenhorável. O tribunal não lhe deu razão e denegou a segurança, pois concluiu ser incabível a medida judicial elegida, já que contra decisão do 1º grau cabia recurso específico de agravo de petição.

Com relação à penhora, o mi-

nistro explicou que o artigo 649, IV, do Código de Processo Civil estabelece a impenhorabilidade absoluta de valores com natureza salarial. Nos termos da Orientação Jurisprudencial 153 da SBDI-2 do TST, a decisão que determina o bloqueio de valores existentes em conta salário para a satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a um certo percentual dos valores recebidos, fere direito líquido e certo do devedor.

01 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA
APUCARANA

Justiça pede prisão do
presidente da Câmara

Vereador de Apucarana tem prisão decretada

Denúncia acusa presidente da
Câmara, servidores e empresários
de falsificar notas de serviços não
prestados ao Legislativo

O presidente da Câmara de Vereadores de Apucarana (Norte), Alcides Ramos Júnior (DEM), e mais quatro funcionários comissionados nomeados por ele tiveram a prisão preventiva decretada na última terça-feira pela 3ª Vara Criminal de Apucarana, a pedido do promotor de Defesa do Patrimônio Público Eduardo Cabrini, sob acusação de peculato e formação de quadrilha. Duas comissionadas chegaram a ser presas na manhã de ontem, mas o presidente da Casa e os outros dois comissionados estão sendo considerados foragidos pela Justiça. Para o advogado de Ramos, André Vianna, o termo "foragido" é equivocado, e o vereador deve se apresentar para esclarecimentos na próxima semana.

Segundo o que sustenta o Ministério Público (MP), na denúncia protocolada na segunda-feira na Justiça, o presidente da Câmara, os comissionados Henslei Rocha Burihan,

Thiago Henrique Camotti, Rachel Michele Weckverth e Edilamar Alves dos Santos, dois ex-servidores da Câmara, Viviane Zanoni e David dos Santos, e vários comerciantes do município foram responsáveis por desvios de recursos públicos, causando dano de R\$ 36,5 mil ao erário. Os desvios ocorreriam através de notas falsas de serviços supostamente prestados para a Câmara de Vereadores. Rachel e Edilamar foram detidas ontem, mas, como a segunda colaborou com as investigações, Cabrini pediu ainda ontem a revogação da prisão, que foi acatada.

O promotor, que além de Alcides e seus quatro comissionados denunciou outras dez pessoas, explicou que as investigações foram iniciadas quando o empresário dono da Agência de Publicidade Global denunciou o ex-sócio minoritário da sua empresa. "Segundo ele, seu ex-sócio, que atualmente era comissionado de Alcides Ramos, Henslei, tinha

emitido notas em nome da Câmara na ordem de R\$ 16 mil, mas ele sabia que o serviço não tinha sido prestado", disse. A partir da denúncia, a promotoria começou a buscar e apreender documentos e notas de empenho da gestão de Ramos que teriam confirmado a ação do vereador e dos comissionados.

Segundo a denúncia, foram emitidas notas nos valores de R\$ 16 mil no nome da Agência Global, em serviços de publicidade que não foram prestados; R\$ 1,1 mil em lavagens de veículos particulares, no nome da JC Car; R\$ 826 em dois pneus e amortecedores, da Auto Center Pit Stop; R\$ 4,2 mil, da Panificadora e Confeitaria Leal; R\$ 906 da Panificadora Pão Quente; R\$ 12,6 mil do Mercado Formosa, em gêneros alimentícios diversos que não foram usados pela Câmara; e R\$ 749 da Decor Tintas.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

01 DEZ 2012

Todos os empresários foram citados na denúncia por terem participado da suposta fraude. Além disso, o promotor cita o desvio de um bem público, um data show no valor de R\$ 1,7 mil, que só teria sido restituído à Casa após vários dias desaparecido.

O advogado de Ramos defende que o pedido de prisão preventiva de Alcides "foi precipitado". "Desde o início das investigações meu cliente pediu licença do cargo duas vezes, por vinte dias, para mostrar que não tinha intenção de atrapalhar nas investigações." Segundo Vianna, ele não considera seu cliente "foragido", apesar de não saber responder onde ele estava no dia de ontem. "Ele vai se apresentar na terça ou quarta-feira, e até lá vamos estudar o processo e ver do que ele está sendo acusado."

A dona da Panificadora Leal, Ana Cláudia Fluk Leal, negou que tenha emitido notas para a Câmara de compras particulares de Alcides e seus comissionados. "Houve um erro em uma das notas de compra. Escrevemos Câmara em uma compra da campanha do Alcides, mas ele pagou com o dinheiro dele. Era tudo separado", defendeu. O dono da JC Car, Jairo Alves Pimenta, também negou envolvimento no suposto delito. "Se eu soubesse que ia acontecer isso nem tinha feito serviço para a Câmara. Fizemos tudo certo, não tem nada irregular." A dona da Panificadora Pão Quente, Elaine Granetto, estava viajando e não atendeu ao celular. A FOLHA não conseguiu contato com o publicitário Valduir Pagani, os ex-servidores Viviane Zanoni e David dos Santos, com o empresário Simão Mazurok nem com os comissionados. Todos os denunciados, quando forem intimados, terão 15 dias para apresentar defesa sobre o caso.

01 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Rumo ao STJ

O procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina, do Ministério Público (MP) do Paraná, foi sabatinado e aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Ele foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para a vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cargo para o qual é necessário aval do Congresso. Kukina irá substituir o ex-ministro Hamilton Carvalhido, aposentado em maio de 2011. O próximo passo é a votação em plenário, que deve ser nominal e secreta, com a exigência de maioria qualificada. A sabatina durou quase duas horas.

MAZZA

Novela

A Procuradoria Geral da República acaba de enquadrar o ex-deputado Carli Filho por duplo homicídio qualificado. As delongas novelescas do processo se tornam incompatíveis com o novo momento do Judiciário, o do mensalão.

01 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

'Rose' se juntou aos 'aloprados' da Bancoop

Dona de imóvel no bairro da Bela Vista, a ex-chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo Rosemary de Noronha comprou na Mooca dois apartamentos da Cooperativa Habitacional dos Bancários, a Bancoop, acusada na Justiça de desvio de fundos ao PT. A filha, Mirella, ex-funcionária fantasma de estatal, mora em outro, no mesmo condomínio de dois "aloprados" acusados do suposto dossiê contra José Serra, em 2006, e onde a CUT também tem imóvel.

Ninho

Investigados pelo Ministério Público Federal, Osvaldo Bargas e José Carlos Espinoza moram no "Torres da Mooca", onde a PF bateu.

Parceiros

Lula também comprou uma cobertura triplex da Bancoop no Guarujá (SP), em nome de d. Marisa, como a coluna revelou em junho de 2008.



01 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça federal mantém aumento do pedágio

Curitiba - Provocada pelo Fórum Nacional Contra o Pedágio, que ingressou na quinta-feira com uma medida cautelar pedindo o congelamento das tarifas de pedágio no Paraná, a Justiça Federal indeferiu a solicitação. Dada a "urgência da medida", a juíza Vera Feil, da 6ª Vara, analisou o mérito da questão apesar de nenhum ente federal ser parte do processo, o que já inviabilizaria a cautelar.

Ela considerou que nenhum documento anexado mostrou decisão do Tribunal de Contas do Estado contrária ao aumento, nem qualquer indício de nulidade dos contratos das concessionárias com o governo do Paraná ou irregularidade na análise técnica feita pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER) ao conceder o reajuste médio de 4,69%, que passou a vigorar nesta madrugada. Sem essas provas, considerou a juíza, fica valendo o contrato em vigor, que prevê reajuste anual.

02 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Cargos comissionados na mira da PGJ

**Ação Direta de Inconstitucionalidade
questiona número de servidores não
concurados no Legislativo de Londrina**

**LEGISLATIVO
PGJ entra
com ação
contra cargos
comissionados**

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) do Paraná ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra leis municipais de 2008 e 2011 aprovadas pela Câmara Municipal de Londrina que regulamentaram o número de cargos comissionados no Legislativo. A ação tramita no Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná desde o começo de outubro.

A PGJ questiona a falta de proporcionalidade entre o número de comissionados e o de servidores concursados. São 155 cargos em comissão disponíveis, sendo sete assessores para o presidente da Câmara, oito para cada um dos outros 18 vereadores e quatro cargos de direção (Controladoria, Procuradoria Jurídica, Diretoria Geral e Diretoria Legislativa).

O número excessivo de cargos comissionados no Legislativo é alvo de ação civil públi-

ca movida pela promotora de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, Sandra Regina Koch, em março deste ano. Ela pediu a exoneração de comissionados, igualando ou reduzindo o número de postos em comparação ao número de servidores efetivos. São 56 servidores concursados na Câmara.

A liminar requerida pela promotora foi negada pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, e a decisão foi mantida no TJ. Porém, o processo seguia para análise do mérito. Em 14 de novembro, o juiz suspendeu a tramitação a pedido da Câmara em razão do "risco de decisões contraditórias" já que a ADI tem o mesmo objeto.

O procurador jurídico da Câmara, Miguel Ângelo Garcia, disse que a Câmara ainda não recebeu citação da ADI, mas tinha conhecimento de um procedimento de investigação instaurado pela PGJ há alguns meses. "Fornecemos várias informações ao longo dos últimos meses", comentou. "Vamos apresentar a defesa no momento oportuno." Ele lembrou que uma lei sobre cargos comissionados aprovada em

2006 já havia sido objeto de ADI, julgada procedente pelo TJ. Hoje, segundo Garcia, tramita um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF).

02 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Feriados 2013

Enquanto o prefeito de Curitiba não sabe se irá sancionar pedido dos vereadores para que seja criado feriado municipal em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná já livrou duas novas datas para 2013. O Diário da Justiça Eletrônico, por meio do Decreto Judiciário número 1826, institui feriado para as repartições forenses do Paraná nos dias 24 de dezembro (véspera de Natal) e 31 de dezembro (véspera de Ano Novo).

02 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Liminar garante horário ampliado no comércio

Sincoval obteve decisão favorável da Justiça do Trabalho de Londrina, mas impasse sobre a Convenção Coletiva 2012/13 permanece

O Sindicato do Comércio Varejista de Londrina e Região (Sincoval) obteve, na tarde de sexta-feira, uma liminar na Justiça do Trabalho de Londrina para manter o horário estendido de abertura do comércio no mês de dezembro. O diretor financeiro do Sincoval e membro da comissão de negociação, Roberto Martins, argumenta que o recurso judicial foi utilizado com o intuito de dar continuidade ao calendário especial já adotado pelos comerciantes em anos anteriores.

A decisão corrobora a orientação dada pelo Sincoval aos comerciantes, no início da tarde de sexta-feira, em comunicado divulgado em sua página na internet. Dessa forma, durante todo o mês de dezembro, as lojas devem abrir aos sábados, das 9h às 18h. De segunda a sexta-feira, o horário de abertura do comércio, a vigorar a partir do dia 5, é das 9h às 22h. Na segunda-feira do dia 10, feriado de aniversário de Londrina, o comércio deve abrir normalmente, das 9h às 18h, e os funcionários folgam no dia 2 de janeiro. No domingo que antecede o Natal, dia 23, o comércio deverá funcionar das 9h às 17h.

“Existem uma súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho), editada no final de setembro, que estabelece esta regra para quando os sindicatos estão na situação em que estamos. Vencida a convenção, continua sendo válida a utilização da convenção anterior”, informa Martins. O diretor financeiro do Sincoval acredita que a liminar não vai interferir nas negociações para a Convenção Coletiva de Trabalho 2012/13 e que a decisão de recorrer à justiça foi tomada para acabar com a insegurança jurídica dos comerciantes. Segundo ele, as negociações com o Sindicato dos Empregados do Comércio de Londrina (Sindecolon) continuam abertas.

O presidente do Sindecolon, José Lima Nascimento, afirma que ainda não foi notificado oficialmente sobre a liminar e, quando isso acontecer, irá repassar o caso para análise do departamento jurídico. “Iremos acatar a determinação judicial, mas se verificarmos que os trabalhadores podem ser prejudicados, podemos entrar com recurso para defender a categoria”, declara. Na noite de sexta-feira os trabalhadores se reuniram em uma assembleia para debater a dificuldade de negociação, mas

não definiram nenhuma posição. “O diálogo é a principal fonte de negociação. O que foi feito em todas as reuniões com o Sincoval foi para evitar que chegássemos a um estágio judicial, mas isso não vai criar um problema e as negociações continuam abertas”, garante Nascimento.

O acordo entre as categorias está pendente em função da indefinição do horário de funcionamento no terceiro sábado do mês. O sindicato patronal reivindica a abertura até as 18 horas, como contrapartida o funcionário receberia uma folga em dia de semana no prazo de 30 dias. O sindicato dos trabalhadores do comércio, então, concedeu somente o terceiro sábado do mês de abril de 2013. Mas a proposição não foi aceita pelo Sincoval.

No comunicado feito pelo Sincoval, os empresários são orientados a manter o reajuste do piso da categoria de, no mínimo, 8,84% para atingir o salário mínimo do Paraná, de R\$ 812. Aos trabalhadores que recebem acima do piso, o reajuste não deve ser inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 4,88%, com sugestão do Sincoval de alta de 8%.

03 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Os próximos

O ministro Celso de Mello, decano, completará 70 anos e deixará o STF em novembro de 2015; Marco Aurélio, em julho de 2016.

Dilma vai nomear só mais um no STF, até 2015

Até o final do mandato, em 1º de janeiro de 2015, a presidenta Dilma terá apenas a vaga do ministro aposentado Carlos Ayres Britto para preencher, no Supremo Tribunal Federal. Até agora, ela nomeou os ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Teori Zavascki, que assumiu na última quinta-feira (29). Mas, no caso de vir a ser reeleita em 2014, poderá escolher mais cinco ministros para a mais alta Corte do País.

Os últimos

Outros cairão na "expulsória" em 2018: Ricardo Lewandowski em maio, Teori Zavascki em agosto e Rosa Weber em outubro.

Quem nomeou

Lula estabeleceu recorde, nomeando oito dos 11 ministros no STF. Sarney indicou cinco, Fernando Collor quatro, Itamar um e FHC três.

30 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-ministro propõe redução de penas

Em parecer para advogados de ex-dirigentes do Rural, Carlos Velloso defende a tese de crime continuado, o que pode diminuir as punições

Um parecer do ex-ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso alimenta as últimas esperanças de aliviar as punições de parte dos 25 condenados no mensalão. Na manifestação, Velloso defende a tese de que os crimes de lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta de instituição financeira e de evasão de divisas foram cometidos com uma única intenção – financiar o esquema –, o que poderia baixar drasticamente as penas.

Dessa forma, os delitos devem ser, na opinião do ex-ministro da Corte, unificados.

A manifestação foi feita a pedido dos advogados de Kátia Rabello, acionista do Banco Rural, e dos ex-dirigentes da instituição, José Roberto Salgado e Vinicius Samarane. O documento entregue na quarta-feira aos ministros dá subsídios à tese que já foi defendida em plenário pelo ministro Marco Aurélio Mello.

Discrepância. Marco Aurélio tem se queixado do que considera discrepância das penas aplicadas aos condenados na ação. O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu recebeu pena de 10 anos e 10 meses de prisão, mesmo sendo considerado pelos ministros o líder do esquema criminoso. Ainda assim, sete réus têm penas maiores do que Dirceu. O empresário Marcos Valério, apontado como o operador do mensalão, pegou pena de 40 anos de prisão. A ex-presidente do Banco Rural Kátia Rabello e José Roberto Salgado, 16 anos e 8 meses de cadeia cada um.

Pelos crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e gestão fraudulenta, Kátia Rabello e Salgado receberam penas idênticas, de 13 anos e 11 meses de prisão. Os dois ainda foram con-

Defesa

CARLOS VELLOSO EX-PRESIDENTE DO STF

“Os recursos foram exatamente os mesmos resultantes das operações tidas por lícitas”

denados por formação de quadrilha. Já Samarane foi condenado a oito anos, nove meses e 10 dias de cadeia.

O entendimento do ex-presidente do STF é o de que os três crimes são da mesma espécie – representam lesão ao sistema financeiro nacional – e tinham como objetivo único de compra de apoio político e pagamento de despesas de campanhas eleitorais. De acordo com a manifestação, os delitos foram cometidos como parte de um esquema de desvio de recursos públicos que exigia a tomada de empréstimos bancários fraudulentos, a lavagem do dinheiro e a evasão de divisas.

Crime continuado. Dessa maneira, conforme o parecer, os crimes foram cometidos de forma continuada. Assim, ao invés de as penas serem somadas, como ocorreu no julgamento até agora, os réus seriam condenados à pena do mais grave dos crimes e seria aumentada de um sexto a dois terços. Velloso disse que essa tese de unificação de crimes já foi usada pelo também ex-presidente da Corte Sepúlveda Perence no julgamento de um habeas corpus em 1991.

“Reconhece o Ministério Público Federal, portanto, que os recursos submetidos ao processo de lavagem, com a ocultação dos reais destinatários, foram exatamente os mesmos resultantes das operações tidas por lícitas realizadas no âmbito do Banco Rural”, escreveu Velloso. “O mesmo se diga com relação à evasão de divisas”, acrescentou.

O ESTADO DE S. PAULO Sem Dilma nem Adams, Zavascki toma posse no STF

Recebido em plenário por Joaquim Barbosa, sucessor de Peluzo no Supremo assume sua vaga em sessão rápida

O ministro Teori Zavascki, indicado para a vaga de Cezar Peluso – que se aposentou, com 70 anos, em setembro – tomou posse ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) numa cerimônia marcada por ausências como a da presidente Dilma Rousseff e a do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Conduzido pelo decano do tribunal, ministro Celso de Mello, e pela mais nova integrante da Corte, Rosa Weber, o novo ministro foi levado até o plenário, onde assinou o termo de posse e foi declarado empossado pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa.

Foi uma sessão rápida – iniciada às 16h11 e terminada às 16h23, após o que Zavascki recebeu cum-

primentos no Salão Branco, ao lado do plenário. Apesar da ausência de Dilma, lá estavam os presidentes do Senado e da Câmara, José Sarney e Marco Maia, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Para ele, porém, o momento mais emotivo foi quando abraçou sua mãe, Pia, de 97 anos.

Solenidades à parte, o grande assunto entre os convidados era a situação de Adams e a crise enfrentada pela Advocacia-Geral da União desde a deflagração, na semana passada, da Operação Porto Seguro, que tem como um dos principais investigados o ex-número 2 da AGU, José Weber de Holanda Alves, já afastado.

Outro assunto da posse foi o processo de indicação do próximo ministro do STF. Zavascki, que tem 64 anos, ocupou o lugar deixado em setembro por Pelu-

so – mas outra vaga surgiu com a saída, há dez dias, do então presidente da Casa, Carlos Ayres Brito. Um outro ministro tem comentado sua disposição de sair – Celso de Mello –, mas não há nenhuma indicação de quando isso deve acontecer.

Diferenças. Cauteloso por estilo, e de carreira marcadamente técnica dentro dos meios jurídicos, Zavascki destacou-se, nos últimos dias, por duas posições polêmicas. Uma, contrária às transmissões dos julgamentos pelo STF: ele considera “um ponto negativo o excesso de exposição, que às vezes não colabora para um julgamento sereno”. Outra, seu entendimento de que cabe ao Legislativo, não ao Judiciário a tarefa de decidir sobre a cassação de políticos condenados no processo do mensalão.

Catarinense de Faxinal dos Guedes, o novo ministro atuou no Tribunal Regional Federal em Porto Alegre e integrou desde maio de 2003 o Superior Tribunal de Justiça, participando da Corte Especial, do Conselho de Administração e da Comissão de Documentação. Foi eleito membro efetivo do Conselho da Justiça Federal (CJF) em junho de 2011.

● Juramento

TEORI ZAVASCKI NOVO MINISTRO DO STF

“Prometo, bem e fielmente, cumprir os deveres do cargo de ministro, em conformidade com a Constituição e leis da República”



Emocionado. Abraço da mãe, Pia Zavascki, de 97 anos, foi o 'grande momento' do ministro.

30 NOV 2012

30 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Um passo à frente

Sete anos após o escândalo do mensalão ter-se tornado público e após quatro meses e 49 sessões plenárias dedicadas ao julgamento da Ação Penal

470, o STF definiu as penas a serem cumpridas pelos 25 réus condenados. Há questões importantes ainda pendentes de decisão, mas a conclusão da complexa etapa da chamada dosimetria das penas pode estar inscrevendo na História do Brasil o marco inaugural de uma nova era – o fim da ancestral impunidade dos poderosos. É claro que se trata apenas da abertura de uma perspectiva alvissareira: a de que o efeito pedagógico da decisão do STF se impregne na consciência da sociedade brasileira, condição essencial e imprescindível para a efetiva reversão desse processo de corrupção sistêmica que está na raiz de quase todos os males de que padece a administração pública no País.

Seria pouco realista, portanto, imaginar que, a partir da condenação de José Dirceu & Cia., o fim da impunidade dos corruptos dos altos escalões da República se tenha tornado uma conquista definitiva da cidadania. E muito menos que a corrupção na administração pública vá acabar. É fácil imaginar que depois de 8 anos em que os brasileiros se habituaram a assistir ao primeiro mandatário do País tratar com indulgência os malfeitores de colarinho branco, permitindo-se, no máximo, desempenhar o papel do “apunhalado pelas costas”, os corruptos apaniguados tenham se sentido estimulados a atrevimento e ousadia sem precedentes. Os mais recentes escândalos revelados nos círculos das relações íntimas de Lula são um deplorável exemplo disso.

Menos mal, assim, que a exemplo do que já havia feito em seu primeiro ano de mandato, com a ampla “faxina” ministerial, a presidente Dilma Rousseff tenha afastado de suas funções, rapidamente, os enredados na trama descoberta pela Polícia Federal, inclusive a poderosa ex-secretária

de José Dirceu e ex-chefe do gabinete de Lula em São Paulo. Ações desse tipo – na contramão da antiga rotina de passar a mão na cabeça de “alopradados” – também têm importante efeito pedagógico.

Outras questões relevantes suscitadas pelo julgamento do mensalão, por exemplo, a quebra do “garantismo”, ou seja, a não predominância de aspectos formais da lei; a conveniência, ou não, da “popularização” dos julgamentos possibilitada pelas transmissões televisivas; e – assunto que deverá esquentar na próxima semana – a perda automática, ou não, dos mandatos dos parlamentares condenados.

As garantias processuais destinadas a coibir os excessos do poder punitivo do Estado foram integralmente respeitadas, mas no julgamento da Ação Penal 470 certamente houve um avanço no sentido de corrigir uma distorção que invariavelmente livrava os poderosos das consequências de seus atos criminosos. Não fora a aplicação da teoria do domínio do fato – atacada como antigarantista, o que, de fato, não é –, José Dirceu e seus cúmplices se teriam eximido da culpa que até as pedras sempre souberam que carregam.

Quanto à veiculação das sessões plenárias ao vivo pela TV, levanta-se o argumento de que o peso da exposição pública é um fator de pressão irresistível a influenciar o comportamento dos magistrados. Além de subestimar tanto a experiência de vida quanto a consciência profissional dos ministros, esse argumento não leva em conta o fato de que é muito mais saudável a pressão pública transparente do que aquela que eventualmente é movida, à sorrelfa, por interesses nada republicanos.

Finalmente, a questão da perda dos mandatos. A controvérsia é grande. Estabelece a Constituição que uma condenação transitada em julgado impõe a perda de direitos políticos. E em seu artigo 55 é categórica ao estabelecer que “perderá o mandato o de-

putado ou senador” que, discrimina o inciso IV, “perder ou tiver suspensos os direitos políticos”. A controvérsia, contudo, surge dos termos do parágrafo 2.º, segundo o qual, no caso, “a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta (...) assegurada ampla defesa”. É difícil imaginar como garantir mandato eletivo a quem perdeu os direitos políticos. Mas a Constituição, como se sabe, não é unívoca. E é exatamente para interpretá-la que existe o STF.

01 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça manda soltar irmãos Vieira após 1 semana de prisão

O desembargador Nelton dos Santos, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), mandou soltar ontem os irmãos Paulo e Rubens Rodrigues Vieira, apontados pela Operação Porto Seguro como integrantes de organização criminosa que se infiltrou em órgãos públicos para compra de pareceres técnicos.

Nelton dos Santos acolheu liminarmente habeas corpus apresentado pela defesa dos irmãos, que foram presos em caráter preventivo há uma semana.

O desembargador impôs condições para devolver a liberdade a Paulo e a Rubens. Eles terão que se apresentar à Justiça a cada 15 dias e não poderão deixar o País. Ele determinou o afastamento dos acusados de suas funções públicas, medida já tomada pelo governo no início da semana – Paulo é diretor de Hidrologia da Agência Nacional de Aguas (ANA) e Rubens é diretor da Aviação Nacional de Aviação Civil (Anac).

A Polícia Federal imputa aos dois e aos outros integrantes da organização crimes de corrupção ativa e passiva, tráfico de influência e quadrilha.

Relatório de inteligência da PF destaca suposto vínculo de Paulo com o ex-senador Gilberto Miranda (AM). “Há indicativos de que Paulo Vieira, além de atuar como diretor de Hidrologia da ANA, e coordenar a administração da Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro (SP), também trabalha e presta contas para os empresários Gilberto Miranda, Carlos César Floriano e José Gonzaga da Silva Neto, o Professor Gonzaga, intermediando contatos destes com funcionários públicos de diversas áreas de interesse.”

O advogado de Paulo, o criminalista Pierpaolo Bottini, avalia que “a decisão (do TRF3) é importante por reconhecer que o acusado não oferece perigo algum à ordem pública, não interfere no andamento do processo e tem plenas condições de se defender em liberdade”.

‘Vitória’. Paulo ocupava desde quarta feira sala de Estado Maior no 2.º Batalhão de Choque da Polícia Militar, em São Paulo. Como advogado ele tem direito de permanecer em ambiente sem grades. Rubens é defendido pelos advogados Karin Klempp e Fauzi Achoa e estava recolhido na sede da Superintendência Regional da PF em Brasília.

“A decisão do TRF é uma vitória, mas não concordamos com a ordem para que ele (Rubens) não exerça seu trabalho”, disse o criminalista Fauzi Achôa. “Rubens não é perigoso, tem família, endereço fixo. Ainda que não possa exercer cargos superiores é aceitável, mas não exercer nenhum trabalho para cargo em que passou por concurso público é medida draconiana.”

Um argumento de Achôa no habeas corpus é que Rubens já foi destituído pela presidente Dilma Rousseff da função que exercia na Anca. “Ele não tem mais poderes para fazer pressões, como se suspeita. Não há uma única prova contra Rubens, só fofocas, que pediu emprego, que telefonou. Mas contra ele não tem uma só prova, uma só evidência de que tivesse participado de qualquer delito.”

A defesa do terceiro irmão, Marcelo Rodrigues Vieira, empresário, entrou ontem com pedido de habeas corpus. Marcelo está detido no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros. Ele é defendido pelo advogado Milton Fernando Tauzi.

O ESTADO DE S. PAULO

? 'Vida nova'

DEPOIS DA PRISÃO, A SUBIDA AO ALTAR

01 DEZ 2012

Cachoeira anuncia casamento ao deixar hospital



Alta. Cachoeira, ao deixar o hospital com a mulher, Andressa

Rubens Santos / GOIÂNIA
ESPECIAL PARA O ESTADO

Após cinco dias de internação, o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, deixou ontem o Instituto de Neurologia de Goiânia e anunciou que em dezembro se casará com Andressa Mendonça, ex-mulher do senador goiano Wilder Moraes (PTB). “Estou melhor, graças a Deus. E quero agradecer à equipe médica e a todos que oraram por mim”, disse. Após Cachoeira dizer que se casará com a companheira em dezembro, Andressa afirmou aos jornalistas, referindo-se também à alta hospitalar: “Estou aliviada”.

Apontado pelo Ministério Público Federal como chefe da máfia dos caça-níqueis em Goiás, Cachoeira havia sido internado no domingo com um quadro clínico de diarreia, transtorno de conduta, peso abaixo do normal e envelhecimento precoce, após 266 dias na Penitenciária da Papuda.

A alegria exibida ontem em público, no entanto, é diferente do que o contraventor aparenta em privado – segundo um interlocutor, Cachoeira

diz viver “um calvário” decorrente das acusações do Ministério Público Federal. Fora isso, a mãe de Cachoeira morreu enquanto ele estava preso, e o pai está com a saúde abalada desde então.

O contraventor sabe que pode voltar à prisão e tem se queixado de dores no peito, decorrentes de uma isquemia silenciosa – obstrução das artérias do coração. “Agora, de tempos em tempos, ele terá de fazer o check-up”, explicou o chefe da equipe médica que o atendeu, César Leite de Santa’Anna.

Cachoeira, que diz não ter feito exercícios físicos nos 266 dias de prisão, estaria com o que os médicos chamam de síndrome mista de estresse, em que alterna os estados de euforia e abatimento absoluto. Ontem, por exemplo, o contraventor levantou cedo, disposto a trabalhar, mas foi impedido pela equipe médica: “Ele quer recuperar o tempo perdido”, disse o médico, “mas enfrenta uma síndrome mista de estresse”.

Cachoeira será acompanhado de um médico psiquiatra. Para dormir, toma três medicações diferentes – o hospital não informou quais.

TUTTY

Aí tem!

Corre no Ministério Público Federal a suspeita de que o bicheiro Carlinhos Cachoeira e o presidente da CBF, José Maria Marin, estão usando a mesma tintura de cabelo.

Choradeira e vergonha

O PT diz-se vítima de perseguição judicial, com violação de princípios de um direito democrático. O partido põe-se na condição de condenado graças à propaganda da imprensa conservadora, manipuladora da opinião pública. Os réus teriam, então, sido responsabilizados por serem os ministros do Supremo suscetíveis à pressão popular. Esse discurso é irracional, como todas as choradeiras de vitimização.

A teoria do domínio do fato, tão falada no julgamento do mensalão, nada mais é do que a busca de critérios para distinguir quem deve ser considerado autor ou coautor e quem cabe servisto apenas como cúmplice por auxiliar na prática do delito. É uma questão mais velha que a Sé de Braga.

Já o Código Penal de 1830 definiu autor como o que comete, constrange ou manda alguém praticar crime, sendo cúmplices os demais que concorrem para a realização do delito. Autor, dizia Tobias Barreto, o maior penalista do século 19, é aquele "cujo fato resultante é obra sua" e cúmplice, quem pratica "simples ato de apoio e coadjuvação", mercedor de pena atenuada. O Código Penal de 1940 não fez distinções, depois introduzidas pela reforma de 1984.

Autor ou coautor, portanto, é o que pratica parte necessária do plano delituoso tendo o domínio do fato, designação surgida na Alemanha com Welzel e aprimorada em 1963 por Roxin. Será autor ou coautor aquele a quem se pode atribuir a ação como obra sua por exercer de modo real a condução de sua realização, podendo interrompê-la ou finalizá-la, pois tem em suas mãos o acontecer do fato deli-

Ao acusar o julgamento do mensalão de juízo de exceção, o PT exerce o direito de espernear

tuoso. A distinção entre autor e cúmplice reside, pois, na circunstância de que o primeiro tem o domínio sobre o fato delituoso e, segundo Roxin, uma posição objetiva que garanta esse efetivo domínio, enquanto o cúmplice não detém tal domínio.

Roxin, todavia, contesta a tese de que é autor apenas quem tem o domínio positivo do fato, e não quem tem o domínio negativo, ou seja, o entendimento segundo o qual não é coautor, mas mero cúmplice, o agente que segura a vítima enquanto o outro a esfaqueia, por ter o primeiro apenas o domínio negativo sobre o fato e o segundo, que pratica diretamente a ação típica de lesionar, o domínio positivo.

Roxin, com razão, critica essa redução do conceito de coautor, pois a limita à realização da ação típica, quando o ato de segurar a vítima era relevante e necessário de tal forma que a lesão, sem essa colaboração, não se efetuariá. Além do mais, coautor não é também apenas quem executa, mas quem dá uma contribuição essencial no planejamento delituoso ao engendrará-lo ou ao compartilhar a decisão comum de o realizar, podendo interferir no processo de execução. Já o cúmplice não tem o domínio sobre o fato nem participa da formação da vontade comum de realizá-lo, apenas auxilia na obra de terceiro.

A teoria do domínio do fato de modo algum dispensa, para o reconhecimento da condição de coautor, a produção de provas acerca dessa posição objetiva de realizar uma colaboração necessária e a possibilidade de intervir no processo executório. No julgamento pelo Supremo não houve nenhuma men-

ção de, em razão da teoria do domínio do fato, ser desnecessária prova da colaboração efetuada pelos integrantes do núcleo político. Houve, nesse sentido, referência explícita a provas diretas testemunhais, além da menção de provas indiciárias.

Como diz o próprio Roxin (*Curso de Derecho Procesal Penal*, Buenos Aires, 2000, p. 106), a convicção do tribunal pode estar fundada em prova indiciária em razão de fatos que permitam chegar a uma conclusão sobre a base de circunstâncias diretamente graves. Os indícios são elementos conhecidos da realidade a partir dos quais, segundo os dados da lógica, se alcança a descoberta de fato não conhecido diretamente. São elementos certos quanto à sua existência que, coordenados segundo as categorias da inteligência, por sua qualidade e quantidade, apontam, de forma unívoca, uma realidade não diretamente provada.

A validade da prova indireta depende, todavia, do caráter unívoco e convergente dos indícios sérios que, de forma harmônica, devem formar uma cadeia excludente de qualquer hipótese negativa da ocorrência do que se busca dar por provado. Assim, se a condenação encontra arrimo em indícios coerentes e concludentes, em nada se afronta o processo penal democrático.

Outra questão diz respeito a eventual violação da presunção de inocência. O Código de Processo Penal, no art. 156, estabelece que a prova da alegação incumbirá a quem a fizer. É certo que cabe à acusação provar a ocorrência do fato, sua autoria e a intenção do agente na prática delitiva. Cumpre à acusação provar o fato imputado, e não à defesa demonstrar sua não ocorrência.

CONTINUA

O 1 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Segundo Michele Taruffo, no entanto, “quem afirma que um fato é verdadeiro tem o ônus de demonstrar a veracidade de sua afirmação”. Nesse processo do mensalão, a alegação de não ter havido compra de deputados, mas caixa 2, recursos não contabilizados, é versão que a acusação desfez com provas da relação entre pagamentos e votações. A defesa competiria mostrar, com dados e contas, que a transferência de recursos correspondia, nas datas, a reembolso de gastos de campanha de outros partidos. Essa prova cabia a quem alegara e a quem aproveitaria.

Ao se exigir da defesa prova do alegado em contraste com o imputado, não há quebra da presunção da inocência, mesmo porque a culpa não se presume, sempre dependente de provas da acusação.

O PT, ao acusar o julgamento do mensalão de juízo de exceção, apenas exerce o direito de espremer: uma choradeira de bases emocionais. Foi além da choraminga, contudo, para vergonha nacional, ter-se usado a figura de Roxin, que, em nota no *Conjur*, desmentiu indignado ter algum interesse na defesa de José Dirceu ou criticado o Supremo, como foi levianamente noticiado.

●
ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR
DA FACULDADE DE DIREITO
DA USP, MEMBRO DA ACADEMIA
PAULISTA DE LETRAS,
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

01 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Apoiado por D'Urso, Costa é eleito na OAB-SP

Candidato da situação obteve cerca de 38% dos votos e venceu disputa acirrada contra Toron, com 35%; Sayeg ficou em terceiro, com 20%

Em uma disputa acirrada, o candidato da situação, Marcos da Costa, foi escolhido como novo presidente da seção paulista da Ordem dos Advogados (OAB-SP). Apoiado pelo atual presidente da entidade, Luiz Flávio D'Urso, Costa obteve cerca de 38% dos votos. O segundo colocado, Alberto Toron, conseguiu 35%. Em terceiro lugar, ficou Ricardo Sayeg, com 20%.

Costa disse ontem que vai dar continuidade ao trabalho realizado por seu antecessor – há nove anos na presidência da entidade –, mas que estará aberto a dialogar com todos os advogados, independentemente da posição adotada durante o processo eleitoral. “É importante que, passada a eleição, a advocacia volte a se unir e essa união é necessária para que nós possamos enfrentar os desafios que a sociedade nos apresentará”, afirmou.

Após a divulgação do resultado, o clima de trocas de acusações, que marcou os três meses de campanha, deu lugar à cordialidade. Os adversários reconheceram a vitória de Costa e desejaram que o novo presidente faça bom mandato.

“Pelo bem da advocacia paulista desejamos que Marcos da Costa, eleito presidente da OAB-SP para o triênio 2013-2015, tenha êxito em sua gestão”, afirmou Toron em nota. Ele também pediu para que os advogados que votaram nele acompanhem a gestão da nova diretoria. “Consideramos que seu voto nos dá um mandato de oposição, encarregada da vigilância crítica, mas serena, da administração da nossa Ordem”, disse.

Propostas. Sayeg, por sua vez, contou que vai procurar Costa para que ele adote algumas das suas propostas. O novo presidente disse ao **Estado** que vai analisar cada uma delas e adotará as que forem boas para a advocacia.

Apesar de derrotado nas urnas, Sayeg afirmou que “valeu a pena” disputar a eleição e que não se arrepende por não ter formado uma chapa única com Toron. Juntos, os dois somaram mais de 55% dos votos. Sayeg apontou diferenças ideológicas entre eles como impedimento para um alinhamento político.

A eleição foi realizada na quinta-feira. A votação foi feita em cédula de papel, porque o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não emprestou as urnas eletrônicas para o pleito.

Estavam aptos a votar mais de 250 mil advogados em todo o Estado. A OAB-SP ainda não divulgou dados sobre abstenções, mas o balanço do Comissão Eleitoral da entidade foi de que houve “maciço comparecimento dos advogados” às urnas.

Apesar de 95% das urnas terem sido apuradas até as 19h30 de ontem, a proclamação do eleito será feita somente na segunda-feira. A seção paulista da Ordem é considerada a mais importante e mais rica entidade da banca no País, com orçamento anual de mais de R\$ 200 milhões.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENTREVISTA

Marcos da Costa, presidente eleito da seção paulista da OAB

01 DEZ 2012

'É preciso que a advocacia volte a se unir'

Após uma campanha marcada por troca de acusações e até ações na Justiça, o presidente eleito da OAB-SP, Marcos da Costa, pregou a união da advocacia e disse que, apesar de dar continuidade à atual gestão, estará aberto ao diálogo com os seus oponentes.

● **Seu mandato será de continuidade da gestão do atual presidente, Luiz Flávio D'Urso?**

Sim. Mas a Ordem, a partir do ano que vem, vai estar aberta a quem quiser colaborar. É importante que, passada a eleição, a advocacia volte a se unir.

● **Qual será sua primeira ação como presidente da OAB-SP?**

Nós vamos trabalhar muito firme para a melhoria da Justiça. A nossa primeira proposta é criar um Conselho Estadual de Justiça, nos moldes do Conselho Nacional de Justiça, que foi a maior revolução pela qual o Judiciário já passou.

● **O que vai fazer com orçamento de R\$ 233 milhões da Ordem?**

Na verdade, líquido, o orçamento é hoje de cerca de R\$ 160 milhões, porque a Ordem tem a obrigação de fazer uma série de repasses, além de arcar com salários. Mas, a parcela que sobrar, nós vamos investir na área cultural e no aperfeiçoamento continuado da advocacia.

● **O sr. acredita que a advocacia tem perdido o seu prestígio?**

Essa questão não está ligada à advocacia, é sim à Justiça. Com a Constituição de 1988, mais pessoas tiveram acesso à Justiça, mas, em contrapartida, o Judiciário não acompanhou o fenômeno. Processo que antes demorava um ano para ser julgado, passou a demorar dez. Essa morosidade faz com que a Justiça seja questionada. E, consequentemente, a advocacia.

02 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STF tem mais 500 ações que envolvem políticos

Ministros creem que condenação de 25 réus do mensalão ajuda a acelerar análise de processos contra parlamentares e a rediscutir foro privilegiado

Refúgio no passado para políticos processados criminalmente, o Supremo Tribunal Federal está prestes a concluir o julgamento do mensalão com a condenação de 25 réus a penas que superam 282 anos, imprime um novo ritmo para as cerca de 500 ações penais contra parlamentares e começa a mudar a cultura do foro privilegiado.

A condenação de seis parlamentares em 2010 e 2011 deu início à mudança do histórico de impunidade que envolvia o julgamento de inquéritos e ações penais no Supremo Tribunal Federal. A condenação de três deputados e sete ex-parlamentares, incluindo o ex-ministro José Dirceu, na maior ação penal que tramitou no tribunal, tem potencial para mudar o quadro histórico definitivamente e agilizar o julgamento dos cerca de 500 casos que envolvem parlamentares – conforme os últimos dados do STF.

Relator do processo e crítico do foro privilegiado, o ministro Joaquim Barbosa já confidenciou que um dos efeitos do mensalão pode ser uma mudança na Constituição. A avaliação comum entre alguns ministros do STF é de que a ação penal do mensalão jamais seria julgada se não fosse o foro por prerrogativa de função. Se ficasse a cargo da primeira instância da Justiça, o processo demoraria anos entre idas e vindas, recursos e manobras processuais até transitar em julgado.

Com o novo cenário no julgamento de ações penais, políticos pendurados no tribunal passam a ver o antigo refúgio como o fim da linha. A condenação no Supremo não é passível de recursos ou

manobras protelatórias. As penas elevadas impostas aos réus do mensalão e a parlamentares condenados nos últimos anos também seriam motriz para uma eventual alteração.

Dúvida. Apesar desse novo perfil, uma dúvida permanece. O histórico de julgamentos do Supremo lhe garantiu a fama de ser excessivamente “garantista”. Entre 2007 e 2010, 132 ações penais e inquéritos foram julgados definitivamente pelo Supremo, com apenas seis condenações. Alguns casos emblemáticos contribuíram para essa fama, a começar pela absolvição do ex-presidente Fernando Collor de Mello, passando pelo engavetamento do inquérito aberto contra o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci por violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, em 2006.

No julgamento do mensalão, ministros considerados garantistas, como Gilmar Mendes, votaram pela condenação dos réus e impuseram penas elevadas. Eles acompanharam Barbosa, relator do processo cujos votos em casos do passado sempre foram considerados mais severos. A votação folgada em alguns itens e os votos de alguns dos ministros surpreenderam advogados e juristas que acompanham a jurisprudência da Corte.

A condenação dos mensaleiros pode ainda ter um efeito multiplicador. Juízes de primeira e segunda instâncias e ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aguardam a publicação do acórdão do julgamento para avaliar as consequências deste caso para a jurisprudência criminal do país. Os votos proferidos pe-

los ministros em plenário, especialmente sobre as acusações de lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta de instituição financeira, podem mudar a jurisprudência sobre os casos.

Mas ministros do STJ afirmam que é preciso aguardar a publicação do acórdão para saber se o que foi dito em plenário ao longo do julgamento vai para o papel e, assim, poderá ser usado como precedente para outras condenações. O acórdão deve ser publicado apenas no ano que vem, depois que todos os ministros liberarem seus votos.

Dos seis deputados condenados pelo Supremo antes do mensalão, nenhum está cumprindo pena. O caso mais problemático é do deputado Natan Donadon (PMDB-RO). Condenado a 13 anos de prisão, continua em plenário graças a um recurso que aguarda julgamento há um ano.

Próxima etapa é pente fino nas penas

● Na próxima semana, os magistrados terão de voltar à dosimetria das penas para corrigir discrepâncias já apontadas por eles próprios. Nessa nova fase, os ministros podem baixar as penas definidas em determinados casos. É provável, ainda, que eles decidam rever as multas impostas a alguns dos réus.

“O excesso de exposição não colabora para um julgamento tranquilo”
TEORI ZAVASCKI, que tomou posse como ministro do STF, criticando a exposição do julgamento da Ação Penal 470, o mensalão

O preço da honra

É mais do que hora de resgatar o brasão dos justos, hoje alvo de escárnio

Oroteiro é mais que conhecido. Desvenda-se a trama de tráfico de influência envolvendo quadros da administração pública em conluio com figuras dos negócios privados, indiciam-se e afastam-se implicados, abrem-se processos, os casos entram nos longos corredores da Justiça, sob o bumbo midiático e a ação de partidos interessados em tirar vantagem da celeuma. Vejam o último episódio. A investigação que flagrou Rosemary Nóvoa de Noronha, chefe do gabinete da Presidência em São Paulo, usando o cargo para intermediar interesses assume proporções impactantes por apontar suas ligações com o centro do poder (o próprio Palácio do Planalto, onde trabalha a presidente Dilma), com o ex-presidente Luiz Inácio e outras figuras de relevo, como o ex-ministro José Dirceu. Mas acabará no baú do esquecimento, pois os braços da lei, como é sabido, costumam deter e punir criminosos, porém são curtos para propiciar assepsia completa em costumes e práticas de agentes públicos. Ainda mais quando se sabe que o tráfico de influência está no topo de nossas mazelas desde os tempos em que o escriba Pero Vaz de Caminha, na carta do Descobrimento do Brasil, pedia ao rei a volta a Portugal de seu genro, degredado na África por ter roubado uma igreja e espancado o padre.

Abre-se a questão com a pergunta: por onde começar o combate às formas de corrupção com origem no tráfico de influência? A resposta sugere que se comece pelo Judiciário, pelo nexos que se forma entre corrupção e sentimento de impunidade. É generalizada a impressão, de que, fossem punidos de forma rigorosa corruptos de todos

os calibres, o País abriria um novo capítulo em sua História. Daí ser alvissareira a promessa do novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, de continuar a devassa nos tribunais, luta em que se engajou a ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. A limpeza nos canais e corredores do Judiciário é fundamental para a implantação de um abrangente programa de moralização nos vãos e desvãos dos Poderes, firmando a crença de que a ansiada meta de passar o País a limpo, até que enfim, será atingida. E por onde deveria começar a faxina no Poder que administra a justiça? Se o exemplo deve partir de cima, é razoável sugerir que os tribunais mais elevados devem abrir a tarefa de moralização institucional. De início, pelo menos três situações deverão ser contempladas pela nova agenda do Superior Tribunal de Justiça: a advocacia praticada por advogados parentes de magistrados, o patrocínio de empresas para encontros de juízes e a independência da magistratura.

O que deve ser levado em conta, qualquer que seja a circunstância, é a preservação da identidade desse Poder da República, que goza do mais alto conceito da sociedade. Não se trata de proibir filhos de juízes de exercer o múnus nem de censurar organizações que tentem estreitar laços com o Judiciário. Mas evitar que a equidade da Justiça seja rompida e desviada em benefício de uns e em detrimento de outros, ameaça sempre presente quando operadores do Direi-

to alteram ou se empenham para adulterar procedimentos sagrados do império legal. O juiz independente, por sua vez, é aquele que ordena uma justa sentença, nos termos do filósofo Francis Bacon: “Deus costuma abrir o seu caminho elevando vales e abaixando montanhas; de maneira que, se aparecer, do lado de uma das partes, um braço poderoso, uma pressão violenta, astuciosas vantagens, combinações, poderes, grandes conselhos, nesse caso a virtude do juiz consiste em nivelar desigualdades para poder fundar sua sentença num terreno plano”.

É difícil uma planta conservar sua pureza quando banhada por lodo. Mas, urge lembrar, flores também nascem no pântano. Uma das promessas não realizadas pela democracia, na lembrança de Bobbio, é o combate ao poder invisível, que floresce nos votos de escambo e permuta (fontes de mensalões), nas malhas intestinas da administração pública e em máfias de intermediação de negócios. Os governos, por mais democráticos, não conseguem dar plena transparência às suas ações, robustecendo, assim, o “poder mascarado” que se ramifica nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Da tríade que se forma nas modernas democracias – tecnocratas, círculos de negócios e atores políticos – se origina a maior parcela do produto nacional bruto da corrupção. Essa composição, a merecer rigorosa análise dos mecanismos de defesa da sociedade, exige sistemas ágeis para apurar denúncias e um Judiciário imune às pressões de cadeias particulares – algumas com ligações políticas – que intentam interferir em processos para obter vantagens.

CONTINUA

02 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Castas, seitas, grupos, corporações, núcleos profissionais podem até pressionar os Poderes para fazerem valer pontos de vista – sob a égide da livre associação e liberdade de expressão –, mas a eles se impõe o dever de exercitar suas funções de maneira transparente, obedecendo a preceitos éticos e morais condizentes com os padrões civilizatórios. No caso do instrumental da Justiça, maiores cuidados devem ser tomados. Afinal, a Justiça não pertence a nenhum campo, a nenhum partido, todos são moralmente obrigados a defendê-la.

Por último, é oportuno acrescentar que os focos de corrupção que se disseminam nos porões da administração pública se relacionam a outros fenômenos perversos, dentre os quais a burocracia e a mediocracia. O primeiro se ampara num amontoado de leis e regulamentos, donde se originam veredas e desvios para as negociatas e dribles na Justiça. O segundo leva em conta a influência política para a indicação e ocupação de cargos públicos. Perfis medíocres e quadros despreparados acabam integrando os pelotões de corrupção nas três instâncias federativas. O servilismo emerge, dessa forma, na sombra do favoritismo. Sob a bandeira da injustiça e da indignidade.

É mais do que hora de resgatar o brasão dos justos, hoje alvo de escárnio: “Não há nada que pague o preço da honra”.

●
JORNALISTA, PROFESSOR
TITULAR DA USP, É CONSULTOR
POLÍTICO E DE COMUNICAÇÃO
TWITTER@GAUDTORQUATO

O ESTADO DE S. PAULO

Sob polêmica, TJ de Goiás elege cúpula

03 DEZ 2012



Presidência. Regimento não permite recondução de Chaves

Primeira na linha de sucessão responde a ação de improbidade e segundo é questionado por favorecer Cachoeira. O Tribunal de Justiça de Goiás elege hoje sua nova cúpula em clima de constrangimento. Dois candidatos naturais à presidência, pelo sistema de rodízio, sofrem objeções dentro e fora da corte.

A desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, primeira na linha sucessória, responde a ação de improbidade no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por suspeita de favorecimento processual em benefício do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB).

Ela foi flagrada em ligação telefônica, interceptada em 2006 com autorização judicial, combinando sentença em favor dos interesses de Perillo, que acabara de deixar o governo para disputar o Senado. Casada com um primo do governador, Beatriz foi indicada por ele para a vaga de desembargadora.

A ação, que corre em segredo de Justiça, nasceu de um processo eleitoral movido pelo Ministério Público Federal em Goiás,

em 2008, para impedir que Beatriz assumisse a presidência do Tribunal Regional Eleitoral. No diálogo, anexado aos autos da ação, a desembargadora pergunta o que deve fazer. “O interesse é conceder ou negar a liminar? Contra, né?!” E Perillo responde sem rodeios: “Negar! Negar!”.

A ação era do interesse da prefeitura de Itumbiara, comandada por um aliado de Perillo. O pedido foi atendido e a liminar negada prontamente. “Os fatos descritos representam apenas uma amostra das improbidades levadas a efeito pela demandada”, anotaram os procuradores da República Raphael Perissé e Cláudio Drewes.

Cachoeira. Segundo na linha de sucessão por antiguidade, o desembargador Floriano Gomes, ex-chefe do Gabinete Civil do governo Perillo, sofreu questionamentos em razão de decisões no passado favoráveis a empresas ligadas ao contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal.

Gomes foi o autor do texto final do decreto, baixado em 2000 pelo governo goiano, que regula-

mentou a exploração de loterias e congêneres no Estado, que, segundo o Ministério Público, atendia interesses de organizações que exploram jogos de azar. Ele é acusado de ter ignorado jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e concedido liminares que, em 2001, liberaram máquinas caça-níqueis e autorizaram a exploração de jogos ilegais em Goiás por organização criminosa ligada à Cachoeira.

Para evitar desgastes à instituição, os magistrados articularam alterações regimentais para reeleger o atual presidente Leobino Valente Chaves para o próximo biênio. Mas a disputa promete ser dura. Beatriz já avisou que não vai desistir do que considera seu “direito legítimo”.

Via assessoria, Beatriz confirmou que tem relação familiar e de amizade com Perillo, mas negou que isso lhe cause constrangimento na atividade judicante. Também negou que tenha cometido improbidade e afirmou que dessa acusação já foi inocentada na ação disciplinar julgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e espera que o mesmo aconteça no STJ.

Gomes não foi localizado pela reportagem.

O ESTADO DE S. PAULO

Promotores reagem a lei que limita seus poderes

Entidades lançam ofensiva contra emenda que veda investigações criminais dos MPs

Entidades de classe que representam o Ministério Público prometem iniciar nesta semana uma ofensiva a favor do poder de investigação do órgão. A ação é uma resposta à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, aprovada em Comissão Especial da Câmara no dia 20 de novembro, que deixa averiguações criminais apenas a cargo das polícias Federal e Civil.

As Associações Nacionais dos Procuradores da República (ANPR) e dos Membros do Ministério Público (Conamp) preparam campanhas de conscientização da sociedade sobre a importância do poder de investigação do Ministério Público. O lançamento oficial da campanha será realizado em 11 de dezembro.

Além disso, o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ), contrário à proposta, diz que apresentará nesta semana um recurso para anular a votação da comissão que aprovou a PEC 37. O parlamentar alega que o regimento da Casa foi descumprido. Isso porque ele votou separadamente, mas não teve permissão de ler seu voto.

O vice-presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti, destaca que as ofensivas já vinham ocorrendo desde que a PEC foi proposta e começou a tramitar na Câmara. "Tivemos várias

conversas com os deputados da Comissão Especial, mas ficou visível o interesse ali representado", afirma.

Vários integrantes da Comissão Especial da Câmara formada para analisar a PEC 37 são delegados de polícia, já integraram sindicatos de delegados ou têm histórico de ações a partir de investigações do Ministério Público. "No plenário encontraremos uma outra realidade, muito mais diversa e temos confiança de que teremos sucesso", avalia Cavalcanti.

As Associações de Delegados de Polícia do Brasil (Adepol-BR) e Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) usam o artigo 129 da Constituição Federal para justificar sua posição de que não cabe às procuradorias investigar. A legislação destaca como funções institucionais do MP "exercer o controle externo da atividade policial" e "requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais". Para os delegados, isso deveria excluir o poder de investigação do Ministério Público.

Procuradores, porém, interpretam a matéria de maneira diferente. "Como controlar a atividade policial sem poder investigar? Além disso, o MP atua como complemento da atividade policial. Defendemos uma atuação conjunta, não exclusiva", ressaltou Cavalcanti.

• Procedimentos

2.295

investigações criminais foram instauradas pelos Ministérios Públicos do País de janeiro a novembro de 2012

386

procedimentos foram abertos no Rio, 1º do ranking dos Estados

158

é o número de procedimentos em São Paulo, 5º Estado em número de investigações em 2012

2

são as investigações abertas por promotores e procuradores no Acre, o menor número no País

Briga de classe. As próprias Polícias Federal e Civil estão divididas em relação à exclusividade que teriam na condução de investigações criminais. Enquanto delegados defendem a proposta, agentes se colocam contra. O vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Paulo Roberto Polônio, avalia que a briga ocorre por "ego dos delegados que desejam se equiparar aos procuradores de Justiça".

A associação defende o poder de investigação do Ministério Público e acredita que uma aprovação definitiva da PEC do MP seria prejudicial à democracia e geraria mais morosidade à Justiça. "Um estudo nosso mostra que mais de 80% dos inquéritos policiais instaurados na PF são arquivados, ou por não se chegar à autoria ou por prescrição."

CONTINUA

03 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Mensalão. Os Ministérios Públicos de todo o País conduziram mais de 4 mil investigações criminais desde 2010 – 2.295 delas entre janeiro e novembro deste ano. As ações das procuradorias desvendaram diversos esquemas de desvio de dinheiro público, venda de sentenças judiciais e até o pagamento a parlamentares para aprovação de projetos favoráveis ao governo – inquéritos que resultaram em operações como Caixa de Pandora e Anaconda e na Ação Penal 470, conhecida como mensalão, em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A Polícia Federal não divulga a quantidade de investigações criminais conduzidas nos últimos anos. As averiguações em diversos níveis – desde furtos e tráfico de drogas até corrupção – passam de 100 mil. Desde 2010, porém, a PF deflagrou 771 operações que levaram à prisão de mais de 6 mil pessoas.

O ESTADO DE S. PAULO

STF tem plano B para afastar deputados

Suspensão de direitos políticos de condenados no mensalão seria alternativa a determinar cassação, para evitar conflito com a Câmara

Os ministros do Supremo Tribunal Federal devem chegar a uma conclusão prática semelhante, apesar de seguirem caminhos distintos na discussão sobre a perda de mandato dos três deputados condenados por envolvimento no mensalão: João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT). Parte do colegiado votará pela cassação dos mandatos. Outros ministros, mesmo entendendo que essa decisão cabe à Câmara, devem determinar a suspensão dos direitos políticos e consequente afastamento do mandato.

Por um caminho ou por outro,

Cunha, Neto e Henry seriam afastados de seus mandatos após a conclusão do julgamento do processo e assim que os acórdãos e julgamento de todos os recursos pendentes contra a condenação forem publicados. Se seguir o caminho da cassação do mandato – pelas estimativas dos ministros, será a tese majoritária –, o Supremo travará um conflito com a Câmara. Caso se limite a suspender os direitos políticos dos parlamentares, a autonomia do Legislativo para cassar mandatos permanecerá intocável.

Por essa segunda via, os ministros diriam que os parlamentares condenados teriam os direitos políticos suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação. Como as penas impostas pelos ministros no julgamento do mensalão são elevadas, os deputados ficariam afastados da Câmara até o fim de seus manda-

tos. Por essa tese, porém, se um senador fosse condenado a pena de três anos, ele ficaria afastado por esse período, mas poderia retomar o posto, já que os mandatos são de oito anos.

Esse entendimento era encampado pelo ex-ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou antes de ser julgado esse ponto do processo. E conta agora com o apoio de alguns ministros. A suspensão dos direitos políticos e o consequente afastamento do mandato superaria também a situação considerada esdrúxula por alguns ministros: parlamentares que estariam cumprindo penas na cadeia poderiam votar projetos em votação no Congresso?

A impossibilidade física de parlamentares cumprirem seus mandatos é argumento aventado pelos defensores da cassação imediata dos mandatos, sem necessidade de votação prévia da Câmara. E terá de ser enfrentada pelos parlamentares que têm dúvidas sobre os efeitos da condenação sobre os mandatos.

Outros crimes. No entanto, essa segunda tese tem um problema, como apontou um dos integrantes da Corte. Os constituintes de 1988 definiram que mandatos de deputados e senadores só seriam cassados por maioria absoluta dos votos da respectiva Casa – Câmara ou Senado. O propósito é evitar que condenações por crimes de menor potencial ou resultantes de acidentes, por exemplo, fossem o motivo determinante para a perda do mandato.

Se parte dos ministros entende que a condenação, qualquer que seja o crime, gera suspensão dos direitos políticos, esse cuidado expresso pelos constituintes será ignorado. A condenação por qualquer crime terá como efeito imediato a suspensão total dos direitos políticos.

Para obter vaga na Corte, Fux pediu ajuda a Dirceu

● O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux procurou em 2010 o ex-ministro José Dirceu, réu no processo do mensalão, para ter seu nome indicado a uma vaga na Corte pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A indicação saiu em março de 2011, já no governo Dilma Rousseff. A informação, publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, foi confirmada tanto por Fux quanto por Dirceu.

O ministro do STF alegou que estava em busca da vaga desde 2004 e que, sempre que surgia uma oportunidade, era preterido. "Bati na trave três vezes", justifi-

cou. Fux disse que, ao entregar seu currículo a Dirceu, não se lembrava de que ele era réu do processo que veio a julgar quase dois anos depois. O ministro concordou em quase todos os itens com o relator do caso, Joaquim Barbosa, o que incomodou a cúpula do PT.

Além de Dirceu, Fux buscou o apoio do ex-ministro Antonio Palocci, do economista Delfim Neto, do líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) João Pedro Stédile, e do governador Sergio Cabral (PMDB-RJ).

Então líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP) contou que foi procurado pelos deputados Paulo Maluf e João Paulo Cunha, que articulavam apoio a Fux, mas não disse se o assunto mensalão foi abordado nas reuniões.

03 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz prorroga prisão de 25 por espionagem

A Justiça Federal prorrogou a prisão temporária de 25 arapongas da organização que espionava empresários e políticos, entre eles o prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD) e o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). A decisão é do juiz Raphael José de Oliveira Silva, da 2.^a Vara Criminal Federal, que acolheu pedido da Polícia Federal no âmbito da Operação Durkheim.

O alvo maior da PF é Itamar Damião, elo de dois braços do grupo, um de bisbilhotagem, outro de crimes financeiros. O juiz anotou sobre “justo receio de que os investigados possam, caso soltos, obstruir as investigações e coagir as vítimas”.

Os criminalistas Mário de Oliveira Filho e Edson Luiz Silvestrin Filho pediram habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 3.^a Região para duas empresárias, presas em caráter temporário. “É necessário ter muita cautela para que esse instrumento excepcional de constrição da liberdade não seja utilizado como pretexto para a massificação de prisões”, adverte Silvestrin. “Em nosso Estado de Direito, a prisão é medida excepcional e, por essa razão, não pode ser utilizada como meio de limitação das liberdades dos cidadãos.”

Silvestrin argumenta que não há “uma única passagem a justificar a necessidade da prisão” e alerta sobre “renitentes e até desafiadores despachos constritivos de liberdade, reiteradamente decididos ao arrepio de tudo aquilo que já foi consolidado sobre o tema, em afronta à ordem legal estabelecida”. “A ordem é prender, os tribunais que se virem e revirem.”

03 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz manda Município limpar piscinão

Ação do MPE alegava riscos para lençóis freáticos e moradores de Guaianases; procuradoria informa que vai recorrer da decisão

A Prefeitura de São Paulo tem até fevereiro para fazer um plano de recuperação ambiental do maior piscinão da região metropolitana, o da Pedreira, em Guaianases, na zona leste, aberto desde 2003 sem as licenças necessárias. Ela perdeu ação proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE), que demonstrou risco de poluição dos lençóis freáticos e acidentes com moradores.

A sentença do juiz da 11.^a Vara da Fazenda Pública, Domingos de Siqueira Frascino, determinou o imediato bombeamento do reservatório em caso de fortes chuvas ou se a água atingir 20 metros de altura, além de exigir uma proposta de medidas de prevenção ambiental, como o isolamento da região de cerca de 290 mil m² e plantio de árvores em três meses. Cabe recurso à decisão. Em caso de descumprimento, a Prefeitura terá de pagar uma multa diária de R\$ 10 mil.

Em 2008, uma vistoria realizada pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente constatou diversas irregularidades no piscinão, como erosão do solo, problemas na instalação do canal do reservatório e mal funcionamento das bombas de sucção. A pedido do órgão, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) fez um relatório mostrando a provável contaminação do aquífero na região.

Quatro anos depois a situação não é muito diferente. A cerca que devia impedir o acesso de pessoas ao piscinão tem vários buracos e o lixo se acumula por ali. Como há poucos espaços de lazer na região, o piscinão é o lugar preferido dos moradores para nadar, fazer churrascos no fim de semana e até pescar.

Todos os dias, Carlinhos de Souza, de 40 anos, vai ao piscinão pescar. "Não fumo, não bebo, não uso drogas. Mas falou

que é pescaria, durmo até no meio do mato", conta, segurando o pote de margarina cheio de minhocas. Em uma hora de pescaria, no entanto, tudo que conseguiu foram galhos, lixo e pedaços de espuma. Questionado se não correria riscos de saúde por se alimentar dos peixes pescados no meio do lixo, Carlinhos é categórico: "Hoje o que mata pobre é a fome e a polícia".

Histórico. Inaugurado durante a gestão de Marta Suplicy (PT), o reservatório foi uma reivindicação da vizinhança contra as enchentes e armazena até 1,5 milhão de m³ de água. A obra é uma adaptação de uma cava desativada da Pedreira São Matheus, alugada pelo município da empresa ALD Empreendimentos.

Por causa da locação, a ALD é ré de uma ação por suposta improbidade administrativa, movida também contra a Prefeitura e o ex-secretário do Meio Ambiente, Adriano Diogo. Segundo o MPE, o contrato não fez um estudo de impacto ambiental, entre outras exigências legais. "O município é que interferiu sem tomar as providências. Aquilo lá é uma sucessão de barbaridades", diz a advogada da empresa, Renata Fiori. A ALD cobra três anos de aluguéis atrasados na Justiça.

Em nota, a Secretaria de Negócios Jurídicos informou que a Procuradoria-Geral do Município recorrerá da decisão. A Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras declarou que está em andamento um estudo ambiental.

A Subprefeitura de Guaianases disse que "já foram adotadas as medidas de segurança necessárias e que o piscinão, como todos os equipamentos do tipo localizados na cidade, é monitorado por câmeras 24 horas"

03 DEZ 2012

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Cotas

O TRF 4ª Região decidiu que candidato que cursou o ensino médio com bolsa de estudos em escola particular não pode concorrer à vaga pelas cotas sociais.

Penhora

É possível a penhora de renda obtida com aluguéis para garantir o pagamento de dívidas trabalhistas. O entendimento é da 7ª Turma do TST.

Pontos

Por determinação do juiz da segunda vara cível de Várzea Grande (MT), a Claro TV e a Sky não poderão mais cobrar pela instalação e utilização de pontos adicionais no Estado do Mato Grosso. Para o magistrado, a cobrança é abusiva e ilegal porque não acarreta qualquer acréscimo na prestação do serviço.

Responsabilidade

Responde civilmente por culpa a transportadora que contrata motorista autônomo, cujo caminhão apresenta problemas mecânicos e causa acidente que resulta na morte de duas pessoas. A decisão é da 3ª Turma do STJ.

Invasão

A União terá de pagar indenização moral de R\$ 25 mil a um homem que teve sua casa invadida, por engano, pela Polícia Federal. A decisão é do desembargador federal Jirair Meguerian, relator do caso na 6ª Turma do TRF da 1ª Região.

Perito

É ilegal obrigar a empresa ao pagamento antecipado de honorários a perito designado para apurar supostas irregularidades alegadas pelo autor de ação trabalhista. O entendimento é da Subseção de Dissídios Individuais-2, do TST.

Cargo

Quem ocupa cargo em comissão não pode exercer advocacia pública. O entendimento é do TJ do Espírito Santo.

Juízes

O CNJ reafirmou ser obrigatório que o juiz more na comarca em que exerce a magistratura. As autorizações para que juízes residam em outras comarcas são excepcionais e devem ser regulamentadas pelos tribunais, de forma fundamentada.

Destaque

O tabelião paranaense Rogério Portugal Bacellar, presidente da Anoreg-BR recebeu no último dia 28 o presidente do STJ, ministro Felix Fischer, em um jantar em Brasília. Já na sexta-feira, 30, no Rio de Janeiro, Bacellar recebeu o Colar do Mérito Mem de Sá, prêmio concedido pela Anoreg-RJ aos integrantes do meio jurídico e das instituições públicas que são destaques em suas atividades profissionais.

Estágio

O CNJ determinou que o TJ de Minas Gerais faça processo seletivo para recrutar seus estagiários.

DIRÉITO SUMULAR

Súmula n. 463 do STJ –

Incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas, ainda que decorrentes de acordo coletivo.

03 DEZ 2012

JORNAL DO ESTADO

A CONDUTA E O DIREITO PENAL

O homem submetido à Lei no mundo moderno

Jônatas Pirkiel

Na semana que passou, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, presidido pelo paranaense, Ministro Felix Fischer, aconteceu o IX Seminário Ítalo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos. Dentre os assuntos tratados, “a efetividade da norma ante a complexidade do mundo contemporâneo”, pelo professor Álvaro Cesar Iglesias (presidente do Colégio Brasileiro da Faculdade de Direito e do Conselho Diretor da PUC, em Campinas/SP), permitiu uma reflexão sobre “...a escravidão da vida moderna, dos celulares, do consumo e da obsolescência, onde o “ter” supera o “ser”. A escravidão imposta pela tecnologia, em que a reflexão e os valores instituídos pela família ficam

em segundo plano, em oposição à necessidade de investir em um saber transformador, que faça o homem buscar um tipo de felicidade realizadora...”

Para o professor Iglesias, “...nos valores em que o ser humano está imerso, as possibilidades de escolha ficam comprometidas, o que implica negativamente no conceito de felicidade...é difícil para o homem identificar aquilo que realmente faz sentido. A felicidade, dentro desse contexto, não é unicamente satisfazer os desejos humanos, mas aprender a controlar as necessidades, que, instintivamente, corroboram a sociedade do consumo e se assentam nela. Um exercício que só se efetiva por meio da educação... de uma educação transformadora. Não a edu-

cação em que investiram os tigres asiáticos, “no sentido de colocar a sociedade anos à frente do seu tempo e com foco no consumo...”.

Ao concluir sua palestra, o professor destacou a importância de ensinar os jovens a pensar e fazer escolhas, de forma a fazer com que a felicidade se torne mais tangível. “Não faz sentido correr atrás de um progresso que limite as pessoas enquanto gente”.

O homem, desde os primórdios, sempre priorizou o ter em detrimento do ser, talvez esteja aí a explicação para tantas barbáries, tanta incompreensão e tanta falta de perspectiva do mundo moderno!

Jônatas Pirkiel é advogado
criminalista

(jonatas.pirkiel@gmail.com)

03 DEZ 2012

JORNAL DO ESTADO

A realização de concurso público para provimento dos tabelionatos e registros

*Angelo Volpi Neto

Abordar a importância e a legalidade da realização de concurso público para provimento de todos os ofícios extrajudiciais do estado do Paraná é também uma oportunidade para dar um pulo no passado para entender a essência e a origem do notariado e dos registros públicos no Brasil e no mundo. De acordo com Regnoberto Marques de Melo Júnior, em seu livro "A instituição Notarial no Direito Comparado e no Direito Brasileiro", o notariado é uma instituição eclética, formada a partir de influências de inúmeras nações, sem marco temporal definido.

Segundo o autor, a instituição notarial latina moderna deve muito ao direito eclesiástico, já que praticamente todos os princípios fundamentais do notariado de hoje foram criados ou aperfeiçoados pelo direito canônico. Como exemplos dessa afirmação, temos a noção de fé pública, a sacramentalidade das formas e a consagração da escrita nas convenções extrajudiciais e provas judiciais.

Desde o princípio, as atividades realizadas pelos profissionais que trabalhavam com notas e registros sempre tiveram a finalidade de atender as principais necessidades da sociedade, assim como proporcionar segurança jurídica e estabilidade para os negócios firmados. Até hoje, é assim que funciona, com o grande diferencial das inovações, melhorias e tecnologias aplicadas.

A execução das atividades notariais e de registro é caracterizada pelo exercício privado de funções públicas. Durante muito tempo, essa relação entre público e privado, juntamente com a inexistência de uma legislação própria no Brasil, foi capaz de comprometer a compreensão da necessidade de realização de concurso público para provimento de cartórios.

A legislação sobre os serviços notariais e de registros brasileira foi conduzida por ordenações portuguesas, as quais estabeleciam que competia ao Poder Real a nomeação dos tabeliães no país. A literatura ainda dizia que os cartórios poderiam ser providos por doação ou ainda que tabelionatos ou registros poderiam ser obtidos por compra e venda ou sucessão *causa mortis*, sem preocupação com o preparo ou aptidão para o exercício da função.

Com o tempo e as dificuldades para controle da profissão, iniciativas normativas foram tomadas visando regular este cenário. Foi em 28 de abril de 1885 que foi publicado o Decreto 9.420, que trouxe pela primeira vez a exigência de concurso público para o provimento dos ofícios no Brasil. Já em 29 de junho de 1982, a Emenda 22 à Constituição Federal de 1967, estabeleceu requisitos para a efetivação de substitutos em caráter excepcional (art. 208) e constitucionalizou a obrigatoriedade de concurso público para o ingresso na atividade notarial ou de registro (art. 207).

Assim sendo, tendo realizado concurso ou não, diferente do que muitos ainda entendem tabeliães e registradores não são donos dos tabelionatos e registros. É importante esclarecer que ocupamos os cartórios temporariamente, e que quando nos aposentarmos ou falecermos não serão nossos filhos ou parentes que continuarão nestes cartórios. Assim como está para acontecer nos dias 8 e 9 de dezembro aqui no Paraná, haverá um concurso público do qual qualquer pessoa formada em Direito, ou que tenha trabalhado no mínimo dez anos como escrevente em cartório extrajudicial, pode participar e então, de acordo com sua pontuação, será destinada a prover um ofício.

CONTINUA

03 DEZ 2012

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

Outro esclarecimento importante é que a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) sempre defendeu a realização de concurso público para provimento de ofícios extrajudiciais. Os concursos vêm sendo realizados no Paraná desde 1994, no entanto, apesar de estar previsto em legislação a realização de concurso nos moldes como previsto pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), ainda assim defende-se uma solução para os inúmeros cartórios, que mesmo com a realização de concursos, ainda permanecem vagos.

No último concurso realizado no Paraná, em 2008, apenas 30% dos aprovados permaneceram à frente dos cartórios, 16% renunciaram pouco tempo depois de assumir, 8% não escolheram nenhum ofício, idêntico percentual de candidatos desistiu do concurso, 17% foram desclassificados por não comparecerem à audiência de escolha e 22 % não assumiram a titularidade.

Uma forma de reverter a não ocupação de alguns cartórios seria a realização de concursos regionalizados, visando preencher um cargo específico de determinada serventia ou de determinada região. Ao contrário do que muitos pensam, a maioria dos tabelionatos e registros tem pequeno faturamento, cujo preenchimento só interessa a quem é daquela cidade e que acumula outra fonte de renda.

Por fim, os concursos têm sido muitíssimo concorridos e seu resultado tem elevado sobremaneira o nível intelectual da profissão, quem ganha com isto é toda a população.

*O autor é tabelião, escritor, professor, presidente do Colégio Notarial do PR, vice-presidente da Anoreg-PR.

O 1 DEZ 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça mantém aumento do pedágio

O reajuste do pedágio no Paraná está garantido, pelo menos por enquanto. Ontem, a Justiça Federal indeferiu o pedido de liminar do Fórum Nacional Contra o Pedágio, que faria com que as tarifas continuassem com o mesmo valor, sem sofrer aumento. De acordo com a juíza Vera Lúcia Feil Ponciano, a competência de analisar esse tipo de liminar não é da Justiça Federal porque não há envolvimento de nenhum órgão federal no processo. O reajuste entra em vigor hoje. A média de aumento nas praças de pedágio das concessionárias do Anel de Integração ficou em 4,69%.

Vera ainda alegou que o Fórum não apresentou documentos que comprove a existência de ações judiciais ou decisões de órgãos fiscalizadores, que impeçam o reajuste. Essa decisão não deve impedir, entretanto, que o Fórum continue requerendo a suspensão do reajuste. “Vamos continuar insistindo, pois se é uma questão de documentos, vamos levá-los para que a juíza dê prosseguimento ao julgamento da ação”, garante o coordenador do Fórum, Acir Mezzadri.

03 DEZ 2012

METRO

STF também quer cassar mandatos

O STF (Supremo Tribunal Federal) enfrentará nesta quarta-feira o tema mais polêmico do julgamento do mensalão: a cassação imediata do mandato dos parlamentares condenados.

A Constituição abre brecha para duas interpretações. Em um artigo está indicado que a cassação pode ser feita pelo próprio Supremo e, em outro, o documento diz que a deliberação depende de votação no Legislativo.

Já condenados no STF, os deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-

-MT) podem escapar da 'pena acessória' de perda do mandato caso o assunto seja transferido para a Câmara. O presidente da Casa, Marco Maia, vai trabalhar para levar o assunto ao parlamento. O entendimento é defendido pelo professor de Direito Constitucional da USP (Universidade de São Paulo) Luiz Tarcísio Ferreira: "A norma específica prevalece, ainda que sob o risco de significar suprimir um direito da Câmara", disse.

O artigo 15 da Constituição, entretanto, considera a perda de cargos públicos como consequência natural da

condenação criminal. "As decisões do STF com base na lei da ficha limpa admitem suspensão dos direitos políticos imediata", lembrou o assessor jurídico do Ministério Público Federal, em São Paulo, Erival da Silva Oliveira.

A tendência no STF é a de cassação imediata, o que evitaria negociações políticas que mantivessem o mandato dos parlamentares condenados.

Polêmica. Na 50ª sessão de julgamento do mensalão, ministros decidirão futuro de deputados condenados. Câmara quer a palavra final

O QUE DIZ A LEI

A Constituição trata sobre a perda de mandato de parlamentares em dois artigos:

ART. 15

É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- ▶ III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

ART. 35

Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- ▶ VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- ▶ § 2º - A perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Sentenças

Veja as penas dos três deputados federais condenados pelo STF por envolvimento no mensalão:

- **João Paulo Cunha.**
9 anos e 4 meses
Corrupção, lavagem de dinheiro e peculato.
Regime fechado
- **Valdemar Costa Neto.**
7 anos e 10 meses
Corrupção e lavagem de dinheiro.
Regime semiaberto
- **Pedro Henry.**
7 anos e 2 meses
Corrupção e lavagem de dinheiro.
Regime semiaberto

CNJ

30/NOV/2012

Audiência por videoconferência resulta em conciliação

Em parceria com o Setor de Negócios da Caixa Econômica Federal em Maringá (REREC) e dos advogados da Caixa, a Subseção Judiciária de Maringá realizou audiência de conciliação pré-processual por videoconferência com a Subseção Judiciária de Florianópolis, na última semana.

A audiência ocorreu porque o executado, residente no estado de Santa Catarina, manifestou interesse na composição da dívida, no entanto, não poderia se deslocar a Maringá. As partes fecharam o acordo e a homologação foi realizada no ato pelo diretor do foro da Subseção Judiciária de Maringá, juiz federal José Jácomo Gimenes.

A medida empreendida pelo Centro Judiciário de Conciliação (CEJUSCON) de Maringá visa aproximar as partes a fim de facilitar a negociação direta, utilizando-se de recursos tecnológicos disponibilizados pela Justiça Federal e, dessa forma, fomentar a solução do conflito de interesses de forma consensual e prévia, evitando o ajuizamento de mais uma execução.

O sucesso obtido na audiência foi resultado do empenho do Setor de Negócios (REREC) e dos Advogados da Caixa em Maringá, bem como da colaboração da Seção Judiciária de Santa Catarina.